

## SEGUNDA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2010

**PRESIDÊNCIA: BUZEK**

*Presidente*

*(A sessão tem início às 17H05)*

### 1. Reinício da sessão

**Presidente.** - Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, que tinha sido interrompida na quinta-feira, 21 de Janeiro de 2010.

### 2. Declarações da Presidência.

**Presidente.** - É com grande pesar que tenho de vos informar da morte trágica de Pilar Juarez Boal, vice-directora da Delegação da União Europeia no Haiti. A Sra. Juarez Boal foi funcionária do Parlamento Europeu até 2002. Morreu no trágico terramoto que abalou o Haiti em 12 de Janeiro. O número total de vítimas do sismo poderá vir a atingir os 200 000. Recordam-se decerto que, durante a sessão do mês passado, observámos um minuto de silêncio em memória de todas as pessoas que morreram em consequência do sismo. Nessa altura não sabíamos, não tínhamos a certeza, de que entre elas se encontrava uma pessoa que estava tão estreitamente associada ao Parlamento Europeu e ao trabalho da União Europeia - Pilar Juarez Boal.

Ontem, teve lugar a segunda volta das eleições presidenciais na Ucrânia. Enquanto aguardamos a confirmação oficial dos resultados da votação, gostaria de felicitar o povo da Ucrânia por ter realizado eleições livres e transparentes. É o que dizem as notícias vindas da Ucrânia. Ainda não recebi nenhuma comunicação oficial mas, segundo as declarações dos nossos colegas do Parlamento Europeu que estiveram a observar as eleições, para além de um certo número de queixas e daquilo que foram certamente violações da lei eleitoral, a grande maioria dos actos de todas as pessoas associadas ao processo eleitoral obedeceu aos procedimentos e às normas das eleições democráticas. Trata-se de uma grande conquista para a Ucrânia. Recordamos que, há cinco anos, foi totalmente diferente. Aquilo que desejamos hoje à Ucrânia é que um presidente eleito democrática e pacificamente saiba agir em prol do país. Desejamos igualmente estabelecer as melhores relações possíveis com a Ucrânia. Apesar do elevado grau de instabilidade política nos últimos anos, vê-se que a democracia na Ucrânia tem bases sólidas.

Gostaria igualmente de aproveitar esta oportunidade para instar todas as forças políticas na Ucrânia a superarem as suas divergências e a começarem a trabalhar juntas com vista a realizar reformas sociais e económicas, bem como reformas judiciais e constitucionais, e a levarem por diante a sua agenda europeia. Vou reafirmar o seguinte: a União Europeia está muito interessada em manter relações positivas e amigáveis com a Ucrânia. Isto diz respeito tanto ao futuro governo como à oposição. Esperamos que a Ucrânia queira trabalhar connosco nesse sentido. Trata-se de um desafio comum e de uma responsabilidade comum. Na quarta-feira, vamos realizar um debate sobre a situação na Ucrânia no seguimento das eleições. Os nossos colegas vão apresentar-nos os seus relatórios. A missão de observação das eleições do Parlamento Europeu foi presidida por Paweł Kowal. Os observadores europeus estiveram no terreno a assistir às eleições de domingo e vão partilhar connosco informações sobre esse processo.

A votação para aprovação da nova Comissão Europeia terá lugar amanhã. Este será um dos momentos mais importantes da actual legislatura. Em nome dos nossos cidadãos, iremos expressar a nossa vontade numa votação democrática, pelo que amanhã é um dia muito importante.

Durante a sessão de amanhã, iremos igualmente votar a resolução relativa ao novo acordo-quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão. O texto deste acordo já vos foi distribuído. Trata-se de um acto legislativo muito importante que determinará a forma como as duas instituições irão trabalhar em conjunto durante a próxima legislatura.

Na quarta-feira, vamos realizar um outro importante debate sobre o tratamento de dados relativos a mensagens de pagamentos e a sua transferência para os Estados Unidos para efeitos do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo. Eu próprio irei presidir a esse debate. O Parlamento Europeu atribui uma importância extraordinária à necessidade de garantir o nível correcto de protecção dos dados pessoais. Fomos

eleitos directamente pelos nossos cidadãos e temos responsabilidades para com eles, mas, por outro lado, compreendemos a importância do acordo SWIFT. Estas prioridades devem ser tidas em conta por todos os deputados desta Assembleia ao tomarem esta decisão importante e responsável. A votação terá lugar na quinta-feira. Não poderei estar presente durante a votação, porque irei estar a participar no Conselho Europeu em Bruxelas.

Gostaria de vos dar uma outra informação.

O senhor que está sentado à minha direita (*David Harley*) vai iniciar o seu último período de sessões após 35 anos no Parlamento Europeu.

(*Aplausos*)

O sistema de pensões está a funcionar, mas por vezes não gostamos muito que assim seja, porque vamos perder um colega extremamente responsável que nos ajudou a sermos mais eficientes no Parlamento Europeu durante tantos anos - vamos perdê-lo, Sr. David Harley.

Desejo-lhe as maiores felicidades nos próximos anos. Espero que, futuramente, venha de vez em quando assistir aos nossos períodos de sessões para ver como estamos a trabalhar e, talvez, dar-nos alguns conselhos. Mais uma vez, muito obrigado.

(*Aplausos*)

### **3. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta**

### **4. Composição das comissões: ver Acta**

### **5. Declarações escritas caducadas: Ver Acta**

### **6. Petições: ver acta**

### **7. Perguntas orais e declarações escritas (entrega): Ver Acta**

### **8. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: ver Acta**

### **9. Seguimento dado às posições e resoluções do Parlamento: ver Acta**

### **10. Decisões sobre determinados documentos: ver acta**

### **11. Entrega de documentos: ver Acta**

### **12. Ordem dos trabalhos**

**Presidente.** - Já foi distribuído o projecto definitivo de ordem do dia do presente período de sessões, elaborado pela Conferência dos Presidentes na sua reunião de quinta-feira, 4 de Fevereiro de 2010, nos termos do artigo 137.º do Regimento. Foram propostas as seguintes alterações:

*Segunda-feira:*

Não foram propostas alterações.

*Terça-feira:*

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) apresentou um pedido no sentido de se inscreverem na ordem dos trabalhos declarações do Conselho e da Comissão sobre a difícil situação monetária e económica dos países da zona euro. Isto diz respeito aos Estados-Membros que estão a enfrentar dificuldades financeiras.

**Corien Wortmann-Kool**, *em nome do Grupo PPE*. - (NL) É importante para esta Assembleia debater os últimos acontecimentos na zona euro bem como as medidas que a Comissão Europeia está a tomar relativamente aos países da zona euro que se encontram na zona de perigo.

Vimos que, nas últimas semanas, esses acontecimentos tiveram um impacto muito grande na taxa de câmbio do euro e também conduziram a turbulências nos mercados financeiros. Por conseguinte, antes da cimeira informal de quinta-feira, gostaríamos que nos fosse apresentada uma declaração do Conselho e da Comissão, não só sobre os planos que já foram propostos, mas também sobre as medidas que ainda podem ser tomadas para restabelecer a confiança na zona euro o mais rapidamente possível.

**Hannes Swoboda**, *em nome do Grupo S&D*. - (DE) Senhor Presidente, gostaria de expressar o meu apoio categórico a esta proposta. É importante discutirmos esta questão e examinarmos os problemas fundamentais sem entrarmos em querelas político-partidárias sobre quem é responsável pela crise.

Tenho dois pedidos a fazer. Em primeiro lugar, caso os meus colegas do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) estejam de acordo, penso que devíamos incluir "impacto social" no título, a fim de tornar bem claro que aquilo que aqui está em jogo é o impacto social da crise nesses países.

Em segundo lugar, queremos também falar com a Comissão, mas queremos discutir o assunto com os membros da Comissão que vão ser responsáveis por esta questão no futuro. Atendendo a que a nova Comissão ainda não tomou posse, devemos pedir ao Presidente da Comissão que participe pessoalmente no debate ou que envie alguém que detenha um cargo na nova Comissão, como, por exemplo, o Senhor Comissário Almunia ou o Senhor Comissário Rehn. Tratando-se de um debate tão difícil e importante, seria sensato termos um interlocutor que venha posteriormente a assumir as mesmas responsabilidades na Comissão.

**Presidente**. - Se concordarmos com este pedido e inscrevermos este ponto na ordem dos trabalhos, estarão presentes representantes da Comissão. Vou falar com o Presidente Durão Barroso sobre o assunto. Alguém deseja opor-se a esta proposta? Não vejo ninguém. Passaremos agora à votação. Quem é a favor desta proposta?

**Corien Wortmann-Kool**, *em nome do Grupo PPE*. - (NL) Gostaria de subscrever enfaticamente a proposta do senhor deputado Swoboda. A questão tem a ver com todas as consequências, evidentemente, incluindo as consequências sociais.

(O Parlamento aprova o pedido)

Quarta-feira:

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) apresentou um pedido no sentido de se realizarem os três debates sobre os relatórios de progresso de 2009 relativos à Croácia, à Antiga República Jugoslava da Macedónia e à Turquia como uma discussão conjunta.

**Ioannis Kasoulides**, *em nome do Grupo PPE*. - (EN) Senhor Presidente, trata-se efectivamente de três resoluções aprovadas pela Comissão dos Assuntos Externos, em que se examinam os relatórios de progresso da Comissão relativos ao alargamento.

Podem, portanto, ser considerados em conjunto, examinados em conjunto e debatidos em conjunto.

(O Parlamento aprova o pedido)

Quarta-feira:

O Grupo da Europa da Liberdade e da Democracia apresentou um pedido no sentido de se acrescentar à ordem dos trabalhos uma pergunta oral dirigida à Comissão sobre os proprietários imobiliários estrangeiros em Espanha.

**Marta Andreasen**, *em nome do Grupo EFD*. - (EN) Senhor Presidente, sei que teve uma ordem de trabalhos sobrecarregada na reunião da Conferência dos Presidentes da semana passada e que não houve muito tempo para debater a inscrição deste ponto na ordem dos trabalhos, mas, no plenário de Janeiro - como todos viram - houve deputados de vários grupos políticos que expressaram a sua preocupação quanto aos aspectos focados na pergunta sobre os abusos relacionados com os bens imobiliários pertencentes a estrangeiros em Espanha. Na quarta-feira à noite haveria uma oportunidade de a Comissão apresentar uma resposta.

Por conseguinte, convido os nossos colegas a apoiarem esta proposta. Em nome do Grupo EFD, convido-vos a realizar uma votação nominal. Se a maioria se mostrar a favor desta proposta, gostaria de propor uma segunda votação nominal para encerrar o debate com uma resolução.

**Gerard Batten (EFD).** - (EN) Senhor Presidente, gostaria de manifestar o meu apoio à proposta da senhora deputada Andreasen, porque muitos cidadãos dos nossos círculos eleitorais nos escrevem sobre este problema, e julgo que é um assunto que o Parlamento devia debater.

**Guy Verhofstadt,** *em nome do Grupo ALDE.* - (FR) Senhor Presidente, quero apenas fazer notar que um grupo muito antieuropeu está a usar o Parlamento Europeu para levantar esta questão. Trata-se de algo que considero bem-vindo mas, mesmo assim, oponho-me à proposta, Senhor Presidente.

(Aplausos)

(O Parlamento rejeita o pedido)

**Gerard Batten (EFD).** - (EN) Senhor Presidente, se me permite, gostaria de apresentar muito brevemente um ponto de ordem. O meu colega daquela bancada (*deputado Guy Verhofstadt*) chamou-nos "antieuropeus". Não é verdade; somos anti-União Europeia.

**Presidente.** - Isso não é um ponto de ordem. Por favor não faça observações sobre o fundo de uma questão quando estamos a fixar a ordem dos trabalhos e não há tempo para essas coisas.

*Quinta-feira:*

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde apresentou uma proposta relativa ao debate sobre casos de violações dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito. O grupo propõe que se substitua o debate sobre Madagáscar por um debate sobre a pena de morte, nomeadamente o caso de Mumia Abu-Jamal.

**Sabine Lösing,** *em nome do Grupo GUE/NGL.* - (DE) Senhor Presidente, pensamos que o ponto relativo a Madagáscar não é especialmente importante nesta altura. Por conseguinte, pedimos que o tempo que lhe está atribuído seja utilizado para debater o caso de Mumia Abu-Jamal, o jornalista afro-americano que foi considerado culpado de ter assassinado um polícia em 1982, após um julgamento baseado em provas circunstanciais.

Mumia Abu-Jamal foi condenado à morte e está à espera no corredor da morte há 30 anos. Até à data, não se encontrou uma explicação satisfatória para os acontecimentos em torno deste assassinio e as provas nunca foram convenientemente investigadas. Em qualquer caso, a pena de morte é uma das violações mais evidentes dos direitos humanos que conhecemos. Embora neste julgamento a pena de morte pudesse ter sido comutada em prisão perpétua, a acusação rejeitou essa possibilidade no final de Janeiro. A vida de Mumia Abu-Jamal está mais em risco do que nunca. Gostaríamos que este assunto fosse debatido em plenário de modo a decidirmos que medidas devemos tomar para garantir que a sua pena de morte seja suspensa e que seja dada a Mumia Abu-Jamal a oportunidade de provar a sua inocência num julgamento justo.

**Véronique De Keyser,** *em nome do Grupo S&D.* - (FR) Senhor Presidente, não nego que a situação de Mumia Abu-Jamal seja crítica e julgo que o seu caso merece certamente ser apreciado. No entanto, a situação em Madagáscar é absolutamente caótica. O país inteiro está a sofrer às mãos de um regime transitório que assumiu o poder ilegalmente e que está a conduzir o país para a anarquia.

É muito difícil dizer-lhe que um assunto é mais importante do que o outro. Penso que podemos salvar Madagáscar. O Senhor Presidente pode fazer diligências novamente junto dos Estados Unidos para que este país peça novamente a suspensão da pena de morte. Não será a primeira vez que isso acontece e, infelizmente, receio que não seja a última. Em qualquer caso, em nome do meu grupo, recuso-me a retirar a resolução que preparámos sobre a questão de Madagáscar, onde também existe um perigo real para toda uma população.

**Presidente.** - Em conformidade com a vossa proposta, irei analisar o problema minuciosamente, após o que farei uma declaração sobre o mesmo.

(O Parlamento rejeita o pedido)

(A ordem dos trabalhos fica assim fixada)<sup>(1)</sup>

### 13. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes

**Presidente.** - Seguem-se na ordem do dia as intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes.

**Elena Oana Antonescu (PPE).** - (RO) O Governo romeno está a examinar a possibilidade de introduzir um imposto sobre as refeições rápidas, na esperança de que isso reduza progressivamente o número de cidadãos, especialmente crianças e jovens, que consomem esse tipo de refeições, cujo impacto no organismo humano a médio e longo prazo é extremamente prejudicial.

Lançar um imposto poderá parecer uma solução elaborada em tempo de crise, mas se uma medida deste tipo for aplicada correctamente, o seu impacto poderá ir além da esfera fiscal e estender-se à educação. É uma medida que permitirá que um número cada vez maior de pessoas compreenda que cuidar da sua saúde começa pelo regime alimentar. Os fundos gerados por esse imposto seriam afectados exclusivamente a programas destinados a informar o grande público sobre os ingredientes e substâncias que lhes podem fazer mal.

As doenças causadas pela obesidade tendem a representar um encargo crescente para os sistemas de saúde dos Estados-Membros, e a ligação entre a obesidade e as refeições rápidas está bem documentada. A promoção de hábitos alimentares saudáveis devia tornar-se uma política fundamental na União Europeia, e há que garantir que assim seja sem demora. Um programa europeu baseado nas iniciativas concebidas por vários Estados-Membros seria bem-vindo e extremamente útil. Poderia ajudar a tornar mais saudável o regime alimentar de base da União Europeia

**Jarosław Kalinowski (PPE).** - (PL) Senhor Presidente, gostaria de falar sobre a segurança do abastecimento de matérias-primas de que os agricultores e comerciantes da União Europeia necessitam para fins de produção, e de que necessitam também os produtores de géneros alimentícios e alimentos para animais. Uma das questões principais e das maiores ameaças à cadeia da oferta europeia é o facto de não se ter ainda estabelecido na UE um limite muito baixo, aceitável, de presença de variedades de organismos geneticamente modificados que ainda não tenham sido aprovados. Segundo os últimos trabalhos de investigação, em 2015 haverá cerca de 120 novas espécies de OGM a ser cultivadas no mundo inteiro. A inexistência de uma solução irá contribuir para um aumento dos preços dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, o que poderá contribuir para que muitos agricultores saiam do mercado. O exemplo mais recente é a situação que se verificou em Julho do ano passado, quando vestígios de variedades geneticamente modificadas foram encontradas em fornecimentos de soja. Isto teve uma influência significativa em toda a cadeia alimentar humana e animal, uma vez que a Europa ainda não consegue satisfazer as suas necessidades recorrendo exclusivamente à produção interna e tem de importar 14 milhões de toneladas por ano.

**Ádám Kósa (PPE).** - (HU) Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente ou à Mesa do Parlamento para transmitirem à Comissão Europeia que, no decurso do meu trabalho, apresentei duas perguntas por escrito num período de seis meses. No primeiro caso, recebi uma resposta depois de um longo período de tempo, e continuo sem ter recebido uma resposta à minha segunda pergunta, apresentada em 30 de Novembro. Penso que seria importante haver uma comunicação e um diálogo adequados entre as instituições da UE. Por favor transmitam o que acabo de dizer, a fim de assegurar que o meu trabalho não seja prejudicado e que eu receba as respostas solicitadas.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D).** - (HU) Senhor Presidente, Senhora Comissária, é muito positivo para a União Europeia ter finalmente um rosto, uma Ministra dos Negócios Estrangeiros, por assim dizer, na pessoa de Cathy Ashton. Durante a sua audição, Cathy Ashton disse uma frase sobre a China, cuja importância a nível mundial não necessitamos de salientar aqui. Surpreendentemente, nem um único deputado do Parlamento com o direito de fazer perguntas sobre a China usou da palavra, embora a UE tenha recentemente recebido uma bofetada na Cimeira de Copenhaga sobre o clima, onde a China e os EUA chegaram a um acordo sem o nosso conhecimento. É também surpreendente que o Conselho Europeu, ao longo da sua existência, nunca tenha discutido as relações entre a UE e a China. Por conseguinte, peço ao Senhor Presidente que solicite ao Conselho Europeu para inscrever na sua ordem de trabalhos a relação estratégica entre a UE e a China, enquanto o Parlamento deve, futuramente, ocupar-se desta questão, o que é inteiramente adequado dada a importância daquele país.

<sup>(1)</sup> Outras alterações à ordem dos trabalhos: ver Acta

**George Sabin Cutaş (S&D).** - (RO) A principal prioridade da futura Comissão Europeia tem de ser a redução das disparidades económicas entre os Estados-Membros através do estabelecimento de uma estreita cooperação ao nível da política orçamental e monetária.

Esta receptividade à cooperação tem sido evidente desde o início da crise económica e é absolutamente necessário que se mantenha. Ao mesmo tempo, quando está em causa a coordenação a nível orçamental, há que considerar o facto de que a União Europeia inclui países cujas economias têm estruturas diferentes. Com efeito, as economias de certos Estados-Membros caracterizam-se por movimentos cíclicos maiores, pois exigem um nível elevado de investimento público, e o seu potencial de crescimento é superior ao das economias mais maduras da UE.

O Pacto de Estabilidade e Crescimento e o actual procedimento de adesão à zona euro devem, portanto, incluir cláusulas de flexibilidade susceptíveis de permitir a análise das despesas públicas ao longo de todo um ciclo económico, de modo a que os Estados-Membros possam investir quando isso se torna necessário. Isto seria uma forma de garantir que todos os Estados-Membros se desenvolvam de acordo com a fase em que se encontra a sua economia.

**Anni Podimata (S&D).** - (EL) Senhor Presidente, assistimos nos últimos dias a um ataque coordenado sem precedentes à economia dos Estados-Membros da zona euro, com o *spread* das obrigações do tesouro de certos países, tais como a Grécia, Portugal e Espanha, a rebentar a escala.

É nítido que estes países estão a ser usados para atacar a coesão económica da zona euro em geral e o euro em particular. São precisamente os mecanismos que criaram a crise de crédito mundial que estão agora a especular escandalosamente à custa dos países que se debatem com os problemas financeiros mais graves.

É por esta razão que, para a Europa, não se pode tratar simplesmente de uma questão de avaliar as medidas que estão a ser tomadas para combater o défice. A questão que se põe verdadeiramente é a seguinte: será que tencionamos adoptar medidas de solidariedade a nível europeu protegendo a zona euro e o euro, e iremos nós, a seu tempo, decidir adoptar políticas destinadas a promover uma coesão económica fundamental, e não apenas a coesão monetária?

**Carl Haglund (ALDE).** - (SV) Senhor Presidente, com efeito a partir do princípio deste ano, a directiva da UE relativa ao teor de enxofre dos combustíveis estabelece um limite de 0,1% para o teor de enxofre do combustível utilizado por navios que façam escala em portos e utilizem as vias navegáveis interiores. De um ponto de vista ambiental, trata-se de uma medida positiva. É importante que a navegação, em particular, também se torne mais ecológica.

Actualmente, a maior parte dos navios de passageiros e de carga de longo curso utilizam óleo combustível pesado. No Mar Báltico, já há muitos anos que estamos a utilizar o chamado óleo combustível pesado com baixo teor de enxofre, ou seja, um teor de enxofre de 0,5%, a fim de proteger o ambiente. Um baixo teor de enxofre no mar não é considerado um problema ambiental, porque o principal objectivo tem sido reduzir a poluição urbana. É esta, pois, a posição que, a meu ver, a UE deve tomar sobre esta questão - nomeadamente, incentivar a utilização de óleo combustível pesado com um baixo teor de enxofre.

O desafio que enfrentamos reside no facto de a Convenção Marpol da OMI recomendar um limite de 0,1% para todos os navios no Mar Báltico, com efeito a partir de 2015, uma medida que pode ter consequências devastadoras para o Mar Báltico. Gostaria, portanto, de recordar aos senhores deputados e de incentivar as pessoas a não ...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Chris Davies (ALDE).** - (EN) Senhor Presidente, por vezes, há colegas neste Parlamento que dificultam muito a vida aos seus amigos. A Mesa recomendou despesas com vista a contratar mais 150 pessoas para o Parlamento e para os grupos políticos, a fim de fazer face às necessidades decorrentes do Tratado de Lisboa - um aumento de despesas enorme numa altura em que tantos dos nossos cidadãos enfrentam reduções na administração pública e aumentos dos impostos.

Há mais de dez anos que lido com legislação no âmbito do processo de co-decisão. Não creio que necessitemos de tanto pessoal. Penso que podemos reafectar e utilizar os nossos funcionários mais eficazmente, sem um aumento do nosso orçamento.

Todos nós que dirigimos um conselho - ou mesmo um governo - sabemos que, por vezes, temos de viver com os recursos de que dispomos. Não devemos fazer coisas pelas quais não podemos prestar contas. A

prova deve ser sempre a seguinte: conseguiremos nós comparecer numa reunião pública e explicar aos nossos cidadãos o que estamos a fazer? Creio que, neste caso, não o conseguiríamos fazer.

**Marek Józef Gróbarczyk (ECR).** - (PL) Senhor Presidente, a base da segurança energética na União Europeia reside na diversificação do abastecimento de gás. Tornarmo-nos dependentes de fornecimentos vindos de apenas uma direcção irá, a longo prazo, causar um desequilíbrio, não só em termos de segurança energética, mas também do ponto de vista económico. Ninguém na Europa compreende isso melhor do que os países pós-comunistas, que continuam sob a influência - a enorme influência - da Rússia. O gasoduto do Norte da Europa irá eliminar a possibilidade de diversificação e limitar a possibilidade de desenvolvimento dos portos do Báltico e, especialmente, de uma nova fonte de abastecimento de gás diversificada para a Europa, o terminal de gás de Świnoujście. Além disso, há também o aspecto ecológico do impacto negativo da construção do gasoduto. O relatório do ano passado revela claramente que o gasoduto do Norte da Europa terá um impacto negativo. Insto a Comissão a examinar novamente este assunto.

**Malika Benarab-Attou (Verts/ALE).** - (FR) Senhor Presidente, gostaria de saber que medidas tenciona a União Europeia introduzir para garantir que todos os Estados-Membros respeitam o direito de asilo e os direitos humanos das pessoas que aqui chegam vindas das margens sul do Mediterrâneo.

Muitas dessas pessoas chegam numa embarcação frágil, e vários milhares de africanos estão a morrer afogados sem que ninguém proteste. Serão o Conselho e a Comissão verdadeiramente sensíveis a estas questões, que se inserem nas esferas dos direitos humanos e da ajuda humanitária?

As declarações do Ministro Moratinos sobre o reforço da abordagem baseada na segurança e sobre os recursos suplementares afectados à FRONTEX, medida que se deve a uma decisão recente do Conselho, não me tranquilizam quanto a este aspecto.

Senhoras e Senhores Deputados, é a nós que compete agir de modo a assegurar que as nossas acções correspondam aos nossos valores. Esta questão é urgente, porque há vidas em risco.

**Bairbre de Brún (GUE/NGL).** - (GA) Senhor Presidente, nas últimas semanas, realizaram-se negociações como parte da fase mais recente do processo de paz da Irlanda do Norte. Os partidos políticos e os governos do Reino Unido e da Irlanda participaram nessas conversações. A sua participação destinava-se, principalmente, a garantir a transferência das competências em matéria de policiamento do Parlamento de Westminster, em Londres, para a Assembleia, em Belfast. Foram igualmente discutidas outras questões importantes.

Congratulo-me com o facto de estas conversações terem finalmente terminado com um acordo entre as partes, e estou certa de que o Parlamento Europeu também saudará este avanço. Espero que agora possamos ocupar-nos de outros compromissos, que ainda não foram cumpridos. Isso far-nos-á avançar em direcção a instituições políticas estáveis, que funcionem com base na igualdade, na partilha do poder e no respeito mútuo.

**Paul Nuttall (EFD).** - (EN) Senhor Presidente, pedi esta intervenção de um minuto para realçar o efeito terrível das recolhas de lixo quinzenais nas comunidades do meu círculo eleitoral no Noroeste de Inglaterra.

Vejamos, por exemplo, o caso de Bootle, a minha cidade, onde as famílias vivem em casas em banda, sem jardim à frente e pouco espaço nas traseiras. É uma loucura só poderem pôr o lixo na rua de duas em duas semanas.

Isto tem causado, naturalmente, uma acumulação de lixo, pois não há espaço onde o guardar. Se tivermos um Verão quente, podem ter a certeza de que esta situação irá causar o aparecimento de toda a espécie de bichos nocivos, o que por sua vez constituirá um risco para a saúde pública.

Mas por que razão trago este assunto a esta Assembleia? Porque a recolha quinzenal de lixo é uma consequência directa da Directiva "Aterros", que mereceu o apoio dos trabalhistas e dos conservadores britânicos neste Parlamento. Pessoalmente, espero que um grande número de eleitores se lembre disso quando for votar nas eleições gerais este ano.

**Andreas Mölzer (NI).** - (DE) Senhor Presidente, dentro de dois dias iremos debater a questão dos *scanners* corporais. Durante esse debate, iremos abordar a questão geral da segurança nos aeroportos, isto é, a nossa abordagem em relação à segurança dos aeroportos na União Europeia. Tem acontecido repetidas vezes a União Europeia adoptar precipitadamente legislação, com base seja em supostas ameaças terroristas ou, por

vezes, ameaças reais. Isto não melhora a segurança dos aeroportos. O que faz é gerar medidas cada vez mais laboriosas e cada vez mais absurdas.

Se considerarmos, por exemplo, as estações ferroviárias, a sua situação é fundamentalmente idêntica à dos aeroportos. De um modo geral, as estações ferroviárias não aplicam medidas de segurança, pelo menos no que respeita ao tráfego a nível europeu e nacional. Isto leva-nos a perguntar se a nossa preocupação com a segurança nos aeroportos não será exagerada. A burocracia desenfreada e uma torrente interminável de medidas de segurança não contribuirão para a segurança, mas sim para o transtorno dos passageiros dos transportes aéreos.

**Krzysztof Lisek (PPE).** - (PL) Senhor Presidente, tal como nos disse, vamos votar a nomeação da nova Comissão Europeia. E, tal como disse, trata-se efectivamente de um momento muito importante, um momento que está ligado a muitas esperanças, não só dos deputados deste Parlamento Europeu e dos membros dos governos europeus, mas principalmente dos cidadãos da União Europeia. Neste contexto, a criação de uma política externa comum da União Europeia reveste-se de um significado especial, o que significa que o desafio que a senhora baronesa Ashton enfrenta neste domínio é ainda maior.

Há dois novos desafios. O primeiro, e o Senhor Presidente mencionou-o, é a Ucrânia. Independentemente dos resultados das eleições, temos de formular e aplicar sistematicamente uma nova política face à Ucrânia, uma política da União Europeia, a fim de permitir que esse país se torne futuramente um Estado-Membro da UE. No entanto, o segundo assunto é a Bielorrússia. Gostaria de informar que, lamentavelmente, há algumas horas, foi perpetrada uma outra violação dos direitos humanos na Bielorrússia. A polícia bielorrussa entrou na Casa da Polónia em Iwieniec, impedindo a actividade da União de Polacos na Bielorrússia.

**Gabriel Mato Adrover (PPE).** - (ES) Senhor Presidente, em Dezembro passado, a União Europeia e o Reino de Marrocos estabeleceram entre si um acordo de liberalização do comércio de produtos agrícolas. Infelizmente, a única informação de que dispomoa sobre o conteúdo desse acordo foi obtida através da comunicação social.

Essa informação revela um aumento da quota de tomate importado pela União Europeia, um facto que rejeitamos categoricamente, já que o Reino de Marrocos não tem respeitado frequentemente as suas obrigações para com a União Europeia. A Comissão Europeia recusa-se a admitir a existência desta situação, embora o próprio OLAF o tenha feito.

Não podemos permitir que a Comissão continue a fechar os olhos, ignorando as necessidades dos produtores das Canárias, da Andaluzia, de Múrcia e de Alicante. Por conseguinte, insistimos vigorosamente em que os acordos sejam respeitados e em que se dedique mais atenção aos controlos fitossanitários. Além disso, o calendário das exportações marroquinas devia tornar-se mais flexível, de modo a permitir que as exportações se distribuam por todo o ano.

**Paulo Rangel (PPE).** - Senhor Presidente, eu queria denunciar aqui aquilo que se está a passar em Portugal neste momento, onde é claro que a comunicação social trouxe à luz um plano do governo para controlar os jornais, para controlar estações de televisão, para controlar estações de rádio, o que põe em causa a liberdade de expressão. Ainda esta semana um jornalista muito conhecido, Mário Crespo, viu censurada uma crónica sua também por sugestão - ou aparente sugestão - do Primeiro-Ministro.

Perante isto, o Primeiro-Ministro José Sócrates tem de dar explicações substanciais ao País, tem de explicar que não está a dominar, a cercear, a censurar a liberdade de expressão em Portugal.

Pela forma que estamos a andar, Portugal já não é um Estado de Direito, é um Estado de Direito formal onde o Primeiro-Ministro se limita a formalidades, a procedimentos, a formalismos e não quer dar explicações substanciais.

Para Portugal queremos um Estado de Direito material!

**Véronique De Keyser (S&D).** - (FR) Senhor Presidente, no dia 27 de Janeiro, às duas da manhã, uma explosão de gás destruiu o centro histórico de Liège. Encontrava-me no local, juntamente com os meus colegas do conselho comunal, e foi apenas por milagre que sobrevivemos. Mas 14 pessoas perderam a vida devido à explosão. Há dezenas de feridos e 500 pessoas deslocadas.

Gostaria de prestar aqui homenagem não apenas às vítimas e às suas famílias, mas também à coragem excepcional demonstrada pelos bombeiros e por todo o pessoal de salvamento. Neste contexto, gostaria de vos recordar que ainda não há um estatuto único para os bombeiros em toda a União Europeia e que, no



meu país, tal como noutros, o combate a incêndios continua a não ser considerado uma profissão de risco. Apelo à criação de um estatuto europeu para os bombeiros, já que, em muitas circunstâncias, lhe é solicitado que prestem assistência transfronteiriça.

**Presidente.** - Agradeço ao senhor deputado pela sua declaração e por ter chamado a nossa atenção para a tragédia que ocorreu aqui tão perto de nós, na Bélgica. Foi sem dúvida um incidente trágico. Muito obrigado. Gostaríamos de manifestar a nossa profunda solidariedade para com aqueles que sofreram em consequência desta tragédia, bem como para com as suas famílias.

**Rosario Crocetta (S&D).** - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a finalidade da minha intervenção é chamar a atenção para a gravidade do processo de desindustrialização que está a afectar uma série de centros industriais sicilianos, em particular, a fábrica de automóveis de Termini Imerese, propriedade do grupo FIAT, e a unidade petroquímica de Gela, que pertence ao grupo ENI. A fábrica de Termini Imerese está a ser prejudicada pela concorrência resultante do regime de salários baixos praticado em alguns países da UE, enquanto a de Gela está a ser prejudicada pela concorrência asiática.

Relativamente aos graves processos de desindustrialização que se estão a verificar em numerosos locais da União, considero que chegou o momento de reconsiderar a política de não intervenção adoptada até agora pela Comissão Europeia e de começar a lançar uma série de medidas estratégicas importantes destinadas a apoiar a indústria europeia. Este apelo é dirigido principalmente à Comissão Europeia e ao Senhor Comissário Tajani, responsável pela Indústria e Empreendedorismo.

**Jelko Kacin (ALDE).** - (SL) Na quinta-feira da semana passada, o Parlamento da Antiga República Jugoslava da Macedónia adoptou uma declaração de apoio à resolução do Parlamento Europeu sobre Srebrenica, que aprovámos por esmagadora maioria há um ano.

Nessa resolução, o Parlamento prestou homenagem a todas as vítimas de todas as partes beligerantes de todas as guerras da última década do século passado, e não só às vítimas de Srebrenica. O Parlamento de Skopje é o terceiro dos Balcãs Ocidentais a ter ratificado e adoptado a resolução, por 70 votos a favor e apenas um voto contra. Esta maioria e este consenso merecem também o respeito e o reconhecimento desta Assembleia.

Embora a Antiga República Jugoslava da Macedónia não tenha estado de maneira nenhuma envolvida no trágico acontecimento, a sua resposta vigorosa constitui um acto de solidariedade e um gesto civilizado que merece respeito e admiração. A decisão do Parlamento da Antiga República Jugoslava da Macedónia é uma expressão de respeito por todas as vítimas e uma mensagem de que partilhamos a responsabilidade por construir um futuro melhor e mais auspicioso para todos os países dos Balcãs Ocidentais. Trata-se de um passo em direcção ao futuro, de um gesto de reconciliação dirigido a todos os países vizinhos e de um exemplo para todos os outros países da região.

Tendo eu participado na elaboração desta resolução, gostaria de felicitar os deputados do Parlamento da Antiga República Jugoslava da Macedónia pela sua coragem política e pelo seu contributo para a reconciliação na região.

**Michail Tremopoulos (Verts/ALE).** - (EL) Senhor Presidente, gostaria de frisar que, neste tempo de crise económica, em que alguns países se encontram em recessão, há outros, como a Grécia, que necessitam de resolver certas questões relacionadas com a igualdade entre géneros, já que a crise está a afectar mais as mulheres do que os homens.

Nos últimos anos desenvolveram-se muitos esforços e foram aprovadas leis na Europa que criaram certas facilidades e ferramentas específicas nesta área; no entanto, as directivas comunitárias relativas à igualdade de tratamento entre homens e mulheres não estão a ser transpostas para a legislação nacional.

Atendendo a que, não obstante esses esforços, ainda não corrigimos as disparidades entre os sexos, já que as mulheres estão a ganhar menos 17% do que os homens e se confrontam com formas específicas de racismo no mercado de trabalho, gostaria de salientar que qualquer regulamento ou mudança no que respeita a questões de seguros ou de trabalho têm de ser acompanhados de novas infra-estruturas sociais.

**Zbigniew Ziobro (ECR).** - (PL) Senhor Presidente, muito obrigado por me dar a oportunidade de usar da palavra, pois gostaria de falar sobre um assunto importante relacionado com os custos da política climática.

A União Europeia está a planear a sua política climática de uma maneira sistemática. No entanto, um aspecto muito importante é o facto de essa política ter uma enorme influência nas economias dos Estados-Membros.

Se considerarmos as diferenças estruturais entre as economias dos vários Estados-Membros, torna-se muito claro que os custos de execução da estratégia suportados por cada um deles são muito diferentes. Por outro lado, é um facto que os novos Estados-Membros cumpriram as suas obrigações em matéria de redução das emissões de gases com efeito de estufa nos termos do Protocolo de Quioto, com uma grande margem. No caso da Polónia, a redução foi de quase 30% em comparação com os 6% exigidos, mas no caso dos "antigos 15" essa redução mal chegou aos 6%. Relativamente a este aspecto, tudo o que a Comissão fizer deve ter em conta os custos diferenciados de adaptação das economias dos vários Estados-Membros - até à data, têm sido os Estados-Membros a suportar os custos da redução das emissões de gases com efeito de estufa -, bem como contribuir para acabar com as mudanças susceptíveis de alterar o equilíbrio entre os Estados-Membros.

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Joe Higgins (GUE/NGL).** - (GA) Senhor Presidente, o Governo irlandês vai agora cobrar uma taxa de imposto sobre o valor acrescentado até 21% sobre serviços públicos prestados pelas autoridades locais, tais como a recolha e a reciclagem de lixo. A União Europeia está a obrigar o Governo irlandês a cobrar estes novos impostos, que vão sobrecarregar o trabalhador comum e os pobres, que já têm de suportar pesados encargos em consequência da crise do capitalismo na Irlanda. O governo tenciona igualmente introduzir novas taxas para a água aplicáveis às pessoas com casa própria, que poderá ascender a um montante de 500 a 1 000 euros por ano. Isto será mais um rude golpe para o nível de vida das pessoas que trabalham. Além disso, o governo está a preparar o sistema de abastecimento público de água tendo em vista a sua futura privatização. Advirto o Governo irlandês e a Comissão Europeia, que são a favor dos encargos e da privatização, que isto não será aceite e que estas medidas enfrentarão a oposição de uma enorme campanha de boicote pelas forças locais. Trata-se de mais um encargo económico que os trabalhadores da Irlanda não irão aceitar.

**Nikolaos Salavrakos (EFD).** - (EL) Senhor Presidente, amanhã vamos votar a nova Comissão Europeia e vamos tornar-nos os Estados Unidos da Europa. Assim que esse processo esteja concluído, necessitaremos, no quadro deste novo tipo de governação, de examinar a questão de uma política externa comum, a questão de uma política económica comum, a questão do estabelecimento de laços mais estreitos entre os membros da União e da solidariedade, e a programação do futuro da Europa. Um futuro que terá de avançar com o máximo cuidado no que respeita ao alargamento da Europa a outros países e, principalmente, no que respeita à imigração, que constitui um enorme problema em termos do futuro da Europa e deve, a meu ver, ser considerado não só ao nível dos governos nacionais, mas também no contexto de uma política comum da União Europeia.

É por esta razão que devemos instar a Comissão e esta Assembleia a prestarem especial atenção a esta questão.

**Louis Bontes (NI).** - (NL) Senhor Presidente, também eu, tal como o Senhor Presidente, visitei há algumas semanas Auschwitz, onde nos confrontámos directamente com os horrores que ali tiveram lugar. Imagine o meu espanto quando, há dias, os judeus foram demonizados em declarações odiosas no canal noticioso oficial da Autoridade Palestiniana.

Resumindo: "Os judeus são os inimigos de Alá e da Humanidade. O Profeta diz: mata os judeus". Estas declarações são francamente odiosas e sou da opinião de que isto não pode deixar de ter consequências. Um organismo cujo pretenso canal da televisão pública afirma que o "Profeta" incita ao assassinio dos judeus não deve receber nem mais um cêntimo - nem um único cêntimo - de fundos para desenvolvimento. O Parlamento Europeu deve defender a suspensão da concessão de fundos e deve expressar a sua indignação por tais atitudes.

**Nuno Teixeira (PPE).** - Senhor Presidente, o Livro Verde para a Reforma da política comum das pescas, cuja relatora é a minha colega dos Açores, Maria do Céu Patrão Neves, é uma oportunidade única para um debate acerca de um sector que assume uma grande importância no equilíbrio do desenvolvimento local das regiões ultraperiféricas.

A Madeira acompanha com particular interesse a discussão em curso e considera que é imperativo que se proponha a diferenciação entre frotas artesanais e frotas industriais que devem beneficiar de regimes de pesca diferentes. É fundamental a defesa de um princípio de discriminação positiva no que toca a limitar o acesso a águas territoriais dentro da zona económica exclusiva apenas a frotas artesanais locais.

Na Madeira é prioritário o apoio à modernização das embarcações, bem como uma gestão que garanta a conservação de um grupo abrangente de espécies no longo prazo. Só assim conseguiremos evitar situações insustentáveis para o equilíbrio económico, ambiental e social.

Por último, pugnaremos para que as pescas nas regiões ultraperiféricas tenham apoios permanentes e não datados.

**Romana Jordan Cizelj (PPE).** - (SL) A Europa está cheia de minorias, e as minorias étnicas representam uma parte significativa das mesmas. Considerando que as minorias indígenas representam uns escassos 8% das nossas populações, devemos tomar também em consideração as minorias de imigrantes, que representam outros 6,5%.

Antes das duas vagas de alargamento anteriores, os países candidatos tinham de demonstrar que estavam a respeitar os critérios relativos aos direitos das minorias. Pelo contrário, as políticas relativas às minorias e as relações com essas minorias nos países que já eram membros da União Europeia não estavam sujeitas a qualquer supervisão. Era uma situação incongruente.

Ultimamente, as minorias étnicas eslovenas da Itália, Áustria e Hungria têm estado sujeitas a grandes pressões devido aos cortes de fundos destinados a financiar os seus interesses. Por conseguinte, apelo aos decisores políticos europeus para que comecem a levar a sério as questões das minorias a nível europeu. O novo Tratado de Lisboa prevê uma base jurídica para acções neste domínio. Insto igualmente a Comissão Europeia a elaborar e apresentar um plano descrevendo pormenorizadamente a linha de acção que vai adoptar em relação à execução das disposições do Tratado de Lisboa destinadas a proteger as minorias.

**Anna Záborská (PPE).** - (SK) A Eslováquia encontra-se perante a ameaça da construção de um mega-casino enganadoramente denominado Metropolis. Depois de a Eslovénia, a Hungria e a Áustria se terem recusado a emitir as licenças necessárias, os grupos em causa estão agora a voltar-se para a Eslováquia, com o objectivo de realizarem ali o seu projecto empresarial. O parlamento de Bratislava emitiu um parecer negativo, mas a decisão não é definitiva e o projecto do casino subsiste.

A empresa responsável já está a recorrer a eufemismos e a apresentar o projecto como um centro polivalente. Fala-se de parques infantis, um aquaparque e um centro de conferências, mas não do mega-casino.

Que obstáculos pode a UE opor a fim de impedir os jogos de azar nos Estados-Membros? O que faz a UE para proteger os grupos mais vulneráveis? Não é segredo nenhum que os jogos de azar estão associados à criminalidade, à violência, ao crime organizado, à prostituição e a outros fenómenos conexos. Apelo aos colegas e às associações nacionais para que se juntem aos cidadãos da Eslováquia no seu protesto e assinem a declaração escrita, apoiando dessa forma o nosso protesto.

**Daciana Octavia Sârbu (S&D).** - (RO) O nome Roşia Montană está decerto a tornar-se cada vez mais conhecido entre as instituições e os cidadãos europeus. Trata-se de uma zona da Roménia que contém ruínas históricas que já atraíram a atenção da UNESCO e que agora correm o risco de ser destruídas. A utilização de cianetos na exploração mineira, que ameaçam destruir a integridade deste local e dos recursos que ali existem, está de novo a tornar-se uma possibilidade real.

Nas últimas semanas, o Governo romeno deu a entender que a destruição da região se pode considerar aceitável ao permitir o início das actividades de exploração mineira. Peço encarecidamente ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia que considerem a possibilidade de intervir em fóruns de líderes da UE, com vista a pôr termo àquilo que irá certamente tornar-se uma catástrofe ecológica e humana.

**Derek Vaughan (S&D).** - (EN) Senhor Presidente, desejo falar sobre a política energética. Tal como disse um orador anterior, garantir o futuro abastecimento energético é uma questão vital para todos nós, e para resolver este problema temos de considerar um vasto leque de tecnologias - não apenas uma; não apenas o gás. As energias renováveis terão, evidentemente, um papel a desempenhar, quer se trate da energia eólica, da biomassa ou da energia das marés, mas a energia nuclear e a captura e armazenamento de carbono (CAC) também devem desempenhar o seu papel.

Por conseguinte, saúdo as iniciativas recentes do Governo do Reino Unido, que tem vindo a anunciar uma série de projectos destinados a examinar novas tecnologias para as energias renováveis, mas também para a energia nuclear e a captura e armazenamento de carbono. Julgo que estas políticas irão garantir o abastecimento energético no Reino Unido no futuro, e considero isto um modelo para o resto da Europa. Penso que não devemos de modo nenhum pôr os ovos todos no mesmo cesto: temos de poder recorrer a um vasto leque de tecnologias. Insto os colegas desta Assembleia a avançar nesse sentido de futuro.

**Giommaria Uggias (ALDE).** - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, após a eclosão da crise financeira mundial, a Comissão Europeia apresentou uma medida - uma proposta que vai ser discutida

hoje - com vista a reforçar o combate à evasão fiscal. Essa medida permitirá aumentar a transparência entre os sistemas fiscais de todos os Estados europeus através da troca de informação sobre activos.

trata-se de uma medida positiva, mas não devemos esquecer que, há meses, uma maioria do parlamento italiano aprovou o "escudo fiscal", que esconde a identidade dos evasores fiscais e priva os cidadãos europeus de receitas do IVA.

Numa altura em que o mundo inteiro combate os vícios da ilegalidade, há algumas leis nacionais que são um insulto aos cidadãos honestos. Foi por estas razões que nós, juntamente com outros deputados dos partidos *l'Italia dei Valori* e *Partito Democratico*, apresentámos uma queixa à Comissão.

Ouvimos dizer que os serviços estão a dar seguimento à nossa queixa. Por conseguinte, peço à Comissão que seja corajosa, que aceite a responsabilidade de declarar que o escudo fiscal italiano é ilegal, de modo a permitir que esses capitais sejam tributados.

**Marek Henryk Migalski (ECR).** - (PL) Senhor Presidente, gostaria de falar sobre um assunto que já foi mencionado, mas quero reforçar o que foi dito. Neste momento, enquanto aqui estamos a falar, em Iwieniec, na Bielorrússia, está a ser realizada uma busca ilegal na Casa da Polónia, um dos escritórios da União dos Polacos na Bielorrússia. Trata-se de mais um acto de repressão contra a minoria polaca da Bielorrússia. Sei que o Senhor Presidente já interveio pessoalmente no caso da multa elevadíssima imposta a Angelika Borys, e gostaria de lhe agradecer a sua intervenção, porque, na verdade, temos a obrigação de ajudar aquela organização. Por outro lado, gostaria de lhe pedir, Senhor Presidente, bem como ao Conselho e à Comissão, que façam uma declaração o mais rapidamente possível e que intervenham em relação às violações dos direitos humanos na Bielorrússia - violações dos direitos dos polacos -, mas digo isto, principalmente, no contexto das violações dos direitos dos cidadãos - dos direitos humanos, ou seja, algo que devia ser importante para nós, como Parlamento Europeu.

**João Ferreira (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, nas últimas semanas assistimos à intensificação de uma insidiosa campanha ideológica em torno das medidas a adoptar pelos Estados para equilibrarem as finanças públicas. Não por acaso são protagonistas desta campanha muitos dos responsáveis pela actual crise económica e social. Tal como no passado, defendem novos ataques aos salários, aos direitos sociais e laborais, às funções sociais do Estado.

A resposta a esta ofensiva deram-na na semana passada dezenas de milhares de trabalhadores portugueses, que se manifestaram nas ruas exigindo aumentos salariais que reponham o poder de compra perdido ao longo da última década e condições dignas de aposentação.

O equilíbrio das contas públicas deve ser obtido ao ritmo do crescimento económico e corrigindo as graves injustiças na distribuição da riqueza que estão na origem da crise. A luta dos trabalhadores, o seu impulso progressista, é hoje um sinal de esperança e a mais sólida razão de confiança num futuro melhor.

**Godfrey Bloom (EFD).** - (EN) Senhor Presidente, há algumas semanas, o meu estimado amigo e colega de Yorkshire, Edward McMillan-Scott, trouxe a esta Assembleia o presidente do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), apresentando-o como uma lenda viva, de pouca dura, e um grande guru da climatologia - e devo dizer que ele me pareceu sem dúvida um guru -, mas afinal parece que é um engenheiro ferroviário que escreve livros sórdidos. Não que eu tenha alguma coisa contra engenheiros ferroviários. Alguns dos meus melhores amigos são engenheiros ferroviários e lêem sem dúvida livros sórdidos - a questão não é essa -, mas talvez explique, creio, por que razão o IPCC tem produzido tantos disparates absurdos nos últimos anos.

Não seria boa ideia a Comissão escrever, talvez, ao IPCC e sugerir que arranjem um novo presidente, talvez alguém um pouco mais qualificado?

**Krisztina Morvai (NI).** - (HU) Há alguns minutos, a senhora deputada Anna Záborská mencionou os mega-investimentos, os vários investimentos em casinos feitos por estrangeiros também na Hungria, contra os quais György Budaházy, o conhecido líder da oposição extraparlamentar protestou, juntamente com 12 membros do chamado grupo oposicionista Hunnia, que estão detidos à espera de julgamento há quase um ano. Não têm o direito de saber quais as provas apresentadas contra eles. Além disso, devido às peculiaridades dos regulamentos húngaros e em contravenção do *habeas corpus*, o juiz que tem prorrogado sucessivamente a detenção enquanto se aguarda julgamento não examina atentamente as provas dos crimes de que são acusados. Considero escandaloso que uma coisa destas possa acontecer na União Europeia, e protesto, mais uma vez, pela enésima vez, contra esta situação.

**Rodi Kratsa-Tsagaropoulou (PPE).** - (EL) Senhor Presidente, gostaria de mencionar um assunto que considero revestir-se de enorme significado político, um assunto que tem a ver com os parlamentos nacionais e a sua cooperação com o Parlamento Europeu no âmbito dos esforços que estão a ser desenvolvidos hoje, na Europa, com vista a alcançar a recuperação económica e a estabilidade financeira.

À medida que a crise do crédito se vai tornando um eco distante, todas as pessoas falam da necessidade de reforçar o euro, da coesão na zona euro, das desigualdades económicas dentro da União Europeia e dos mecanismos de solidariedade que é necessário criar.

Julgo que, neste contexto, o diálogo entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais ajudará a salientar o nosso objectivo comum, a nossa responsabilidade comum e a solidariedade que devemos demonstrar a nível europeu e nacional a fim de garantir que tomemos as decisões certas e apliquemos as políticas certas, políticas que, muitas vezes, adoptam uma perspectiva a longo prazo que é difícil apreender, especialmente para os nossos colegas dos parlamentos nacionais que têm de pagar o preço político no seu país.

Penso que podemos tomar a iniciativa de lançar esse diálogo.

**Agustín Díaz de Mera García Consuegra (PPE).** - (ES) Senhor Presidente, vou falar sobre a carta europeia dos direitos das vítimas de terrorismo.

Em 15 de Dezembro, o Senhor Comissário Jacques Barrot comprometeu-se a promover a adopção de uma carta europeia dos direitos das vítimas de terrorismo. Em 19 de Janeiro, a Senhora Comissária Cecilia Malmström saudou as palavras de Jacques Barrot num espírito verdadeiramente positivo. Falando em nome da Presidência espanhola, em 26 de Janeiro, Pérez Rubalcaba, Ministro do Interior espanhol, declarou que apoiava inteiramente as vítimas de terrorismo e que a Espanha faria tudo o que estiver ao seu alcance, na Comissão e no Conselho, para as ajudar.

Congratulamo-nos por tudo isto. Chegou, porém, o momento de passar das declarações à acção, de modo que esta coincida com o VI Congresso Internacional sobre as Vítimas de Terrorismo, que decorrerá em Salamanca nos dias 11, 12 e 13 deste mês. Desejo ao Congresso o maior êxito no seu trabalho. Senhor Presidente, vamos continuar a apelar ao empenhamento nesta área e a promover esta questão ao nível do Parlamento.

**Marc Tarabella (S&D).** - (FR) Senhor Presidente, a minha colega Véronique De Keyser teve a oportunidade de recordar a tragédia que ocorreu em Liège, no dia 27 de Janeiro. Não vou, evidentemente, repetir o que ela disse sobre as vítimas e os serviços de emergência, que merecem ter um estatuto.

O que me preocupa é que, neste caso, o proprietário do edifício não tinha seguro. Quero apenas chamar a atenção da Comissão para o facto de que seria útil que, antes de se falar em seguros obrigatórios contra incêndio para todos os cidadãos, se falasse em seguros obrigatórios de responsabilidade civil por eventuais danos causados a terceiros, por vezes com má intenção, mas sobretudo por negligência.

Penso que a Comissão poderia apresentar uma proposta, por exemplo, no âmbito da protecção do consumidor - e neste caso por consumidor entende-se o cidadão - ou uma iniciativa, que também poderia partir do Parlamento.

Em qualquer caso, gostaria de pedir aos meus colegas que queiram apoiar-me neste assunto a instarem todos os cidadãos a obter seguros de responsabilidade civil destinados a cobrir eventuais danos contra terceiros.

**Sonia Alfano (ALDE).** - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Gas Natural, uma sociedade *holding* espanhola, apresentou um projecto de construção de unidades de regaseificação em terra que afectará a zona de Trieste, e que foi aprovado pelo Ministério do Ambiente italiano.

O conselho técnico da unidade de regaseificação de Trieste chamou a atenção para algumas deficiências importantes. No seguimento da reunião informal realizada entre a Comissão Europeia, Itália e a Eslovénia em 26 de Janeiro de 2010, o Representante Permanente de Itália junto da União Europeia observou publicamente que a UE aprovara o projecto, enquanto a informação oficial que nos chega da Eslovénia é que se pediu às partes divergentes para chegarem a um acordo.

Será provavelmente difícil alcançar esse acordo na prática, devido aos antecedentes atípicos da questão da unidade de regaseificação. Ao que parece, os organismos responsáveis por prestar garantias e pela segurança não cumpriram, efectivamente, as suas obrigações em matéria de protecção. Registaram-se atrasos significativos na elaboração de planos de emergência externos e na comunicação com os organismos e as

autoridades públicas responsáveis pela gestão de situações de emergências, e não se informou o público dos riscos de acidentes graves relacionados com códigos de conduta, não tendo sido efectuada também uma avaliação objectiva do efeito de dominó resultante de um eventual acidente numa unidade industrial de alto risco.

Por estas razões, julgamos que se trata de mais uma tentativa de estabelecer uma unidade de alto risco, sabendo que não existem medidas absolutamente nenhuma de protecção e segurança.

**Presidente.** - Senhoras e Senhores Deputados, a nossa sessão de intervenções de um minuto prolongou-se por 15 minutos para além do tempo inicialmente previsto.

#### **PRESIDÊNCIA: ROUČEK**

*Vice-presidente*

### **14. Cooperação administrativa no domínio da fiscalidade - Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, taxas, direitos e outras medidas - Aplicação facultativa e temporária de um sistema de autoliquidação ao fornecimento ou prestação de certos bens e serviços que apresentam um risco de fraude (modificação da Directiva 2006/112/CE) - Promover a boa governação em questões fiscais (debate)**

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta:

- do relatório da deputada Alvarez sobre cooperação administrativa no domínio da fiscalidade (A7-0006/2010);
- do relatório do deputado Dumitru Stolojan sobre a assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, taxas, direitos e outras medidas (A7-0002/2010);
- do relatório do deputado Casa sobre a aplicação facultativa e temporária de um sistema de autoliquidação ao fornecimento ou prestação de certos bens e serviços que apresentam um risco de fraude (A7-0008/2010);
- do relatório do deputado Domenici sobre a promoção da boa governação em questões fiscais (A7-0007/2010).

Dou a palavra à relatora, senhora deputada Alvarez, durante quatro minutos.

**Magdalena Alvarez, relatora.** - (ES) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a União Europeia assenta numa relação de solidariedade entre os seus Estados-Membros. Na verdade, um bom exemplo dessa solidariedade é a cooperação administrativa em assuntos fiscais, que é um elemento fundamental do funcionamento da União. Trata-se de lealdade entre os Estados-Membros e as suas administrações fiscais. Esta lealdade traduz-se em confiança, uma confiança entre parceiros que passam a ver-se como aliados, não permitindo que os autores de fraudes se refugiem no seu território, prosseguindo aí as suas actividades fraudulentas.

A fraude fiscal contamina toda a economia e tem graves implicações para os orçamentos nacionais, pois reduz a capacidade de suportar despesas e de realizar investimentos. Além disso, dá-se uma violação do princípio da igualdade fiscal em relação aos cidadãos que respeitam efectivamente as normas. Gera-se uma concorrência desleal, o que conduz ao mau funcionamento do mercado. Todas estas implicações são especialmente preocupantes porque as últimas estimativas sugerem que a fraude fiscal na União Europeia ascende a 200 mil milhões de euros por ano. Se considerarmos que isto equivale a duas vezes o custo do plano de recuperação económica proposto pela Comissão, podemos apreciar a dimensão do montante em causa.

Enfrentamos, portanto, um importante desafio a que devemos responder de uma maneira decisiva. A directiva actualmente em vigor representa certamente um primeiro passo. Infelizmente, apesar das boas intenções consagradas nessa directiva, a sua aplicação prática não tem produzido os resultados desejados.

Chegou agora o momento de darmos mais um passo e de nos munirmos de novos instrumentos, de modo que as questões de fiscalidade sejam tratadas paralelamente à integração e liberalização do mercado. Por conseguinte, saúdo a proposta apresentada pelo Senhor Comissário Kovács, e gostaria de o felicitar pelo

trabalho que desenvolveu ao longo de todo o seu mandato e, hoje, em particular, por esta nova proposta de directiva.

A proposta irá munir-nos de mais meios, mais eficazes, para combater a fraude e a evasão fiscais na Europa. A nova directiva representa um salto qualitativo e quantitativo neste domínio. É um passo quantitativo porque estabelece novas obrigações, e é um passo qualitativo porque alarga e especifica as obrigações existentes. Alarga-se o campo de aplicação passando do intercâmbio de informação a pedido ao intercâmbio automático.

O terceiro elemento novo é a supressão do sigilo bancário. Na minha opinião, esta é a medida mais importante da proposta, já que a prática do sigilo bancário é a principal barreira que as administrações fiscais enfrentam. A OCDE há muito que pediu que fosse levantado o sigilo bancário, e o G20 assumiu agora esta causa. A aplicação desta medida proporcionará uma ferramenta muito eficiente para pôr fim à existência insustentável de paraísos fiscais dentro da UE.

É este também o objectivo do relatório que estamos a debater hoje. Com este relatório pretendemos efectivamente reforçar os resultados das propostas da Comissão. A ideia é melhorar a eficiência e a área de aplicação da nova directiva.

Não tenciono fazer uma análise exaustiva, e irei apenas concentrar-me nas alterações principais. Em primeiro lugar, alarga-se o âmbito de aplicação, reforça-se o intercâmbio automático de informação, e, relativamente ao sigilo bancário, propõe-se que o critério de aplicabilidade seja alargado, no sentido de o alinhar com o resto da directiva. Há também alterações de compromisso, nomeadamente as que se relacionam com o intercâmbio automático de informação, a protecção e confidencialidade dos dados, e o intercâmbio de informação com países terceiros.

Por último, gostaria de agradecer aos meus colegas da comissão pelo seu trabalho e pelo seu espírito de cooperação. Merecem ser felicitados pela sua atitude. Conseguimos um amplo consenso. A Assembleia está a enviar uma mensagem clara. O Parlamento está firmemente empenhado em combater a fraude e a evasão fiscais e em reforçar os princípios da lealdade, da transparência e da concorrência leal.

**Theodor Dumitru Stolojan, relator. - (RO)** A recente crise económica e financeira veio demonstrar claramente a necessidade vital de termos finanças públicas sustentáveis e equilibradas em todos os Estados-Membros. Os Estados-Membros que controlam eficazmente as suas finanças públicas e aplicam políticas fiscais de contra-ciclo têm-se revelado capazes de oferecer incentivos financeiros para ajudar as suas economias a sair da crise.

Neste contexto, enquanto relator, congratulo-me com a iniciativa da Comissão Europeia e com a proposta de directiva do Conselho destinada a melhorar a assistência mútua entre Estados-Membros em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos e direitos. A directiva contribuirá não só para melhorar a eficiência em matéria de cobrança de créditos, como também o funcionamento do mercado único. Gostaria de salientar que a proposta de directiva inclui importantes melhorias relativas a diversas áreas relevantes no contexto da cobrança de créditos, como o intercâmbio de informações entre autoridades, os métodos de cobrança de créditos e a informação requerida pela Comissão Europeia para monitorizar uma actividade em crescimento constante, como revela o número de casos registados nos Estados-Membros.

Gostaria de agradecer a todos os colegas que apresentaram estas alterações, pois estas contribuem para tornar mais claras as modalidades de aplicação da directiva.

**David Casa, relator. - (MT)** Estou convencido de que este relatório ilustrará claramente a eficiência com que a União Europeia funciona, por intermédio das suas instituições, quando confrontada com um problema que exige uma atenção urgente e concreta.

Considero que, no contexto da chamada fraude intracomunitária do operador fictício, devemos concentrar-nos nas medidas que devem ser tomadas ao abrigo deste sistema temporário, o qual se destina a prevenir o abuso deliberado dos regimes de IVA utilizados na Europa. Este tipo de fraude, conforme mencionei, é designado por fraude intracomunitária do operador fictício. Na sua forma mais grave, a chamada fraude em "carrossel", trata-se de uma actividade que é levada a cabo por burlões profissionais especializados.

Estudos recentes mostram que este tipo de fraude representa cerca de 24% de todos os tipos de fraude fiscal registados em sede de IVA. Ocorre quando um fornecedor, que prestou um serviço ou vendeu um bem, recebeu o pagamento do IVA de um cliente intracomunitário e este montante desapareceu literalmente, sem

ter sido devidamente entregue às autoridades fiscais. Estes casos envolvem geralmente redes criminosas organizadas.

É designado pelo termo de fraude em "carrossel" porque tais montantes do IVA desaparecem continuamente dos países onde tais transacções são realizadas. A proposta da Comissão representa assim uma oportunidade de eliminar o risco incorrido no domínio das transacções intracomunitárias. No entanto, importa evitar a todo o custo sobrecarregar os empresários honestos com mais encargos burocráticos. Tivemos igualmente o cuidado de não recomendar a aplicação deste regime provisório a uma vasta gama de produtos, mas apenas aos que podem ser fiscalizados e avaliados.

Neste contexto, devemos mencionar o regime de comércio de licenças de emissão, pois o mesmo é alterado através desta proposta da Comissão. Afirmamos que, atendendo à vulnerabilidade do regime de comércio de licenças de emissão, outra alteração que foi implementada estipula que quando um Estado-Membro decida adoptar o sistema deve tornar-se obrigatória a aplicação de um mecanismo de "reversão de encargos" a todos os pagamentos respeitantes à emissão de gases com efeito de estufa, pois é imperioso que exista capacidade de acção imediata e coordenação entre todos os Estados-Membros.

Neste momento, e até 2012, cerca de 90 a 95% dos créditos são atribuídos àqueles que geram mais emissões. Estes créditos são emitidos pelos governos nacionais e 5 a 10% dos mesmos são leiloados. A partir de 2013, a maior parte dos créditos será leiloadada e, por este motivo, antes de o sistema ser instaurado e entrar em funcionamento, importa garantir a protecção do mercado contra todos aqueles que procuram defraudar o sistema.

Considerando o consenso existente no seio da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, mesmo com os compromissos que logrei alcançar - com os socialistas, os liberais, e todos os grupos políticos -, julgo que esta proposta abrirá o caminho a um sistema mais fiável. Assim, quando o meu relatório for aprovado, disporemos de meios mais eficazes para combater a fraude e de maior eficiência na protecção do sistema de IVA no seio da União Europeia.

**Leonardo Domenici, relator. - (IT)** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, embora o tema da boa governação fiscal se revista desde sempre da maior importância, ele tornou-se ainda mais relevante e significativo na sequência da gravíssima crise económica e financeira de há dois anos. O assunto foi discutido, e continua a sê-lo, nas cimeiras europeias e internacionais - como o G20 -, especialmente quando estas dizem respeito ao combate à evasão fiscal e aos paraísos fiscais.

Tudo isto é muito significativo, pois constitui um sinal de empenhamento e de força de vontade, mas não devemos ter a ilusão de que basta fazer declarações para resolver o problema. Precisamos de uma política eficaz e continuada, pois subsistem muitos problemas. Ainda é demasiado fácil comprar ou criar uma empresa-fantasma para fugir à tributação. Basta consultar a Internet: existem milhares de sítios web que anunciam a venda de empresas, mesmo em países da União Europeia. Em muitos casos, o simples envio de uma mensagem de correio electrónico acompanhada de uma fotocópia do passaporte é suficiente para criar uma empresa. Devemos pôr termo à criação de entidades jurídicas fictícias destinadas à evasão fiscal.

O relatório que hoje apresento é baseado na Comunicação da Comissão Europeia, de 28 de Abril de 2009, intitulada "Promover a boa governação em questões fiscais". O relatório visa apresentar propostas eficazes e apelar a um compromisso firme por parte da Comissão Europeia e do Conselho tendo em vista a implementação dessas propostas. O combate aos paraísos fiscais, à evasão fiscal e à fuga ilícita de capitais deve ser considerado uma prioridade na União Europeia.

O princípio da boa governação, fundado na transparência, o intercâmbio de informações, a cooperação transfronteiras e a lealdade da concorrência no domínio fiscal são metas essenciais. É indispensável reforçar a cooperação fiscal no seio da União Europeia.

O objectivo geral que devemos fixar a nós próprios consiste no intercâmbio automático de informações à escala global e multilateral, mas é evidente que tal intercâmbio deve começar no seio da União Europeia. Como a senhora deputada Alvarez já teve ocasião de dizer, o sigilo bancário deve ser totalmente abolido nos países da União Europeia e importa acabar rapidamente com a derrogação provisória que permite a aplicação de uma retenção de imposto na fonte, a qual é frequentemente evadida ou subestimada, substituindo-a pelo intercâmbio de informações.

Não quero deter-me nas propostas concretas contidas no relatório, mas chamaria a vossa atenção para a urgência das medidas seguintes: alargar o âmbito de aplicação da Directiva da Poupança de 2003, a fim de combater a fraude em sede de IVA, criar um registo público na UE listando os nomes dos indivíduos e



empresas que criaram companhias ou contas bancárias em paraísos fiscais e dar um novo impulso aos projectos de harmonização fiscal, a começar por uma matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades.

A União Europeia deve igualmente falar a uma só voz em termos internacionais, e bater-se pela melhoria das normas da OCDE, com vista à partilha automática de informações, em vez da partilha a pedido.

Senhor Comissário Kovács, tendo acompanhado também o debate sobre os outros relatórios, considero ser necessário um compromisso firme por parte da Comissão. Estas prioridades deverão ser realçadas junto da nova Comissão no momento da transmissão de poderes. O Parlamento Europeu tem o direito de exigir ao Conselho e à Comissão que prestem contas do seu trabalho.

Quero agradecer aos meus colegas, e em particular aos relatores-sombra, o contributo que deram à elaboração deste relatório, que espero venha a ser aprovado pelo Parlamento.

**László Kovács**, *Membro da Comissão*. - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é com muito gosto que aqui me encontro hoje para debater convosco assuntos fiscais, no último dia do meu mandato enquanto Comissário responsável pela Fiscalidade e a União Aduaneira.

Gostaria de expressar a minha gratidão, antes de mais, ao Parlamento Europeu, e em particular à Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, pelo apoio que deram à Comissão e me manifestaram ao longo dos últimos cinco anos, relativamente à maioria, senão todas, as propostas que apresentámos em matéria fiscal.

As questões de política fiscal actualmente em discussão nesta Câmara têm um papel preponderante a desempenhar na consecução do objectivo da Comissão de combater mais eficazmente a fraude e a evasão fiscais, as quais resultam num prejuízo anual de 200 a 250 mil milhões de euros ao nível da UE. Pretendemos igualmente reforçar a transparência e a cooperação.

Gostaria de agradecer em especial aos senhores deputados Domenici, Alvarez, Stolojan e Casa pela forma construtiva com que trataram estas iniciativas em matéria fiscal. Sinto grande satisfação pelo facto de a mensagem essencial que emana dos relatórios ser uma mensagem de apoio às iniciativas da Comissão. Compreendo os apelos contidos nos relatórios, em primeiro lugar no sentido da boa governação em matéria fiscal, tanto na União Europeia como a nível internacional; em segundo lugar, no que respeita à cooperação administrativa no domínio fiscal; em terceiro, no tocante à assistência mútua na cobrança de créditos respeitantes a impostos; e, em quarto lugar, no combate à fraude em sede de IVA, designadamente a fraude em "carrossel".

No que respeita à boa governação em matéria fiscal, a política da Comissão consiste em promover os princípios da transparência, do intercâmbio de informações e de uma concorrência fiscal justa à escala global. A Comissão adoptou a Comunicação em Abril de 2009, defendendo estes princípios com vista a combater a fraude e a evasão fiscal transfronteiras, tanto no seio da UE como no mundo, bem como para garantir a igualdade de oportunidades para todos.

A Comissão apresentou diversas propostas tendentes a reforçar a boa governação no seio da UE. O debate está em curso sobre estas propostas, mas espero que as mesmas venham a ser adoptadas em breve, e que os nossos argumentos contribuam para levar outras jurisdições a tomar medidas semelhantes.

A Comissão está firmemente convencida de que o aprofundamento das relações económicas entre a UE e as suas jurisdições parceiras deve ser sempre acompanhado de compromissos relativos aos princípios da boa governação. Com base nas conclusões de 2008 do Conselho, o objectivo consiste em introduzir nos acordos relevantes com países terceiros uma disposição nos termos da qual os parceiros da UE reconheçam e assumam o compromisso de aplicar no domínio fiscal os princípios da boa governação.

Devemos dar especial atenção aos países em desenvolvimento. Os serviços da Comissão estão actualmente a preparar uma comunicação consagrada à boa governação em matéria fiscal no contexto específico da cooperação para o desenvolvimento. Esta comunicação incidirá no papel que a boa governação em matéria fiscal pode desempenhar na mobilização mais eficaz dos recursos nos países em desenvolvimento, designadamente através da capacitação.

Saúdo o vosso apoio a uma plena participação da Comissão nos trabalhos do exercício de análise inter-pares do Fórum Global da OCDE, em particular no que respeita à identificação de jurisdições não cooperantes, ao desenvolvimento de um processo de avaliação do cumprimento e à implementação de medidas para promover

a adesão às normas. A Comissão Europeia deve prosseguir os seus esforços para garantir o respeito de todos os compromissos por parte dos seus parceiros.

Relativamente ao número dos acordos de intercâmbio de informações fiscais que um país deve celebrar para obter o estatuto de jurisdição cooperante - que é 12 -, a Comissão defende a necessidade de o rever e de serem levados em conta aspectos qualitativos tais como, em primeiro lugar, as jurisdições com as quais os acordos foram celebrados. Para sermos inteiramente claros nesta matéria, importa explicar que um paraíso fiscal que tivesse celebrado 12 acordos com outros paraísos fiscais não transporia certamente o limiar. Em segundo lugar, deve ser levada em consideração a vontade de uma jurisdição de subscrever novos acordos, mesmo após ter atingido o limiar, e, em terceiro lugar, o grau de efectiva aplicação dos mesmos.

No que toca ao vosso pedido de que seja examinada uma gama de opções relativas a sanções e incentivos para promover a boa governação em matéria fiscal, a Comissão já está a analisar uma série de incentivos para promover a boa governação a nível da UE; por exemplo, uma maior utilização da ajuda ao desenvolvimento com vista a encorajar determinados países terceiros a rejeitarem uma concorrência fiscal desleal. É menor o avanço dos trabalhos relativos às sanções possíveis e, como é evidente, qualquer iniciativa da UE deverá levar em conta as políticas fiscais de cada Estado-Membro individual.

Existem, no entanto, dois domínios específicos em que não concordo inteiramente convosco. Um deles diz respeito aos registos públicos e à divulgação de informações respeitantes a investidores em paraísos fiscais. Julgo que deve ser encontrado um equilíbrio entre a privacidade e a necessidade de as jurisdições fazerem cumprir a sua legislação fiscal.

Embora não devam ser impostas restrições ao intercâmbio, com base no sigilo bancário ou nos requisitos dos sistemas fiscais nacionais, devem ser rigorosamente salvaguardados os direitos dos sujeitos passivos e a confidencialidade das informações trocadas. Tais limites devem ser respeitados, motivo pelo qual um registo público talvez não constitua a melhor solução.

A outra reserva prende-se com a inspecção dos preços de transferência. Propõe-se que a Comissão privilegie a aplicação do método do lucro comparável, para melhor identificar a avaliação inexata das transacções e as técnicas de evasão fiscal. Na minha opinião - e embora concorde que a comparação dos resultados das empresas em cada sector industrial pode fornecer um indicador de irregularidades -, tal indicador por si só não basta para identificar de forma conclusiva a utilização fraudulenta dos preços de transferência, além de representar apenas um elemento, no contexto de uma avaliação de risco muito mais abrangente, da exactidão dos preços cobrados sobre as transacções entre filiais de uma empresa multinacional.

O método do lucro comparável é aceitável, mas apenas na medida em que produza o mesmo resultado que o método das transacções. Optar directamente pelo método do lucro comparável - como parece sugerir a alteração - não nos conduziria necessariamente à resposta "certa".

A nova proposta de directiva do Conselho relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade destina-se a melhorar e a simplificar todos os mecanismos de intercâmbio de informações e outras formas de cooperação entre os Estados-Membros para melhor prevenir a fraude e a evasão fiscais. Em particular, a directiva propõe a eliminação do sigilo bancário nas relações entre Estados-Membros para efeitos de cooperação administrativa. Agradeço calorosamente a atitude construtiva e o apoio a esta proposta manifestados no relatório da senhora deputada Alvarez.

Estou ciente de que o aspecto mais controverso do debate realizado nas comissões se prende com as alterações relativas ao intercâmbio automático de informações, destinadas a tornar meramente facultativo o recurso ao intercâmbio automático, com base numa decisão a tomar pelos Estados-Membros.

Permitam-me recordar que o objectivo desta proposta consiste em reforçar, no seio da UE, todos os tipos de intercâmbio de informações e outras formas de cooperação administrativa, designadamente o intercâmbio automático, que constitui um pilar chave da prevenção da fraude e evasão fiscais.

A defesa do intercâmbio de informações a pedido, enquanto norma da OCDE, é sem dúvida uma abordagem aceitável em relação a países terceiros, mas, num mercado interno plenamente integrado como é o mercado único da UE, os Estados-Membros devem ser mais ambiciosos e ir mais longe. Devem mostrar-se capazes de usar os melhores instrumentos de que dispõem para atingir o objectivo político de combater a fraude e a evasão fiscais.

Tomo nota de que a proposta de resolução relativa à boa governação em questões fiscais sublinha a necessidade de estabelecer o intercâmbio automático de informações enquanto regra geral, para pôr termo à utilização

de pessoas colectivas artificiais como meio de evitar a tributação. Tomo nota igualmente de que o relatório saúda a proposta da Comissão sobre a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, porque preconiza alargar a cooperação entre os Estados-Membros, de modo a abranger qualquer espécie de imposto, e suprimir o sigilo bancário. Apelo, por isso, para que não votem a favor da nova alteração apresentada pelo Grupo PPE com o objectivo de eliminar na proposta de resolução toda e qualquer referência ao intercâmbio automático de informações.

No que respeita às alterações destinadas ao estabelecimento de regras mais definidas sobre a protecção de dados privados, gostaria de sublinhar que, em qualquer caso, os Estados-Membros são obrigados a cumprir a legislação comunitária existente sobre esta matéria e que, por este motivo, tais regras terão de ser respeitadas sem qualquer alteração adicional à presente proposta de directiva. No entanto, a bem da clareza, poderia aceitar um considerando geral relativo às regras comunitárias existentes.

No tocante às alterações sobre o processo de avaliação e os requisitos, sou de opinião que as regras previstas na proposta, e reforçadas no texto de compromisso da Presidência, deveriam estabelecer um quadro adequado e reflectir o espírito das alterações propostas.

A Comissão pode aceitar, em princípio, determinadas alterações, como as que visam introduzir a possibilidade de a Comissão adoptar actos delegados no contexto de melhorias técnicas às categorias de rendimento e capital que estão sujeitas ao intercâmbio automático de informações, devendo as categorias em causa ser definidas na própria directiva e não através da comitologia. Isto também é consentâneo com o sentido das discussões em curso no Conselho.

A Comissão também pode aceitar em princípio as alterações relativas ao sigilo bancário, que não estabeleceriam uma distinção entre sujeitos passivos com base no seu domicílio fiscal. A Comissão também aceita em princípio as alterações sobre a presença e a participação de funcionários em inquéritos administrativos.

A Comissão defenderá o espírito destas alterações nas deliberações do Conselho, sem alterar formalmente a sua proposta, já que estas disposições parecem encontrar-se já reflectidas no texto de compromisso.

Permitam-me passar agora à proposta da Comissão relativa à assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos. O âmbito de aplicação das disposições nacionais em matéria de cobrança fiscal é limitado aos territórios nacionais, e os infractores têm aproveitado a situação para organizar insolvências em Estados-Membros nos quais têm dívidas. Os Estados-Membros solicitam assim com cada vez maior frequência a assistência de outros Estados-Membros para cobranças fiscais, mas as disposições existentes têm permitido a cobrança de apenas 5% das dívidas.

A proposta da Comissão visa criar um regime de assistência aperfeiçoado, com regras mais fáceis de aplicar e condições mais flexíveis de pedido de assistência. Como sabem, o ECOFIN chegou a um acordo no dia 19 de Janeiro de 2010 quanto a uma abordagem geral da proposta de directiva. Congratulo-me com o apoio a esta proposta manifestado no relatório do senhor deputado Stolojan.

A Comissão pode aceitar, em princípio, a alteração destinada a permitir o exercício das competências de inspecção por funcionários da autoridade requerente caso haja acordo nesse sentido entre os Estados-Membros envolvidos. Isto também se encontra reflectido no texto de compromisso do Conselho. No entanto, a Comissão não pode aceitar outras alterações, como as que visam a introdução de um intercâmbio sistemático e automático no domínio da cobrança, o que poderia significar um encargo administrativo desproporcionado, já que tal medida também incluiria situações de cobrança não problemáticas. Não obstante, a Comissão, em cooperação com os Estados-Membros, examinará as possibilidades de introduzir novas melhorias no sistema de assistência em matéria de cobrança fiscal e resolver eventuais problemas.

Permitam-me terminar com algumas breves considerações sobre a proposta da Comissão relativa a uma aplicação facultativa e provisória da reversão de encargos. No intuito de reagir rapidamente a novas e preocupantes modalidades de fraude comunicadas por diversos Estados-Membros, esta proposta destina-se a facultar aos Estados-Membros interessados a possibilidade de aplicarem, ao abrigo de um regime facultativo e provisório, o chamado mecanismo de reversão de encargos, nos termos do qual é o cliente que deve responder pelo IVA num número limitado de sectores altamente sensíveis à fraude. Nos termos da proposta de directiva, os Estados-Membros poderiam escolher, de uma lista de cinco categorias de bens particularmente sensíveis à fraude, um máximo de duas categorias, como, por exemplo, os telefones móveis, e uma categoria de serviços, como as licenças de emissão de gases com efeito de estufa, nas quais foram detectados, ao longo do Verão passado, importantes circuitos de fraude.

Teriam de avaliar o grau de eficácia desta medida, bem como a sua influência num eventual desvio da fraude para outros Estados-Membros, assim como para outros tipos de produtos e outros padrões de fraude.

Fiquei satisfeito pelo o facto de o Conselho ter aceite tão rapidamente esta proposta, e por ter chegado a acordo sobre a mesma no ECOFIN de 2 de Dezembro. É de lamentar, evidentemente, que apenas tenha sido acordada uma das vertentes da proposta, nomeadamente a que diz respeito às licenças de emissão de gases com efeito de estufa, mas tenho plena consciência de ser nesta vertente que se tornava mais urgente agir.

A Comissão continuará a contribuir de forma tão construtiva quanto possível para as negociações do Conselho sobre as outras vertentes da proposta.

Por fim, gostaria de agradecer uma vez mais ao Parlamento Europeu pela celeridade da sua reacção, bem como pelo seu apoio concreto. Apesar de a Comissão não estar desde já em posição de aceitar formalmente todas as alterações propostas, todas elas representam para nós um contributo muito útil para os futuros debates no Conselho. O que está em causa é, de facto, a nossa capacidade de reagir rapidamente a um gigantesco mecanismo de fraude, mas também a credibilidade do regime de comércio de emissões da UE.

**Presidente.** - Muito obrigado, Senhor Comissário Kovács. Como referiu, é a última vez que contaremos com a sua presença nesta Câmara; permita-me, portanto, agradecer-lhe também a excelente cooperação que nos ofereceu ao longo do seu mandato.

**Astrid Lulling**, em nome do Grupo PPE. - (FR) Senhor Presidente, as coincidências desempenham um curioso papel nas nossas vidas. Neste momento em que debatemos a protecção da privacidade e dos indivíduos, temas em que o presente debate tem novas incidências, os deputados a este Parlamento estão perante uma excelente oportunidade de afirmar alguns princípios essenciais. Tanto em relação à instalação de scanners corporais nos aeroportos, como ao acordo SWIFT com os Estados Unidos, todos os que defendem com grande veemência as liberdades individuais não vão deixar, esta semana, de fazer ouvir a sua voz, mesmo correndo o risco de criar grandes tensões diplomáticas.

Lamento, no entanto, que essa defesa das liberdades dos cidadãos seja tão variável e incoerente. Quando se trata da protecção de dados bancários e financeiros, o bem transforma-se subitamente no mal. O que, nalguns domínios, lhes parece dever ser protegido, é alvo, noutras domínios, de exigências contrárias em nome de um novo imperativo: a colonosopia fiscal generalizada. O intercâmbio de informações automático e indiscriminado, que constitui a base dos relatórios Alvarez e Domenici, é o scanner que despe tudo e todos; o mesmo acontece em relação ao acordo SWIFT, relativamente qual parece não haver hipótese de voltar atrás. O facto é que este Parlamento não se revela capaz de reflectir sobre as suas próprias contradições. Revela-se antes capaz de decidir a favor do intercâmbio automático, entre as autoridades fiscais da Europa, de informações sobre toda a espécie possível de dados, e de rejeitar, ao mesmo tempo, o acordo SWIFT com os Estados Unidos, em nome da defesa das liberdades individuais.

Será possível entender esta incongruência, esta incoerência, ou até, por vezes, justificá-la, em nome da eficácia? Não. A regra de ouro, a vossa regra de ouro, ou seja o intercâmbio automático de todos os dados fiscais, bancários e financeiros de todos os não residentes, conduzirá inevitavelmente a um fluxo de dados impossível de gerir. O precedente da tributação das poupanças deveria, no entanto, servir-vos de advertência. O que, infelizmente, não acontece. Insistis, mais uma vez, em enveredar pelo caminho errado e defender um sistema que não funciona. Não há pior surdo do que aquele que não quer ouvir.

Aos meus amigos que parecem recear os excessos burocráticos que a aplicação desta medida poderá acarretar, gostaria de dizer que a única solução consiste em rejeitá-la, e não em introduzi-la para depois se ficar surpreendido com as suas consequências desastrosas.

Permita-me, Senhor Presidente, que dirija uma palavra final ao Senhor Comissário Kovács, que aqui trava hoje a sua última batalha. Desejo-lhe uma boa reforma, Senhor Comissário. Ao longo da sua carreira, abraçou com frequência causas erradas. No entanto, e como sou boa pessoa, nem por isso lhe quero grande mal. Desejo-lhe uma reforma feliz, Senhor Comissário.

(A oradora aceita responder a uma pergunta segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do n.º 8 do artigo 149.º)

**Miguel Portas (GUE/NGL).** - Colega, eu só lhe queria perguntar uma coisa. Na sua intervenção, o que é que tem que ver a troca automática de informações fiscais com o fim da confidencialidade? Quando uma coisa é claramente distinta da outra. A maioria dos países na Europa não tem segredo bancário. Existem mecanismos automáticos de circulação da informação entre as autoridades fiscais e a riqueza de cada um não está exposta na Internet. Não consegue separar as duas coisas?

**Astrid Lulling**, *em nome do Grupo PPE*. - (FR) Senhor Presidente, infelizmente, o meu colega não entendeu uma única palavra do que eu disse. Porém, como não disponho de tempo de uso da palavra, explicar-lhe-ei em privado, esperando que me compreenda antes de passarmos à votação.

**Liem Hoang Ngoc**, *em nome do Grupo S&D*. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, neste período de crise, as finanças públicas têm sido intensamente utilizadas, inicialmente para socorrer o sistema financeiro e, a seguir, para atenuar o impacto social e económico da crise.

Neste contexto, muito se tem falado nos défices públicos; a despesa incorrida pelos Estados-Membros tem sido criticada, mas a quebra registada ao nível das receitas fiscais tem sido constantemente relegada para segundo plano. Esquecemos que, todos os anos, na União Europeia, a evasão fiscal representa perdas no valor de 200 mil milhões de euros. Estes recursos, que poderiam ser afectados a políticas essenciais para estimular a retoma, são recursos que nos permitiriam enfrentar serenamente aquilo a que alguns chamam a "bomba- relógio demográfica".

Daí a importância fundamental dos textos que estamos hoje a discutir. A utilização de ferramentas comuns e a instauração de uma transparência total entre os Estados-Membros no domínio da cobrança de dívidas fiscais são passos essenciais para garantir que nenhum cidadão, nenhuma empresa, possa furtar-se às suas responsabilidades fiscais, e para assegurar a contribuição de todos para o esforço colectivo.

É imperioso dotar as autoridades fiscais de cada Estado-Membro da União dos recursos necessários para realizar a sua missão. Importa realçar o carácter essencial de uma política fiscal correcta.

Neste momento, todos estamos preocupados com o caso da Grécia e apercebemo-nos agora dos extremos a que pode conduzir a ausência de um aparelho fiscal eficiente. Não é apenas a crise que afecta o Governo Karamanlis mas, acima de tudo, a falta de coragem política do seu antecessor, que foi incapaz de reformar a administração fiscal grega e de criar um instrumento eficaz de cobrança fiscal.

Esperamos, neste contexto, que a União utilize todos os recursos que tem à sua disposição para confirmar a sua solidariedade com a Grécia. Espero que a votação a realizar na quarta-feira confirme a votação em comissão e resulte na aprovação de textos encorajadores no que respeita à cobrança fiscal.

**Sharon Bowles**, *em nome do Grupo ALDE*. - Senhor Presidente, alegra-me facto de estarmos a debater estes relatórios durante o mandato do Senhor Comissário, ainda que no último dia da sua vigência. A comissão envidou grandes esforços para que tal pudesse acontecer. Apraz-me poder dizer-lhe hoje, Senhor Comissário, que em muitas áreas - aliás na grande maioria delas - considero termos estabelecido um diálogo mutuamente construtivo. É evidente, no entanto, que não concordámos em tudo. Concordámos, por exemplo, no IVA para os fornecimentos intracomunitários, mas discordámos quanto à responsabilidade conjunta e plural no quadro das transacções transfronteiras e, em diversas ocasiões, ambos nos sentimos desiludidos com a lentidão ou a falta de apoio dos Estados-Membros, como no caso da proposta CCCTB (base tributária consolidada comum).

Mas apesar destes desapontamentos, o Senhor Comissário levou por diante controlos mais intensos e tradicionais baseados na cooperação, no intercâmbio de informações e no acesso aos dados. Assim, tanto em meu nome pessoal como enquanto Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, desejo aproveitar esta oportunidade para lhe agradecer pelo seu trabalho e pelo empenhamento de que deu provas ao longo do seu mandato. Como afirmaram os meus colegas, neste momento difícil para as administrações fiscais, é ainda mais urgente dotar os Estados-Membros de instrumentos que lhes permitam cobrar integralmente os impostos. Com este novo impulso, o Conselho deve dar provas de um dinamismo ainda maior no futuro. Todos aqueles que conspiram para fugir ao pagamento dos impostos prejudicam gravemente a sociedade e não devem contar com a nossa benevolência perante as infracções que cometem. Devemos, pelo contrário, dotar-nos de ferramentas que permitam punir as infracções.

No que respeita concretamente à cooperação administrativa, acredito nas vantagens do intercâmbio automático de informações, consentâneo com o que preconiza a Directiva "Tributação da Poupança", que espero seja adoptada em breve no Conselho. Mas a acção empreendida pelo Senhor Comissário neste contexto já deu origem a uma evolução positiva, tanto no seio da UE como a nível internacional. Também me congratulo com a directiva relativa à assistência mútua em matéria de cobrança de créditos, embora considere mais correcto um limiar de implementação mais baixo. E, por último, desejo apresentar-lhe, bem como aos meus colegas, as minhas desculpas por não poder assistir ao resto do debate pois, como sempre acontece, decorrem nesta Câmara diversas reuniões em simultâneo.

**Philippe Lamberts**, em nome do Grupo Verts/ALE. - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, tornou-se moda, de algumas semanas a esta parte, preocuparmo-nos com os défices orçamentais de certos Estados-Membros. Podemos perfeitamente criticar, como é óbvio, determinadas despesas públicas, e não deixaremos de o fazer, aludindo, por exemplo, aos milhares de milhões de euros gastos para subsidiar os combustíveis fósseis. Mas não devemos perder de vista o facto, realçado pelo meu colega socialista, de que o agravamento dos défices públicos foi causado, acima de tudo, pela crise económica e financeira.

Não creio que os governos precisem de receber lições de boa gestão da parte daqueles que, pela predilecção que nutrem por operações de elevado risco, financiadas - acredite-se ou não - pela dívida, foram os grandes responsáveis pela crise.

Por conseguinte, concordamos que os défices orçamentais são insustentáveis ao seu nível actual, na medida em que reduzem as possibilidades de a Europa liderar, em termos mundiais, o tão necessário "New Deal Verde". Devemos, por este motivo, tratar a questão não só na perspectiva da "despesa", mas também na da "receita", e é neste espírito que interpretamos os relatórios hoje em apreço, em particular os apresentados pela senhora deputada Alvarez e pelo senhor deputado Domenici.

Consagrar como norma o intercâmbio automático de informações entre as autoridades fiscais significa dotar os Estados-Membros do meio para resolver eficazmente o problema da fraude fiscal. Gostaria de recordar que o prejuízo anual estimado decorrente da fraude fiscal se cifra em 200 a 250 mil milhões de euros, ou 2% do PIB. Antes mesmo de pensarmos em reformular o regime fiscal europeu, deveríamos esforçar-nos por assegurar a cobrança destes montantes.

Além disso, a proposta defende a introdução de uma base comum para a tributação das empresas, o que tornará a situação mais clara tanto para os sujeitos passivos como para os Estados-Membros. Esta medida representará um progresso, não devendo, porém, dar lugar a mais concorrência, mas antes a um maior grau de cooperação. Impõe-se acabar com o *dumping* fiscal e pôr termo a este caminho para a ruína, que está a prejudicar gravemente as receitas fiscais dos Estados-Membros. Em detrimento de quem? Dos contribuintes e das PME, que não dispõem dos recursos das grandes empresas multinacionais para opor os Estados-Membros uns aos outros.

A base tributária consolidada comum constitui, assim, na nossa opinião, a condição indispensável para a introdução - à semelhança do que estamos a fazer em relação ao IVA - de uma harmonização progressiva das taxas de imposto para as empresas, a começar pelo estabelecimento de limiares mínimos.

Por fim, considero que o estabelecimento de uma base sustentável para os regimes fiscais dos Estados-Membros exigirá mudanças muito mais profundas, designadamente a redução dos impostos sobre os salários e a compensação desta redução pela introdução de um imposto progressivo sobre a energia - sobre os recursos energéticos não renováveis - e de um imposto sobre as transacções financeiras e os lucros. Mas, como dizia a minha avó, isso já é outra história.

Entretanto, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia deseja felicitar a senhora deputada Alvarez e o senhor deputado Domenici pelos seus excelentes relatórios, que não se limitam a repetir as anteriores posições do Parlamento Europeu, mas lhes conferem um carácter mais ambicioso e pragmático.

Concluo com uma saudação de despedida ao Senhor Comissário Kovács. Eu não estava cá quando o Senhor Comissário assumiu funções. Os meus colegas dizem-me que o trabalho por si desenvolvido desde que tomou posse lhes causou uma admiração crescente. Surpreendeu-nos, pois, agradavelmente, Senhor Comissário. Desejo-lhe as maiores felicidades.

**Ashley Fox**, em nome do Grupo ECR. - (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer a todos os relatores e relatores-sombra o enorme esforço que investiram nestes relatórios.

A tributação, e em particular a harmonização, em todo e qualquer domínio, é sempre uma questão sensível. Importa que sejamos capazes de estabelecer um equilíbrio entre o funcionamento eficaz do mercado único e a necessidade de proteger a competência dos Estados-Membros em matéria fiscal. Considero, Sr. Lamberts, que a melhor forma de reduzir ao mínimo a evasão fiscal reside na simplificação da tributação e em taxas de imposto mais baixas. A concorrência fiscal é uma excelente coisa. Protege os contribuintes da voracidade dos seus governos.

Os Estados-Membros devem ser livres de celebrar acordos bilaterais com países terceiros. O Reino Unido e os Estados Unidos da América partilham informações de bom grado, em virtude da sua tradicional cooperação no combate ao terrorismo. Se estas informações devessem ser partilhadas em toda a UE, muitos países

terceiros negar-se-iam a celebrar semelhantes acordos no futuro. A cooperação cessaria e a segurança nacional seria posta em risco.

Exorto os Senhores Deputados a examinarem estes relatórios com pragmatismo. Importa que não nos lancemos numa harmonização desnecessária, susceptível de pôr em perigo a segurança nacional.

**Nikolaos Chountis**, em nome do Grupo GUE/NGL. - (EL) Senhor Presidente, não há dúvida de que os relatórios em apreço representam um esforço louvável para o estabelecimento de um quadro legislativo de cooperação administrativa a nível da União Europeia, no domínio da tributação directa e indirecta, além do IVA e dos impostos especiais sobre o consumo.

Todos estes relatórios, propostas de directiva e outros incidem, porém, no problema da evasão e da fraude fiscais.

No entanto, são duas as vertentes do problema da evasão fiscal que mais se têm evidenciado ao longo da presente crise. A primeira está relacionada com a concorrência fiscal no seio da União Europeia, a qual está longe de contribuir para a solidariedade e a coesão económica e social entre os Estados-Membros. É urgente tratar e resolver este problema.

A segunda prende-se com as empresas *offshore*. Como todos sabemos, estas empresas são instrumentos de evasão fiscal e de branqueamento de capitais. A intenção do Governo grego, por exemplo, de decretar simplesmente uma taxa de 10% sobre essas transacções é um escândalo.

Neste contexto, e como salientaram numerosos deputados, neste período de crise económica, em que todos os Estados-Membros enfrentam problemas financeiros, para não falar no deficiente funcionamento do Banco Central Europeu e do Pacto de Estabilidade, que não contribuem para solucionar o problema mas antes para exacerbá-lo, o que precisamos é de soluções comuns para os problemas comuns, designadamente a evasão fiscal.

Precisamos de combater com firmeza a fraude e a evasão fiscais, para que os governos disponham de recursos financeiros num momento em que existe a necessidade urgente de políticas de redistribuição e desenvolvimento.

**Godfrey Bloom**, em nome do Grupo EFD. - (EN) Senhor Presidente, a tributação, enquanto conceito, não mudou grandemente nos últimos três mil anos, pois não? Os ricos e os poderosos roubam dinheiro ao homem comum para terem uma vida mais confortável.

O que mudou nos dias de hoje é que a tributação é feita "em benefício dos contribuintes", ou seja, de certa forma podemos dizer que somos tributados *pro bono*.

No intuito de perpetuar este mito, inventam-se constantemente crises assustadoras destinadas a forçar as pessoas à submissão. A última destas manobras consiste em convencer as pessoas de que se não pagarem taxas verdes, morreremos todos fritos, o que não deixa de lembrar as ameaças da religião medieval, que fazia o mesmo jogo: pagai ou ardereis no inferno.

A harmonização fiscal é uma invenção da moderna classe política para os governos poderem continuar a roubar os cidadãos, ou seja, no fundo, uma espécie de cartel de gatunos.

Se o que se pretende de facto é uma harmonização fiscal, permitam-me sugerir que a Comissão e toda a sua burocracia paguem os mesmos impostos que o eleitorado, suportem os mesmos encargos fiscais que todos nós, antes de que o eleitorado irrompa neste edifício e nos pendure das vigas do tecto, o que tem toda a legitimidade de fazer.

**Hans-Peter Martin (NI)**. - (DE) Senhor Presidente, precisamos de reformular o processo democrático. Quando eu era um jovem autor e jornalista, costumava pagar um imposto de 62% por estar convencido e ter a impressão de que éramos governados por pessoas de bem. No entanto, desde que me tornei deputado ao Parlamento Europeu, tenho visto o que realmente acontece com as receitas fiscais. Naquele tempo, pagávamos milhões de xelins todos os anos. O que me incomoda neste debate sobre a promoção da boa governação em questões fiscais é o facto de não estarmos a olhar para o nosso lado da despesa, mas simplesmente a falar sobre os malvados contribuintes prevaricadores.

Àquela época, quando a taxa de tributação era de 62%, o meu consultor fiscal era Christoph Matznetter, que mais tarde veio a ser secretário de Estado das Finanças da Áustria. Disse-me ele: "Tu és de Vorarlberg, atravessa a fronteira, vai para o Liechtenstein ou para a Suíça!" Não fiz isso, mas outros o fizeram. No entanto, se,

precisamente à luz dessas experiências, abordarmos a questão com a mente sóbria e racional de alguém que não foi funcionário público, que não foi um gasto para o sistema de segurança social, que não manteve actividade em quaisquer sectores públicos, como é o caso da maioria dos deputados que aqui se encontram, então vamos ter de perguntar a nós mesmos, por amor de Deus, como vou eu conseguir salvar o meu dinheiro, ganho honesta e arduamente, de todo este desperdício?

Assim sendo, proponho o seguinte: vamos começar no ponto em que podemos demonstrar que uma administração sensata vai usar o dinheiro de forma sensata, ou seja, connosco. Por que razão precisamos de mais 200 novos postos de trabalho? Por que razão precisamos de financiar aulas de esqui esta semana? Para quê tudo isto? Se quisermos realmente levar a sério a luta contra paraísos fiscais, a cobrança de impostos em dívida e se queremos atrair pessoas para o projecto da União Europeia, então temos que começar por nós próprios e mostrar às pessoas que as instituições que representamos gastam o dinheiro dos contribuintes de forma responsável. Caso contrário, continuaremos a perder receitas fiscais, sem termos qualquer justificação para chamar as pessoas a prestar contas.

**Enikő Györi (PPE).** – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, uma descida de 4% do PIB, 21 milhões de cidadãos desempregados na União Europeia, processos por défice excessivo contra 20 Estados-Membros, 80% de endividamento do Estado. Com a União Europeia neste estado, eu pergunto: será que podemos dar-nos ao luxo de permitir que milhares de milhões em impostos vão pelo cano abaixo? É intolerável que, enquanto sacrificamos enormes quantias em incentivos económicos e na manutenção de postos de trabalho, não tenha havido progressos a nível da UE para encontrar forma de, por exemplo, fazer com que a recuperação de passivos fiscais transfronteiras ultrapasse o vergonhoso nível de 5%. Ou se devemos tornar o intercâmbio automático de informações extensivo de maneira uniforme e a todos os rendimentos, eliminando assim a necessidade de os governos terem de obter informações a partir de suportes de armazenamento de dados roubados sobre o rendimento não tributado dos seus cidadãos investido neste e naquele local.

Presentemente, a taxa de fraude fiscal na UE ascende a duas vezes e meia o total do orçamento comunitário. Acredito firmemente que as autoridades tributárias dos Estados Membros devem cooperar a fim de detectar a fraude fiscal. Ninguém deve poder esconder-se atrás do sigilo bancário, e vamos lá abolir os quase paraísos fiscais dentro da União Europeia, mesmo quando, caros colegas, faz doer aos Estados-Membros em causa. O interesse da Europa como um todo deve prevalecer sobre os pontos de vista parciais. Os contribuintes honestos da UE não esperam menos de nós do que regras vinculativas para todos, sem recurso a subterfúgios pelas traseiras.

O relatório Domenici dá conta de como fechar essa porta das traseiras. O que está em causa, agora, não é a harmonização fiscal, mas como recuperar os impostos cobrados de acordo com as regras de cada Estado-Membro, com a ajuda de terceiros, se necessário for. Todos os restantes elementos do pacote fiscal, que temos perante nós, servem este mesmo propósito. Em nome do Grupo PPE, apresentei várias propostas para o relatório Domenici, as quais obtiveram o apoio de outros grupos políticos. Em primeiro lugar, sugeri a criação de um sistema de incentivos de modo a garantir que o Estado-Membro, actuando em nome daquele que necessita de assistência em matéria de cobrança de impostos transfronteiriços, receberia uma parte dos montantes recuperados. Dessa forma, poderíamos dar um impulso à hesitante cooperação entre serviços de impostos. Em segundo lugar, usando um sistema de lucros comparativos, poderíamos actuar eficazmente, especialmente contra as empresas multinacionais que manipulam os preços de transferência, a fim de sonegar impostos. Sei que o Senhor Comissário Kovács tem dúvidas sobre isto, mas eu creio que o trabalho poderia começar nessa direcção.

Por último, congratulo-me, por a Comissão apoiar a necessidade de reforçar os requisitos para o intercâmbio de informações fiscais, tal como estipulado pelo acordo modelo da OCDE aplicável a 12 Estados. Penso que, continuando por estes caminhos, podemos avançar para uma política fiscal mais honesta.

**Olle Ludvigsson (S&D).** – (SV) Senhor Presidente, esta noite, estamos aqui a debater uma série de medidas para combater a fraude e a evasão fiscais de diversos tipos. Estas são questões de grande importância. Seria muito bom se nós, na UE, conseguíssemos, na forma proposta, reforçar os nossos mecanismos e a nossa cooperação para combater a evasão fiscal.

A crise económica e financeira acelerou a necessidade de tornar os nossos sistemas fiscais tão eficazes, fiáveis e justos quanto possível. Tenho uma opinião positiva sobre a proposta de alargar a aplicação do mecanismo de autoliquidação. Entre outros, este é um passo essencial no desenvolvimento do nosso trabalho relativamente às alterações climáticas. Quando os direitos de emissões começarem a ser leiloados, em 2013, precisamos de ter um sistema de comércio credível que não seja assolado por fraudes no IVA e problemas semelhantes.



O mecanismo de autoliquidação, é provavelmente uma excelente forma de prevenir a fraude no IVA, assim garantindo a credibilidade e a eficácia do sistema.

O trabalho relativamente ao relatório sobre o mecanismo de autoliquidação foi muito construtivo. Apraz-me constatar que a Comissão, o Conselho e os meus colegas envolvidos estavam determinados em encontrar rapidamente uma boa solução. Um elemento central do relatório é a criação de um sistema de avaliação global – um sistema baseado em critérios uniformes. É muito importante que acompanhem cuidadosamente o modo de funcionamento deste mecanismo de autoliquidação, na prática, no domínio em causa. As medidas em apreço, visando o combate à evasão fiscal, constituem um passo importante neste percurso, mas devem ser consideradas como uma pequena parte de um processo mais amplo e a longo prazo.

Continua a haver muito para fazer nesta área. A cooperação ao nível da UE deve ser reforçada e a UE deve dar o exemplo ao criar acordos internacionais eficazes para combater a evasão fiscal.

**Sylvie Goulard (ALDE).** – (FR) Senhor Presidente, este pacote aparentemente bastante técnico, na realidade, diz respeito a alguns aspectos altamente políticos. Em primeiro lugar, a cooperação administrativa entre os Estados em matéria fiscal é uma questão-chave para o mercado interno. Penso que é importante sublinhar este ponto, porque a livre circulação de pessoas e de capitais constitui um precioso acervo da União Europeia, ao qual estamos tão apegados. Não deve, no entanto, resultar numa situação de tributação injusta, em que alguns cidadãos bem aconselhados e com mobilidade fogem às suas obrigações fiscais, enquanto os cidadãos mais sedentários continuam sujeitos a elas.

Também não deve funcionar como um incentivo para a concorrência entre Estados, no que me estou a referir a um incentivo à fraude ou à evasão. Este ponto explica a nossa posição a favor de uma base tributável consolidada para a tributação das empresas e o intercâmbio automático de dados entre os Estados-Membros, já debatido.

Se a senhora deputada Lulling nos tivesse dado a honra de ficar connosco, eu poderia ter-lhe dito que a questão das liberdades cívicas surge, de facto, quando estamos a falar sobre o intercâmbio de dados sensíveis, mas que, na minha opinião, há uma grande diferença entre os dados que podem ser trocados entre os Estados-Membros da União Europeia – por outras palavras, no âmbito do mercado interno e ao serviço do mercado interno – e os dados que trocamos com outros países, mesmo países amigos como os Estados Unidos.

A segunda questão, altamente política, especialmente após a crise, é a luta contra os paraísos fiscais, mas também contra as zonas cinzentas – ou práticas indulgentes – que, infelizmente, ainda existem no seio da União Europeia ou em territórios associados. Na sequência das declarações do G20, os cidadãos estão à espera de resultados e de uma União credível. Esta tem sido a orientação de muitas alterações, e creio que este Parlamento deve conferir uma renovada importância a esta questão.

Por último e para concluir, gostaria de dizer uma palavra ao Senhor Comissário Kovács – é muito raro podermos despedir-nos de alguém na mesma noite em que o seu mandato está a terminar – e, sobretudo, gostaria de dar um conselho ao Comissário indigitado, Sr. Semeta, com cujos primeiros passos nesta área nos congratulámos, tal como com os passos iniciais da Comissão Barroso II, que parece determinada a resolver o problema, especialmente por ter confiado ao antigo Comissário Monti a tarefa de elaborar um relatório sobre o mercado interno, contendo todos estes aspectos.

Creio que, por muita resistência e relutância que possa haver da parte dos Estados-Membros, cabe à Comissão fazer aquilo que o Senhor Comissário Kovács foi capaz de fazer, e usar seu poder de iniciativa, mas talvez em maior medida. Os Estados-Membros têm os cofres vazios. A tributação é uma outra forma de os encher e, desde que o façam de maneira inteligente, somos a favor.

**Eva Joly (Verts/ALE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, graças ao trabalho esforçado do senhor deputado Domenici, o relatório que vamos votar esta semana é, sem dúvida, um documento de alta qualidade. Eu, sinceramente, espero que seja aprovado quarta-feira pelo plenário da Assembleia. Muitos dos progressos nele contidos em matéria de transparência financeira, política fiscal e luta contra os paraísos fiscais, cujas nefastas consequências aqui são muito justamente descritas, não têm, simplesmente, quaisquer precedentes.

Em primeiro lugar, é gratificante saber que o texto reconhece as limitações consideráveis enfrentadas pela luta contra os paraísos fiscais na forma como esta tem sido efectuada até agora. As convenções fiscais e as

listas de jurisdições não cooperantes da OCDE, para usar as palavras oficialmente em vigor, são, na verdade, insatisfatórias e fazem inclusive parte do problema a que se espera dêem luta.

Por conseguinte, as propostas deste relatório, com o objectivo de superar esta abordagem, adoptando uma nova definição de paraísos fiscais e introduzindo novas ferramentas para esta luta, inclusive em termos de sanções, são de grande importância. Este é obviamente o caso da proposta de criação de um intercâmbio automático de informações fiscais, tanto no seio da UE como a nível internacional.

É também o caso da contabilização por país, exigida pelo relatório e que irá possibilitar a medição das actividades reais das empresas nos países onde operam e garantir que estas vão efectivamente pagar impostos sobre o que devem legitimamente. Estas são duas das principais reivindicações que, há muito, vêm sendo defendidas por muitos especialistas. Só nos podemos regozijar por o Parlamento as estar a aprovar, assim se tornando uma das instituições mais empenhadas nesta luta.

Senhoras e Senhores Deputados, a questão dos paraísos fiscais não é uma simples questão técnica, pois tem a ver com as opções fundamentais. Queremos dar aos países em desenvolvimento os meios necessários para beneficiarem dos seus próprios recursos em vez de os verem confiscados? Queremos assegurar que todas as nossas empresas e todos os nossos cidadãos contribuem, em conformidade com os seus recursos, para financiar a vida colectiva? Ao votar favoravelmente o relatório do senhor deputado Domenici, estaremos a dar uma resposta positiva a estas duas questões. Uma resposta de que, penso eu, nos podemos orgulhar.

E, pessoalmente, gostaria de agradecer ao Senhor Comissário Kovács pelo seminário que organizámos conjuntamente em Bruxelas, a 9 de Dezembro, para colocar esta questão na ordem do dia. Obrigada e boa sorte.

**Ivo Strejček (ECR).** – (CS) Senhor Presidente, estamos hoje a debater um pacote de propostas económica e politicamente controversas que se espera tragam melhorias significativas à cooperação no domínio da fiscalidade. A fraude fiscal é, sem dúvida, um grande problema que reduz as receitas orçamentais do Estado. No entanto, quais são as causas da evasão fiscal e quais são os motivos dos que recorrem à fraude fiscal?

Em primeiro lugar, as altas taxas de imposto. Quanto mais elevados são os impostos, mais os contribuintes procurarão formas de contornar as suas obrigações fiscais. Devemos ter esta verdade muito conhecida em mente sobretudo actualmente, quando a maior parte dos políticos afirmam que os défices das finanças públicas serão solucionados por meio de impostos mais elevados, por outras palavras, pelo lado das receitas orçamentais e não através de grandes cortes na despesa. Apenas mais uma observação, que é a de que os paraísos fiscais existem para isso mesmo, para que as pessoas transfiram os seus capitais para locais com impostos mais baixos. Se quisermos fechar ou limitar a existência de paraísos fiscais, devemos reduzir os impostos.

A segunda razão importante para a evasão fiscal é a opacidade e complexidade dos sistemas fiscais. Quanto mais isenções, mais fraudes. Os dados estatísticos e estudos diversos confirmam que as complicações, por exemplo, na cobrança do IVA, são causadas principalmente pelas explicações confusas e os milhares de variadíssimas isenções. Infelizmente, nem a Comissão nem os deputados sugerem que os Estados-Membros promovam cortes de impostos ou correcções de fundo que possam trazer transparência em jurisdições fiscais.

As propostas controversas são as seguintes: a introdução do princípio de que existe uma obrigação de partilhar informações sobre os contribuintes, segundo, as informações obrigatórias sobre os contribuintes estão definidas com precisão e são claramente muito sensíveis, em terceiro lugar, a obrigação de partilhar informações sobre todos os tipos de impostos está a ser aplicada pela primeira vez e, em quarto lugar – a novidade legislativa – o sigilo bancário é violado.

**Miguel Portas (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, este debate é muito importante porque aquilo que os governos e a própria Comissão nos têm dito é que nos próximos anos a saída da crise depende de programas de corte radical no investimento público e na despesa social. E o que as informações constantes dos vários relatórios que hoje aqui estão em discussão nos dizem é que afinal há um outro caminho, há um melhor caminho, um caminho que pode deixar os contribuintes satisfeitos, os contribuintes honestos!

E esse caminho é o caminho de actuar contra a crise também do lado da receita - principalmente do lado da receita - acabando com o inferno dos paraísos fiscais e acabando com o inferno da evasão e da fraude fiscal generalizada entre as grandes empresas e o sistema bancário.

E é exactamente por isso que eu estou muito de acordo com o relatório Domenici quando ele diz que não se está a ir suficientemente longe em matéria de fim do segredo bancário. E é para aí que temos que caminhar, porque sinceramente, um pouco de justiça na economia nunca fez mal a ninguém.

**Arturs Krišjānis Kariņš (PPE).** – (LV) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a questão não é: somos a favor ou contra o combate à fraude fiscal. É claro que somos a favor. A questão é mais, que meios queremos empregar para atingir este objectivo. A situação entre os Estados-Membros no momento é que há Estados que não estão dispostos a fazer intercâmbio de informações sobre os contribuintes com outros Estados-Membros, mesmo quando solicitados a fazê-lo. A proposta em debate diz respeito à introdução de um sistema automático, em que todas as informações sobre os nacionais residentes no estrangeiro e as empresas serão trocadas entre as autoridades fiscais. Na minha opinião, o que é importante não é aumentar a burocracia, independentemente da forma como trocamos informações. Neste momento, a União Europeia está em crise – em Espanha, o desemprego atinge quase 20%, na Letónia, é mais de 20%, em muitos outros países, está bem acima de 10%. Infelizmente, esta é uma tendência ascendente. Em resultado, os Estados-Membros são obrigados a reduzir os gastos do governo, algo que realmente é directamente oposto a aumentar a dimensão da máquina burocrática. Não podemos dar-nos ao luxo de aumentar o tamanho da máquina burocrática. No entanto, a introdução deste sistema de intercâmbio automático de informações envolve, inevitavelmente, o aumento do tamanho da máquina burocrática. Na minha opinião, os contribuintes europeus não podem, simplesmente, dar-se a este luxo, neste momento. Há, a meu ver, uma outra proposta que devemos discutir, ou seja, talvez não irmos ao extremo de trocar todas as informações automaticamente, mas sim garantir, pelo menos, que todos os Estados-Membros fazem o intercâmbio de todas as informações mediante solicitação. Resumindo, então, um intercâmbio automático de informações a pedido. Obrigado.

**Arlene McCarthy (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, com mais de 200 mil milhões de euros perdidos anualmente, o combate à fraude e à evasão fiscais na UE devem continuar a ser uma prioridade para este Parlamento, a Comissão Europeia e os governos dos Estados-Membros. Não posso crer que alguém nesta Câmara acredite que o direito à privacidade seja um direito para fugir aos impostos.

Há, naturalmente, um consenso global de que a falta de boa governação em matéria fiscal incentiva a fraude e a evasão fiscais. A fraude fiscal tem um enorme impacto nos orçamentos nacionais, pois rouba recursos vitais aos serviços públicos, à saúde, à educação e à pesquisa. Além disso, segundo uma grande instituição de solidariedade, a evasão fiscal pelos muito ricos e pelas empresas globais exerce um grave impacto sobre a vida de mais de cinco milhões de crianças, no mundo em desenvolvimento.

Os governos dos países mais pobres estão a ser enganados em 92 mil milhões de euros por ano em receitas fiscais, enquanto o Banco Mundial calcula que apenas um terço desse valor – 30 a 34 mil milhões de euros – conseguiria pagar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas. Mais chocante ainda, uma instituição de solidariedade social do Reino Unido, a Christian Aid, mantém cerca de 7 milhões de milhões de euros escondidos algures, em paraísos fiscais.

Portanto, as acções e recomendações propostas por estes relatórios são essenciais para servir de suporte a condições equitativas e para combater as distorções e abusos que estão na base dos sistemas de evasão e fraude fiscais. Os activos detidos offshore equivalem, actualmente, a um terço do património mundial ...

*(O Presidente solicita à oradora que fale mais pausadamente em atenção aos intérpretes)*

... metade do comércio mundial passa por paraísos fiscais e as medidas para a sua repressão já estão a ser intensificadas. Os paraísos fiscais encontram-se sob investigação, estando em curso propostas da UE e da OCDE nesse sentido.

Uma cooperação fiscal mais forte é o único caminho a seguir. Tal não enfraquece a soberania nacional, mas, pelo contrário, reforça e melhora os sistemas fiscais nacionais, impedindo aqueles que procuram minar a integridade e o funcionamento desses sistemas.

Se aprendemos alguma lição com a crise financeira global, é a de que precisamos de mais abertura e transparência nas operações financeiras. É por isso que dou o meu apoio às propostas de se avançar para um acordo global e normalizado de intercâmbio automático de informações fiscais, tal como apresentado pelos nossos relatores.

Gostaria de terminar dizendo que aqueles que procuram diminuir o impacto destas propostas, escondendo-se atrás do alarmismo sobre a privacidade dos dados, não estão a ser sérios nem ambiciosos no apoio à acção

global para combater o flagelo da evasão fiscal e promover a boa governação, a boa cidadania e a responsabilidade social.

**Wolf Klinz (ALDE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a fraude no IVA não constitui transgressão de pouca monta. É um acto criminoso e um problema que, ao longo do tempo, tem tido mais tendência para aumentar do que para diminuir. De acordo com as mais recentes estimativas, os cidadãos e, por conseguinte, os contribuintes, têm perdido até 100 mil milhões de euros, ou talvez até mais, em cada ano.

Num momento de aceleração da dívida pública e da crise, os cidadãos não têm qualquer simpatia pelo facto de a União Europeia não ter, até agora, sido capaz de solucionar este problema com êxito. Por isso me congratulo com uma nova tentativa para introduzir o mecanismo de autoliquidação, sobre o qual votaremos depois de amanhã. O que estamos a tentar fazer com o procedimento de autoliquidação é efectivamente eliminar o problema da evasão ao IVA, ou pelo menos reduzi-lo. No entanto, temos de esperar para ver se esse procedimento irá gerar o desejado aumento em receitas do IVA e evitar novos casos de fraude. Mas vale certamente a pena tentar. Vamos acompanhar de perto os resultados do processo, cuja aplicação está actualmente limitada a 2014, e iremos realizar uma avaliação crítica.

No entanto, teria apreciado uma alteração a um ponto específico: sou a favor de as empresas que cumprem devidamente o seu dever de diligência no contexto de uma verificação dos seus números de identificação para efeitos de IVA, serem isentas de qualquer responsabilidade, mesmo no caso de o beneficiário cometer fraude. Lamento expressamente que a minha alteração neste sentido não tenha conseguido obter uma maioria na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

**Vicky Ford (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, a fraude fiscal é um crime que não rouba apenas os governos, rouba também todos os contribuintes individuais – cada cidadão que paga os seus impostos atempadamente. Tem havido excelente trabalho por parte da OCDE, do G20 e, efectivamente, por parte de vários relatores do Parlamento sobre o trabalho para ajudar a combater a fraude fiscal. Gostaria de abordar especificamente o relatório do senhor deputado Domenici e de lhe agradecer a grande transparência de que deu mostras no trabalho conjunto com todo o Parlamento, numa perspectiva de melhorar este documento. Mantenho ainda, contudo, três preocupações.

A primeira é de que o combate à fraude fiscal não deve ser usado como uma desculpa subreptícia para quem quer abrir o debate sobre a harmonização fiscal na UE. Não há texto no documento sobre a matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades, e acho que devemos esperar até que a Comissão se nos dirija, no final deste ano, com a avaliação de impacto que realizou, antes de adoptarmos quaisquer conclusões precipitadas sobre alguns prós e contras desse debate.

O segundo ponto é sobre a questão controversa do intercâmbio de informações. É muito claro que em determinadas circunstâncias, é necessário um melhor intercâmbio e, de facto, tal como a tributação dos rendimentos da poupança, o intercâmbio automático não tem benefícios. Este documento vai muito mais longe e exige o intercâmbio automático em todas as áreas. Eu preferiria que analisássemos cada circunstância específica para ver onde este é necessário.

Em terceiro lugar, o relatório Domenici sugere uma imposição à escala da UE sobre os movimentos financeiros para ou a partir de certas jurisdições. Existem diferentes sanções e incentivos diversos, como o Senhor Comissário referiu, que poderiam ser usados para promover o bom comportamento neste domínio. Estou muito preocupada em que possamos estar a andar para trás com apenas uma sugestão que poderia ser extremamente controversa por ter estas palavras sobre um imposto à escala da UE.

**Diogo Feio (PPE).** - Senhor Presidente, ao tratarmos destes quatro relatórios que aparentemente têm uma estrutura técnica muito marcada estamos a debater problemas políticos que são profundos. Em primeiro lugar, e para que fique claro: o combate à fraude e à evasão fiscal deve sempre ser feito. Por uma questão de respeito aos contribuintes que pagam e cumprem as regras.

Quero aqui também deixar claro que esta não é uma matéria que especificamente tenha a ver com uma qualquer crise. Esta é uma matéria de ética pública. E tal como esta matéria deve ser discutida, também a União Europeia e os Estados devem discutir uma outra, que tem a ver com a competitividade fiscal, com a forma de, através da política de impostos, podermos fazer crescer as economias.

E também é necessário olhar para o combate à fraude e à evasão fiscal como uma questão de natureza legislativa. É necessário que as leis sejam simples. É necessário que as leis sejam transparentes e é também

necessário que os órgãos administrativos actuem de forma conveniente. E por isso mesmo é relevante a matéria da troca de informações, onde também devemos olhar para aquilo que são as determinações feitas por organizações internacionais que muito têm olhado para esta matéria como, desde logo, a OCDE. A troca de experiências é, quanto a isto, essencial, para que medidas que são muito boas na teoria não tenham efeitos práticos que são perversos.

Quanto especificamente à matéria dos paraísos fiscais, temos que apoiar aquilo que foram as determinações do G20, as evoluções que aí foram feitas e, fundamentalmente, ter em atenção que as medidas nesta matéria devem ser adequadas, proporcionais e eficazes.

**Elisa Ferreira (S&D).** - Senhor Presidente, Senhor Comissário, alguns factos que importa recordar: segundo a OCDE, nos paraísos fiscais estavam sediados, em 2008, cinco a sete triliões de euros em activos. Na União Europeia, as fugas ao fisco, já aqui hoje citadas, equivalem a 2 a 2,5% da riqueza da União, isto é, são duas vezes o orçamento da União Europeia.

E hoje também não restam dúvidas de que para a terrível crise que atravessamos contribuíram os paraísos fiscais, a opacidade dos novos produtos financeiros, a falta de cooperação administrativa, as falhas de regulação e de supervisão nos mercados e a ambição desmesurada dos operadores.

A nível global há movimentos que estão a ocorrer e estamos a tirar lições, lições que tomaram forma nas iniciativas do Fundo Monetário Internacional, da OCDE, do G20, do *Financial Stability Forum*. Na União Europeia, em particular sob a orientação do Sr. Kovács, que eu saúdo, assistiu-se a uma série de iniciativas: cooperação administrativa, a directiva sobre a poupança, assistência na recuperação de dívidas, código de conduta, bem como a movimentos de cooperação acrescida por parte da Bélgica, da Áustria, do Luxemburgo, da Ilha de Man e mesmo de países vizinhos: Suíça, Mónaco, Liechtenstein.

Mas é importante que neste esforço colectivo não aconteça aquilo que foi tão bem descrito pelo compatriota do nosso colega Domenici, quando no *Leopardo* se diz que muita coisa foi preciso mudar para que tudo ficasse na mesma. Isto é que não pode acontecer!

Os cidadãos europeus estão hoje flagelados pelo desemprego, por ameaças de subidas de impostos, pela perda de direitos fundamentais de reforma. As pequenas e médias empresas não conseguem crédito e os sacrifícios estão generalizados. São estes cidadãos que esperam de nós - os seus representantes aqui no Parlamento - que saibamos tirar as lições e que saibamos fazer com que a União Europeia seja verdadeiramente um espaço de concorrência, com justiça, transparência e seriedade.

Estes quatro relatórios, em particular o Domenici e o Alvarez, vão nesse sentido. E os meus votos são que estes relatórios recebam um apoio maciço por parte dos membros deste Parlamento e que eles dêem, de facto, o impulso político de que a União Europeia necessita para tirar as lições certas e as fazer também sentir a nível internacional.

**Olle Schmidt (ALDE).** - (SV) Senhor Presidente, estamos todos conscientes de que os impostos são uma questão sensível, como já ouvimos. Os Estados-Membros, e muito bem, encaram os impostos como sendo prioritariamente uma questão nacional, no entanto, na senda da crise financeira, mais e mais países se estão a aperceber de que a cooperação no seio da UE tem de melhorar.

A concorrência fiscal é positiva. No entanto, as regras devem ser justas e nenhum Estado-Membro pode beneficiar de as suas regras serem utilizadas para evitar impostos. A fraude fiscal é ilegal, imoral e distorce a situação em cada um dos Estados-Membros.

Podemos criticar a carga tributária no nosso próprio país. Eu próprio o tenho feito. No entanto, temos de trabalhar para mudar a política no nosso país em vez de estarmos a fugir às nossas responsabilidades. A maneira mais eficaz de proceder ao intercâmbio de informações é fazê-lo automaticamente. A UE tem frequentemente criticado os paraísos fiscais de vários tipos. Por conseguinte, é importante mostrarmos que também estamos a trabalhar internamente para melhorar a transparência, a abertura e a cooperação em matéria de fiscalidade, respeitando ao mesmo tempo a inviolabilidade da vida privada.

A fim de evitar encargos administrativos desnecessários e criar uma base jurídica mais clara, o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa apresentou uma alteração no sentido de os Estados-Membros não deverem ser forçados a prestar assistência a outro Estado-Membro, se o assunto disser respeito a menos de 1 500 euros por ano. Creio que, assim, ficam definidos limites claros sobre os poderes das autoridades e, segundo me parece, o Senhor Comissário Kovács aceita esta alteração.

(EN) Por último, gostaria de agradecer ao Senhor Comissário Kovács, Comissário por mais 18 horas, ou algo semelhante. Foi um privilégio trabalhar consigo. Não conseguiu fazer tudo, mas fez o seu melhor. Muito obrigado e boa sorte.

**Jacek Włosowicz (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, no seu sexto mandato, a Comissão Europeia adoptou uma série de propostas legislativas no âmbito da luta contra a fraude e a evasão fiscal na União Europeia. Um factor-chave neste contexto é a proposta de directiva relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade. Graças à sua adopção por praticamente todos os Estados-Membros, a directiva actualmente em vigor foi, sem dúvida, o primeiro passo no sentido da cooperação neste domínio, embora fosse evidente que havia resultados específicos em falta relativamente à sua execução. No entanto, nesta proposta, temos um reforço da soberania interna dos Estados-Membros no domínio da tributação através da aplicação de uma gestão mais específica e eficaz das receitas fiscais por parte de cada país, e temos também uma intensificação do processo de integração europeia, algo que se está a tornar cada vez mais necessário no domínio da tributação, tanto sob o ponto de vista político e económico, como administrativo.

**Thomas Mann (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, os meus agradecimentos, Senhor Comissário Kovács, pelo seu excelente trabalho. A cooperação administrativa entre Estados-Membros em matéria fiscal, que é a minha área, é um projecto ambicioso. É necessária porque a evasão fiscal não é um delito menor e afecta, inclusive, os países para além das suas fronteiras.

Temos que trabalhar em conjunto para combater a fraude fiscal e os paraísos fiscais suspeitos. O ponto de vista dos Estados-Membros, de que nem tudo pode ser resolvido a nível europeu, é um erro gritante. Explorar a possibilidade de adquirir dados obtidos ilicitamente sobre contribuintes prevaricadores, algo que é legalmente problemático é um problema com que nós, na Alemanha, nos temos debatido, não deve ser nosso único curso de acção. Pode bem dar-se o caso de essa compra ser necessária.

Nesta directiva, congratulo-me, em primeiro lugar, com o previsto intercâmbio automático de informações entre autoridades fiscais, em segundo lugar, com a melhoria do processo de intercâmbio de pessoal entre as administrações e, em terceiro lugar, com a medida urgente para flexibilizar as leis de sigilo bancário muito para além da UE.

Precisamos, é certo, de remover alguns obstáculos, nomeadamente o conflito entre o intercâmbio de dados, por um lado, e a protecção de dados, por outro. Precisamos de encontrar um equilíbrio entre os dois e não permitir que um interesse prevaleça sobre o outro.

Além disso, a dupla tributação transfronteiras deve ser objecto de maior atenção. Contactei uma série de pequenas e médias empresas que operam simultaneamente em diferentes Estados-Membros. Dizem-me que a situação é muito complexa e que não há transparência e experiência suficientes, razão pela qual se vêem impossibilitados de tomar as decisões de investimento certas. Temos de considerar isso. Precisamos também de reduzir a burocracia e dar mais atenção ao que é efectivamente necessário, de modo que as administrações fiscais nos possam ajudar a trabalhar mais estreitamente em conjunto e simplificar os nossos procedimentos. Se conseguirmos isso, se podemos inserir tais procedimentos simplificados para a vida quotidiana dos comerciantes, estaremos a fazer um progresso claro. Esta directiva constitui uma afirmação essencial de nossa intenção de o fazer.

**George Sabin Cutaş (S&D).** – (RO) O nosso debate sobre o tema das reformas tributárias propostas está a ter lugar numa situação que, inevitavelmente, faz alguma pressão sobre as políticas fiscal. A crise económica e financeira está a causando o aumento dos défices a nível mundial que, por sua vez, aumenta a importância dos recursos atribuídos ao orçamento público.

Como já foi dito, os últimos relatórios sobre este assunto destacam a magnitude alarmante da fraude fiscal na União Europeia, ascendendo a um valor de mais de 200 mil milhões de euros anualmente, o equivalente a 2-2,5% do PIB.

Os nossos colegas que trabalharam nestes relatórios, a quem eu gostaria de manifestar o meu apreço pelos seus esforços, apresentaram-nos uma espécie de foto flagrante da extensão da fraude. O plano de recuperação económica, proposto pela Comissão Europeia, que visa reduzir o impacto da crise, requer custos no montante total de 1% do PIB. Acredito que a situação exija medidas enérgicas de combate à fraude e uma cooperação mais estreita em matéria fiscal entre os Estados-Membros, tanto mais que a crise pôs em evidência, mais do que nunca, o aspecto negativo da interdependência entre as economias nacionais.

Neste contexto, a proposta de directiva representa um passo em frente, uma vez que irá colocar a legislação fiscal europeia em sintonia com os desenvolvimentos económicos e com o reforço do processo de integração europeia. Nesse sentido, o intercâmbio automático de informações, o levantamento do sigilo bancário e medidas para melhorar a assistência mútua na cobrança de créditos podem contribuir significativamente para tornar mais eficaz a cooperação administrativa entre os 27 Estados-Membros.

Por último, gostaria de desejar ao Senhor Comissário Kovács os maiores êxitos nas suas futuras actividades.

**Carl Haglund (ALDE).** – (SV) *(inicialmente sem microfone)* ... a presente directiva é muito bem-vinda num momento como este, quando as receitas fiscais em todo o mundo estão a diminuir. Num mercado comum, não podemos de modo algum aceitar a situação actual, em que o lucro tributável pode ser escondido e continuar a não tributado num outro Estado-Membro. Como já foi mencionado, os Estados-Membros da UE estão a perder milhares de milhões de euros de receitas fiscais em cada ano por causa de falhas no intercâmbio de informações entre os Estados-Membros. Gostaria também de recordar que, enquanto algumas pessoas escondem os seus rendimentos e evitam o pagamento de impostos, nós, os restantes temos de pagar mais impostos para compensar. Dificilmente pode ter sido essa a intenção – pelo menos não na minha opinião.

É surpreendente que algumas pessoas estejam a defender o sistema vigente, que permite que as pessoas realmente evitem pagar os seus impostos. Compreendo que alguns Estados-Membros tenham muito a perder, mas estarão eles realmente a apresentar um argumento credível? Não, não estão.

Devemos promover a cooperação internacional em matéria fiscal e devemos elaborar normas comuns para prevenir a fraude fiscal, tanto a nível da UE como a nível mundial. Ao mesmo tempo, gostaria de recordar que existem quem acredite que a protecção da privacidade é importante e deve ser devidamente salvaguardada. É importante ter esse aspecto em mente, caso contrário, o sistema que estamos a criar terá falta de credibilidade aos olhos dos nossos cidadãos, e que é essencial se quisermos ter êxito.

**Sirpa Pietikäinen (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, creio que tem ficado dolorosamente claro, nesta crise económica, que ou falhamos separados na UE, ou conseguiremos ter êxito juntos. Foi um processo muito longo até chegar ao ponto em que podemos realmente ter o intercâmbio automático de informações adequado sobre as questões de fiscalidade na UE, bem como total transparência, com uma cooperação administrativa eficaz entre os funcionários e os Estados-Membros.

Enquanto pedimos ao sector privado – os bancos – para serem mais transparentes e fiáveis após a crise financeira, penso realmente que também precisamos de instar os nossos Estados e nós próprios nesse sentido. Saúdo, pois, as medidas que foram tomadas aqui, mas há um longo caminho a percorrer. Exorto a Comissão a ser extremamente ambiciosa e forte em matéria de cooperação internacional, de modo a obter um acordo internacional sobre paraísos fiscais e intercâmbio automático de informações.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, a tributação é absolutamente essencial para o funcionamento dos países – creio que a maior parte dos cidadãos concorda com esta afirmação. No entanto, muitos cidadãos não acolhem o pagamento de impostos de braços abertos e com um sorriso nos lábios. Esta remonta ao tempo de Deus Nosso Senhor, quando este observou que uma das personagens mais desprezadas desse tempo era o cobrador de impostos, que era visto como o chamado mau da fita.

Não tenho a certeza se o seu estatuto terá subido muito neste espaço de tempo. Agora são chamados de "responsáveis pela receita fiscal", mas continuam provavelmente a não ganhar nenhum concurso de popularidade.

No entanto, paralelamente a esta realidade temos o facto de, historicamente, aqueles que não cumpriam os seus deveres fiscais eram, por vezes, encarados quase como heróis, gente mais esperta do que o governo. Agora, felizmente, esse aspecto também está a mudar, mas ao mesmo tempo, a evasão fiscal abunda em todo o país e em todo o mundo. Mesmo no meu próprio país, nas décadas de 1980 e 1990, os bancos foram os próprios a fornecer endereços *offshore* às pessoas, com a finalidade de sonegar impostos. Quando esse facto foi descoberto, os indivíduos tiveram, naturalmente, de pagar.

Agora, o que precisamos fazer é assegurar, no futuro, que a evasão fiscal é reduzida. A OCDE calcula que 2,5% do PIB mundial é perdido pela evasão fiscal. O contrabando de tabaco é um caso em que os cigarros passaram de economias com impostos baixos para economias com impostos elevados, causando graves danos à saúde e, naturalmente, também às finanças.

Ao mesmo tempo, a UE fica limitada naquilo que pode fazer, porque o Tratado de Lisboa não lhe dá grandes competências na área da tributação. Essa parte surgiu no Tratado de Lisboa, nas garantias dadas à Irlanda.

Por essa razão, não pode haver matéria colectável comum consolidada, e o princípio da concorrência fiscal justa deve permanecer. Portanto, o que temos a fazer é, através da colaboração, da cooperação, da convicção e da persuasão, tentar fazer com que o processo avance – mas não podemos fazê-lo à força.

**Sari Essayah (PPE).** – (FI) Senhor Presidente, as propostas em apreço representam excelentes esforços para facilitar a luta contra a fraude fiscal e melhorar a cooperação entre as autoridades.

Fariamos bem em lembrar que a fiscalidade não é um fim em si mesmo, mas sim um instrumento da sociedade para a realização dos objectivos politicamente acordados, incluindo a igualização da distribuição dos rendimentos, a tributação de práticas prejudiciais, bem como a criação de uma base económica para os serviços de bem-estar comum. Um bom sistema tributário depende de uma base tributária ampla e justa e de níveis de tributação razoáveis.

A evasão fiscal e a fraude fiscal corroem a base fiscal, e os cidadãos honestos e as empresas têm de pagar a conta dos impostos da qual os prevaricadores evitaram o pagamento. Como já ouvimos aqui, o Produto Interno Bruto já está em crise em diferentes partes da Europa. A fraude fiscal e a evasão fiscal originam piores resultados do PIB na ordem de cerca de 200 mil milhões de euros por ano. Não podemos realmente pagar esta conta.

Gostaria de fazer alguns comentários sobre os relatórios em si. Quando as vias para combater a fraude no IVA estão a ser consideradas, as noções de custo-benefício, a segurança jurídica e o princípio da proporcionalidade devem ser tidas em conta. Estes pontos estão obviamente em destaque no relatório do senhor deputado Casa. Na luta contra a fraude no IVA, é razoável incidir, em particular, sobre os bens e serviços que são mais susceptíveis a fraudes, e um mecanismo de autoliquidação dá a estes Estados-Membros uma oportunidade para aplicar um acordo de ordem inversa, em derrogação das principais princípios da directiva do IVA.

A cooperação administrativa é uma forma de complementar as legislações nacionais, mas precisamos de recordar que nunca irá substituí-los ou provocar a sua aproximação.

Mais controverso em relação a estas directivas é o assunto do intercâmbio de informações. Um eficaz intercâmbio de informações entre as autoridades aduaneiras e fiscais dos Estados-Membros ajuda a combater o abuso, e é por isso que entendo que se deve promover o intercâmbio de registos fiscais e não bloqueá-lo. Na Finlândia, os registos fiscais são de conhecimento público e nosso país é um dos menos corruptos do mundo. Assim sendo, não posso ver como a troca automática de registos fiscais pode constituir uma ameaça de violação dos direitos cívicos, como alguns dos meus colegas parecem pensar que seria.

**Paul Rübig (PPE).** – (DE) Senhor Comissário Kovács, Senhor Presidente, a legislação financeira é, naturalmente, uma responsabilidade nacional e estimula o egoísmo dos Estados-Membros. Aqui, na União Europeia, no entanto, temos de pensar como vamos sustentar, no futuro, o mercado interno, em particular, as quatro liberdades.

Um dos principais problemas que temos de abordar é, naturalmente, a dupla tributação. As pequenas e médias empresas (PME), que não pode acompanhar toda a legislação nesta área, têm particular dificuldade em oferecer os seus serviços em outros países. A Comissão deve apresentar uma proposta sobre como deve ser gerida a dupla tributação, colocando em prática um sistema fiscal simples e transparente para estas empresas, pois, afinal, é a notação de crédito de uma empresa que determina se pode sobreviver no mercado e se vai permanecer solvente. Seria também muito bem-vindo um balcão único para as PME, de modo que possam ter um ponto específico de contacto e, assim, os reembolsos do imposto possam ser pagos de forma rápida, eficaz e transparente.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) Gostaria de mencionar os sistemas de governo electrónico já desenvolvidos em vários Estados-Membros para executar os seguintes tipos de aplicações: pagamento de impostos, incluindo o IVA, por via electrónica ou iniciativas como a facturação electrónica. Estamos a falar de uma nova agenda digital para os próximos cinco anos, o que significa que os Estados-Membros necessitam de utilizar as tecnologias da informação para melhorar a cooperação administrativa também no domínio fiscal.

Creio que, pelo menos para a facturação electrónica, foi já criado, em 2008, um grupo de alto nível, que concluiu um relatório e emitiu recomendações dirigidas à Comissão Europeia em Novembro último. O



Comissário Tajani assumiu igualmente o compromisso de que, durante o período posterior, apresentaria iniciativas destinadas a promover a facturação electrónica, de modo a generalizar a sua adopção a todos os Estados-Membros. Gostaria de perguntar à Comissão se tenciona apresentar tal proposta e quando é que o fará.

**Nick Griffin (NI).** - (EN) Senhor Presidente, discutir cooperação no domínio fiscal durante a actual crise do euro é a mesma coisa que voltar a arrumar as cadeiras no convés do *Titanic*.

As nações do Sul da Europa são conhecidas em inglês pelo acrónimo nada simpático de "PIGS" (Portugal, Itália, Grécia e Espanha). No entanto, nos países que estão a ser crucificados no altar do euro não vivem porcos, mas sim pessoas que estão a ser flageladas pelo dogma utópico de uma solução única feita à medida de todos. As suas economias morrerão dos milhares de golpes sofridos ou terão de ser resgatadas, para ruína dos contribuintes da Grã-Bretanha e de outros países. Não restará grande fiscalidade para cooperações.

Há duas maneiras de resolver o problema: ou abolir o euro e permitir que as nações cativas deste soviete cor-de-morango voltem a ter as suas antigas moedas, ou expulsar os "países problemáticos" do euro. Poderemos estar a falar dos PIGS. Mas mais justo seria apontarmos o dedo à Alemanha e ao seu colaborador francês, pois a origem desta confusão está no facto de se gerir o euro de acordo com os interesses alemães.

Esta crise sem fim à vista vai destruir o projecto federal, com a cooperação no domínio fiscal e tudo o mais. A tragédia é que, antes disso, vai lançar um número enorme de vítimas inocentes na pobreza.

**Elena Băsescu (PPE).** - (RO) Gostaria de felicitar o senhor deputado Stolojan pelo esforço que investiu na elaboração do relatório relativo à cobrança de créditos. A UE precisa de uma legislação comum, e aplicada de modo uniforme em todos os Estados-membros, para combater a fraude e a evasão fiscais. O mercado interno e o orçamento de um Estado-Membro podem ser afectados pelo não pagamento de qualquer tipo de impostos ou taxas. A livre circulação de capitais e de pessoas obrigou ao alargamento do âmbito de aplicação da legislação, que, desde o início do corrente ano, passou também a abranger as contribuições obrigatórias para a segurança social.

Um dos passos importantes do processo de cobrança de créditos no espaço da UE é o intercâmbio célere de informações. A existência de instrumentos e formulários normalizados comuns, que serão traduzidos para todas as línguas oficiais da UE, irá facilitar o trabalho quotidiano das autoridades competentes. Um sistema automatizado comum permitirá que as dúvidas sejam resolvidas mais rapidamente e com menores custos.

**Udo Bullmann (S&D).** - (DE) Senhor Presidente, ao mesmo tempo que felicitamos a senhora deputada Alvarez, o senhor deputado Domenici e os nossos outros colegas pelos seus excelentes relatórios, ao mesmo tempo que felicitamos o Senhor Comissário Kovács pelo seu trabalho empenhado e lhe desejamos tudo de melhor para o seu trabalho futuro, e que fazemos ainda votos para que passe ao seu sucessor a paixão com que pugnou pela adopção de uma política fiscal comum, temos também de fazer menção aos Estados-Membros, aos Estados-Membros que continuam hesitantes em adoptar acções mais do necessárias nesta situação de crise, acções que acabarão por resultar numa melhor cooperação.

É deveras chocante que ainda não tenham conseguido qualquer avanço na questão da matéria colectável. Quem pensa poder defender a sua soberania desta forma acabará por perdê-la, e perderá também as suas receitas fiscais. Assim sendo, a mensagem principal destes relatórios é que temos de forjar uma melhor cooperação na Europa. Só ela nos levará ao progresso!

**Michael Theurer (ALDE).** - (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a luta contra a fraude fiscal é uma necessidade. Naturalmente, a evasão e a fraude fiscais não são as causas da crise económica e financeira. Uma vez mais, parece-me importante deixar claro, neste Parlamento, que temos de recuperar a confiança do contribuinte, através de sistemas fiscais simples e de impostos baixos e justos. No entanto, isso não quer dizer que abduquemos de combater activamente a evasão e a fraude fiscais, visto que qualquer situação de evasão fiscal atenta contra o nosso sentido de justiça.

A discussão remete-nos também para o tema dos paraísos fiscais. A Suíça, vizinha da Alemanha, manifestou incómodo por estar a ser colocada sob pressão. Quanto a este ponto, gostaria de perguntar especificamente à Comissão: há propostas apresentadas, ou melhor, há medidas a ser tomadas para pressionar a Suíça em particular? A minha opinião pessoal é que a Suíça não pode dar-se ao luxo de tratar a UE com menor consideração do que trata os EUA. Isto significa que a Suíça deve, efectivamente, aderir aos nossos esforços concertados de combate à evasão fiscal.

**László Kovács**, *Membro da Comissão*. - (EN) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, achei o debate interessante e inspirador. Tal como a maioria de vós, estou convencido de que os nossos esforços no sentido do combate à fraude e à evasão fiscais, e do aumento da cooperação no domínio fiscal, valem a pena. Estou grato pelo vosso apoio e pelo trabalho dos quatro relatores, e estou muito grato pelo apoio dado a estas importantes iniciativas da Comissão.

Promover a boa governação em matéria fiscal é um processo complicado, associado a várias questões diferentes. Os vossos relatórios cobriram-nas praticamente todas, da proposta legislativa formal de promoção da cooperação administrativa ao nosso trabalho com países terceiros. Fiquei agradado por saber que muitos de vós incentivaram a Comissão a ser mais ambiciosa. Concorro plenamente convosco e estou certo de que, com o vosso apoio, e o dos governos dos Estados-Membros, a nova Comissão será capaz de enfrentar os desafios que tem pela frente. Sei que estes dossiês vão continuar a ser uma prioridade para o meu sucessor. A Comissão, o Parlamento e o Conselho deverão continuar a envidar esforços no sentido da aprovação das propostas legislativas que estão em cima da mesa ou em preparação, bem como do trabalho do Grupo do Código de Conduta para a tributação das empresas.

Quanto aos aspectos externos dos princípios da boa governação em matéria fiscal, todas as acções referidas na comunicação devem ser promovidas, dando especial atenção às relativas aos países em desenvolvimento.

No que diz respeito às propostas específicas sobre a cooperação administrativa, à assistência mútua em matéria de cobrança de créditos fiscais e a reaplicação facultativa e temporária de um sistema de autoliquidação, quero também agradecer os vossos comentários e opiniões. Congratulo-me por ver que o Parlamento Europeu e a Comissão partilham pontos de vista comuns sobre as medidas a tomar para melhorar o combate à fraude e à evasão fiscais, dentro e fora da União Europeia. Constatamos também que as três propostas têm o apoio geral do Hemiciclo.

A obtenção de avanços rápidos e a adopção por unanimidade da proposta relativa à cooperação administrativa são uma das prioridades da Presidência espanhola, sendo também, doravante, uma prioridade para a maioria dos Estados-Membros. A UE precisa urgentemente de uma adopção por unanimidade a nível interno que manifeste, na cena internacional, a sua determinação em ir mais além do que as normas da OCDE e as recomendações do G20, e abra caminho a uma futura evolução a nível internacional, provando que é capaz de desenvolver uma plena cooperação administrativa.

É evidente que não há uma solução única e global para eliminar a fraude e a evasão fiscais, mas as propostas que hoje discutimos são passos importantes no âmbito da estratégia antifraude fiscal da União Europeia.

Por fim, um dia antes do final do meu mandato, gostaria de reiterar os meus agradecimentos pelo apoio dado às iniciativas da Comissão nos domínios fiscal e aduaneiro e, em particular, pela cooperação das comissões IMCO e ECON.

**Magdalena Álvarez**, *relatora*. - (ES) Senhor Presidente, gostaria de referir as razões que nos levam a ir além das normas estabelecidas da OCDE em matéria de intercâmbio automático de informações.

Muitos argumentos poderiam ser apresentados a este respeito, mas é óbvio que o modelo da OCDE se refere ao quadro mais amplo das relações internacionais, no qual as regras do jogo são muito diferentes das que vigoram na União Europeia.

Como referiu o Senhor Comissário Kovács, nós, na União Europeia, temos um espaço económico único onde a informação fiscal deve circular com a mesma liberdade que as pessoas, para que cada Estado-Membro possa aplicar o seu sistema fiscal. Temos, na UE, um mercado único sem obstáculos à circulação de pessoas e bens, pelo que não há razões para obstar à circulação da informação fiscal.

Os Estados-Membros fazem parte de um projecto político e as relações entre as respectivas administrações fiscais devem ser coerentes com esse projecto político. Acima das questões de conveniência prática, o que está aqui em causa são princípios políticos.

Gostaria também de salientar que a soberania fiscal nacional sai reforçada, e não enfraquecida, com o combate à fraude. Por outras palavras, a soberania fiscal dos Estados-Membros será reforçada, visto que passarão a dispor de instrumentos mais eficazes para aplicarem o seu próprio sistema fiscal. Devemos, portanto, ter isso em conta, pelo que nos compete apoiar esta directiva.

Além disso, como disse, e bem, o senhor deputado Klinz, a fraude é uma infracção que não pode ser justificada com argumentos tão débeis como os altos regimes tributários de certos sistemas fiscais. Pelo contrário, não

me coíbo de afirmar que, se a fraude fiscal fosse reduzida, os impostos poderiam também descer. Temos, seguramente, de perseverar nos nossos esforços de simplificação dos vários sistemas fiscais.

Em jeito de conclusão, gostaria de frisar que os quatro relatórios e as quatro directivas que têm o nosso apoio produzem um forte efeito dissuasor, visto que, quando os contribuintes perceberem que, com a aprovação destas disposições, os infractores terão menos margem de manobra e menos refúgios seguros à sua disposição, a tentação de cometer tais actos será muito menor. Mesmo que alguns indivíduos os tentem, poderemos lançar mão de instrumentos mais eficazes para lidar com eles.

Por fim, devo referir que estas medidas vêm num momento muito oportuno, dado que a crise pôs em evidência os perigos da falta de transparência e do contágio de uns países para outros, bem como a necessidade de estímulos públicos. Neste contexto, gostaria de me referir ao apoio expresso pelo senhor deputado Lamberts, que deixou bem claro que, nos tempos que correm, as finanças públicas têm de fazer um esforço especial para adoptar medidas orientadas para a recuperação económica e a protecção social, de modo a mitigar os efeitos da crise.

Por todas estas razões, os cidadãos estão hoje, mais do que nunca, conscientes da gravidade da fraude fiscal e das suas consequências para a economia em geral. De igual modo, anseiam para que os seus representantes tomem medidas apropriadas para combatê-la.

**Theodor Dumitru Stolojan**, *relator*. - (RO) Ouvi atentamente as opiniões expressas pelos meus colegas deputados. Tomei igualmente nota das abstenções quanto ao intercâmbio automático de informações. Não obstante, acredito convictamente que temos, nesta Câmara e a nível das instituições europeias, de mostrar a todos os cidadãos europeus que, honestamente, pagam os seus impostos e taxas a nossa determinação em adoptar todas as medidas necessárias para minimizar a evasão fiscal, de modo a que as decisões sobre a cobrança de créditos fiscais possam ser devidamente aplicadas, independentemente do Estado-Membro em que o devedor residir.

### PRESIDÊNCIA: WALLIS

*Vice-presidente*

**David Casa**, *relator*. - (MT) Ouvi também atentamente tudo o que aqui foi dito. Se tivesse que tirar uma conclusão deste importante debate, diria que todos nós estamos de acordo quanto à necessidade de empregar todos os meios disponíveis para combater a evasão fiscal e os diferentes tipos de fraude que ocorrem em vários países. Incumbe-nos fazê-lo por meio de medidas como as hoje propostas, sem prejudicar o sector do comércio - nomeadamente, as PME - nem aumentar a burocracia. Pelo contrário, recomendo que temos de continuar a reduzir a burocracia nos domínios que, frequentemente, colocam entraves ao sector do comércio.

Temos de fazer por não penalizar os cidadãos honestos que cumprem e não fogem às suas obrigações fiscais. Isto também se aplica aos agentes do sector empresarial que operam no comércio transfronteiriço sem praticar a evasão fiscal e que, portanto, não são criminosos.

Por conseguinte, acredito que, com estas propostas, vamos reforçar a credibilidade do Regime do Comércio de Licenças de Emissão e dos pagamentos conexos. Ao mesmo tempo, como já salientei, é necessário reduzir os encargos administrativos suportados pelos empresários honestos e, além disso, estamos a fazer com que o Parlamento seja informado ao longo de todo o processo de adopção do sistema de autoliquidação.

À semelhança dos meus colegas deputados, creio dever agradecer ao Senhor Comissário por todo o trabalho que realizou nos últimos anos. Senhor Comissário, é óbvio que nem sempre estivemos de acordo em tudo mas, fazendo uma retrospectiva da realidade do sector da tributação, penso que temos hoje um sistema mais justo e eficiente para os nossos cidadãos, isto é, para os cidadãos da União Europeia.

**Leonardo Domenici**, *relator*. - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer os comentários que fizeram aos nossos relatórios, os quais resultaram de um esforço colectivo. Espero que estes comentários sejam o prenúncio do voto de aprovação do Parlamento Europeu.

Pegando nas palavras proferidas pelos senhores deputados Casa e Stolojan, penso que os nossos relatórios merecem o vosso apoio, mesmo que apenas em nome de todos os nossos concidadãos, dos contribuintes cumpridores que são as primeiras vítimas da fraude e da evasão fiscais. O objectivo é fazer com que todos paguem impostos, para que cada indivíduo tenha de pagar menos.

Gostaria apenas de fazer dois breves comentários. A senhora deputada Lulling falou, no início do debate, de uma colonoscopia fiscal. Embora possa revelar-se bastante benéfico para a saúde humana, sei por experiência própria que uma colonoscopia não é um exame muito agradável. No domínio fiscal, há uma maneira muito simples de o evitar: basta que um indivíduo não esconda nem sonegue os rendimentos obtidos e não se esquivar às suas obrigações previstas na lei.

O segundo comentário é que é correcto ter uma atenção permanente para com a utilização que é dada aos dinheiros públicos, mas é igualmente correcto fazê-lo quando os governos são obrigados a fazer uso desses dinheiros para salvar bancos e instituições financeiras que praticaram a especulação com os seus fundos.

**Presidente.** - **Está encerrada** a discussão conjunta.

A votação terá lugar na quarta-feira, 10 de Fevereiro de 2010.

#### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Sebastian Valentin Bodu (PPE)**, *por escrito*. - (RO) A fraude em sede de IVA é uma actividade criminosa que tem um enorme impacto nos orçamentos. Existem esquemas ilegais de reembolso em todos os Estados-Membros, e a Roménia não é excepção (por exemplo, a fraude em carrossel)

O sistema de autoliquidação introduzido por alguns Estados-Membros, entre os quais a Roménia, funcionou muito bem. Todavia, foi também necessário actualizar a Directiva 2006/112/CE (Directiva "IVA") para minimizar o risco de esquemas ilegais de reembolso do IVA (baseados em exportações fictícias). Deste modo, a aplicação de um sistema de autoliquidação a produtos com alto risco de fraude fiscal é um procedimento fiável e com um impacto geral positivo no orçamento, mesmo que ocorra um atraso no pagamento ao orçamento nacional do IVA incidente sobre as operações a ele sujeitas.

Para concluir, entre receber o IVA apenas no fim do ciclo económico, quando o produto acabado ou serviço chega ao utilizador final, e evitar fraudes envolvendo reembolsos ilegais de IVA, a escolha mais acertada é a primeira opção. O ideal seria aplicar a autoliquidação em regra e não como excepção. No entanto, este passo deve ser dado após uma análise aprofundada do seu impacto no orçamento.

**Alan Kelly (S&D)**, *por escrito*. - (EN) No que respeita à cooperação no domínio fiscal entre os Estados-Membros, gostaria apenas de referir um aspecto em particular, que correspondeu a uma questão muito sensível durante a campanha do referendo irlandês ao Tratado de Lisboa. Queria apenas deixar uma nota de prudência aos meus colegas do Parlamento. A cooperação entre os Estados-Membros é a base desta União. Contudo, essa cooperação baseou-se sempre no acordo mútuo. Assim, no domínio da tributação, importa que tenhamos o cuidado de considerar as necessidades de certos Estados-Membros. Alguns países precisam de aplicar as regras de forma diferente. Se, por exemplo, um país for uma ilha ou não tiver uma população que sustente um mercado vasto e funcional, precisará de fazer uso de todas as vantagens ao seu dispor para atrair investimento. Apelo aos meus colegas que tenham isso em consideração ao apresentarem propostas nesta matéria. As propostas não devem interferir com a subsidiariedade. Todas elas necessitam da aprovação dos Estados-Membros. Penso que não é um pormenor de somenos neste debate.

**Ramona Nicole Mănescu (ALDE)**, *por escrito*. - (RO) As iniciativas no domínio fiscal hoje aqui discutidas têm um papel extremamente importante a desempenhar no combate à fraude e à evasão fiscais transfronteiriças, questões de grande relevância a nível político e com graves consequências para os orçamentos nacionais. A promoção da boa governação em matéria fiscal exige acção dentro e fora da UE, bem como entre os Estados-Membros. Precisamos de medidas fortes, de leis simples e transparentes, e, por extensão, de menos burocracia. Por último, mas não menos importante, temos de garantir aos cidadãos o acesso à assistência.

Medidas como a garantia da transparência, o intercâmbio de informações a todos os níveis, a melhoria da assistência prestada aos Estados-Membros e o estabelecimento de uma cooperação transfronteiriça eficaz e de uma concorrência leal em matéria fiscal são objectivos essenciais, mais ainda na crise financeira actual, na qual todos verificámos quão importante é a sustentabilidade dos sistemas fiscais. Os Estados-Membros com boa governação em matéria fiscal conseguiram responder mais rápida e eficazmente à crise económica.

Saúdo, pois, a iniciativa da Comissão e o trabalho realizado pelos relatores. Penso existir a vontade política de promover a boa governação em matéria fiscal. No entanto, temos de fazer com que estas propostas sejam mais do que meras declarações de intenções e tomar medidas para aplicá-las com a maior brevidade possível.

**Marianne Thyssen (PPE)**, *por escrito*. - (NL) Senhora Presidente, as autoridades fiscais enfrentam um grande desafio neste mundo globalizado e digital. A detecção da fraude fiscal e social afigura-se complexa, mesmo no mercado interno. Além disso, a ausência de legislação europeia sobre cooperação administrativa transfronteiriça entre as autoridades fiscais revela-se problemática. Assim, a criação de um serviço fiscal de ligação em cada Estado-Membro, para acelerar e simplificar a cooperação administrativa entre os Estados-Membros, merece o nosso apoio. Presentemente, os pedidos de partilha de informações fiscais são tão morosos que, em muitos casos, as administrações fiscais preferem não esperar por essas informações. A opção de um intercâmbio automático de informações proposta pela Comissão tem o meu total apoio, e isto por duas razões. Em primeiro lugar, permitirá aos Estados-Membros uma cobrança fiscal mais eficiente, o que, em tempo de crise, é positivo e não é de todo um luxo. Em segundo lugar, permitirá um tratamento equitativo dos operadores do mercado interno. O princípio da reciprocidade na partilha de informações fiscais está igualmente em sintonia com os acordos firmados no seio da OCDE e do G20. Esta é uma mensagem inequívoca, para a qual o Tribunal de Contas belga recentemente - e com razão - apelou com carácter de urgência. Posto isto, vou, convictamente, votar a favor do relatório da senhora deputada Alvarez.

## 15. GM/Opel: actuais desenvolvimentos (debate)

**Presidente**. - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a GM/Opel: actuais desenvolvimentos.

**Vladimír Špidla**, *Membro da Comissão*. - (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o presente debate incide sobre uma questão de grande interesse para os cidadãos europeus: o financiamento público da reestruturação do grupo Opel/Vauxhall por um ou mais governos europeus.

A Comissão acompanhou de perto esta questão. Em 14 de Julho de 2009, a Comissária Kroes e eu abordámos o caso do grupo Opel/Vauxhall aqui convosco, no Parlamento Europeu. De igual modo, a Comissão organizou várias reuniões informais com os Ministros europeus responsáveis por esta matéria.

Como é do vosso conhecimento, no Outono de 2009, a General Motors decidiu ocupar-se da Opel/Vauxhall e proceder à reestruturação da empresa. No final de Novembro de 2009, a General Motors apresentou um resumo do seu plano de reestruturação aos serviços responsáveis pela concorrência.

Embora as funções da Comissão não passem, habitualmente, por avaliar previamente os fundamentos industriais e comerciais de um processo de reestruturação, na ausência de informações dos Estados-Membros sobre uma eventual concessão de auxílios estatais ao plano, os serviços da Comissão decidiram, a pedido do Conselho da Competitividade, efectuar essa avaliação.

Com base no conteúdo do plano de reestruturação da General Motors e das informações transmitidas à Comissão, este plano de reestruturação não parece assentar em considerações de natureza não-económica, o que prejudicaria a viabilidade futura das operações europeias do grupo Opel/Vauxhall.

O actual plano da General Motors apresenta uma série de características comuns com outros planos de reestruturação anteriormente elaborados pela General Motors e por outros investidores interessados, e isto em determinados domínios-chave. É coerente com decisões anteriores da General Motors tomadas antes do início da crise, nomeadamente quanto à questão da atribuição de um modelo específico a uma determinada unidade de produção.

Além disso, a General Motors aventou uma justificação económica para as suas decisões relativas à reorganização das suas fábricas na Europa, explicando a situação específica de cada uma delas. Estas decisões parecem ser motivadas por considerações como a gama de modelos atribuídos a diferentes unidades na Europa, os ciclos de vida dos vários modelos, os volumes de produção correspondentes a um determinado modelo actualmente produzido em mais de uma fábrica, o nível relativamente baixo de investimento suplementar necessário para obter uma maior centralização da produção de um determinado modelo, o valor da fábrica para certos processos a montante, e assim sucessivamente.

Compreendo que a General Motors tenha ainda de discutir este plano com os representantes dos trabalhadores, que deverão assumir compromissos com vista a permitir reduções significativas de custos nas operações da Europa. A Comissão continuará vigilante e fará por assegurar que, em caso de auxílio estatal, a reestruturação da Opel/Vauxhall continue a assentar em considerações de ordem económica e não seja influenciada por situações de natureza não-comercial associadas ao financiamento estatal, e que, em particular, a distribuição geográfica dos esforços de reestruturação não seja determinada por exigências políticas.

A Comissão continuará, naturalmente, a acompanhar de perto todos os desenvolvimentos do processo do grupo Opel. Neste contexto, será certamente do vosso conhecimento que, em 21 de Janeiro de 2010, a General Motors anunciou oficialmente a sua intenção de encerrar a fábrica de Antuérpia em 2010. Compreendo as preocupações suscitadas pelo anúncio do fim dos milhares de postos de trabalho dessa fábrica.

É triste verificar que o grupo Opel/Vauxhall considere ser necessário encerrar fábricas. Devo sublinhar que esta decisão foi tomada exclusivamente pela General Motors. A Comissão não pode, nem deve, procurar estabelecer onde devem ocorrer as reduções de custos. Não tem como evitá-las, mas pode antecipar as suas consequências.

A Comissão, em coordenação com as autoridades belgas, está disposta a utilizar todos os recursos à sua disposição para auxiliar os trabalhadores atingidos. Foi discutida a possibilidade de a Bélgica apresentar um pedido de ajuda ao abrigo do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. É, certamente, uma opção a equacionar e, à primeira vista, este pedido de ajuda, caso viesse a confirmar-se, preencheria os critérios exigidos.

**Ivo Belet**, em nome do Grupo PPE. - (NL) A Comissão afirma que vai continuar vigilante, mas penso que isso é claramente insuficiente. Do nosso ponto de vista, a situação da General Motors na Europa é inaceitável.

A General Motors conta garantir auxílios estatais de vários governos nacionais e regionais da União Europeia, com a finalidade, entre outras, de cobrir os custos sociais inerentes ao encerramento da fábrica de Antuérpia a que se refere. Esta situação é inaceitável, Senhor Comissário: é inaceitável, quer para os trabalhadores, quer para a Europa.

Na nossa opinião, este processo é um teste muito importante para V. Exa., e um teste muito importante à credibilidade da Comissão Europeia. Não podemos permitir situações como esta, que abriria um precedente enorme para processos futuros. Senhor Comissário, este é um exemplo do proteccionismo que não deixa de mostrar a sua feia cabeça, o que é inaceitável. Mina os alicerces da UE e, além disso, como mais uma vez se provou neste caso, são sempre os países mais pequenos que sofrem.

Nos últimos meses, os governos da UE deixaram-se dividir como meninos de coro, por assim dizer, pelos americanos da General Motors, situação que, claramente, não pode repetir-se, e só pode ser evitada mediante uma abordagem europeia comum.

Na imprensa alemã de hoje, a sua colega Neelie Kroes, Comissária responsável pela Concorrência, declara que os auxílios estatais no sector automóvel só são possíveis se forem canalizados para o desenvolvimento de produtos inovadores e amigos do ambiente. Concordamos com estas declarações, mas é muito melhor que estas questões sejam coordenadas a nível europeu, como actualmente acontece, do que serem objecto de negociações separadas entre os vários países europeus e a General Motors, porquanto esta é uma via que não leva a lado nenhum.

Ademais, se apresentássemos uma proposta europeia única e comum junto da General Motors, ficaríamos, obviamente, numa posição muito mais forte e poderíamos exigir garantias nos domínios social - o qual deve, certamente, ser caro a V. Exa. - e do emprego. No fim de contas, o que nos impede de abrir novas perspectivas aos trabalhadores da dita fábrica de Antuérpia da Opel e, naturalmente, aos trabalhadores afectados das restantes fábricas europeias da Opel?

Ainda não é tarde demais para o fazermos, Senhor Comissário Špidla. Estamos em crer que, no caso destas operações de reestruturação transfronteiriças, deve ser a própria Comissão Europeia a pegar o touro pelos cornos, começando a trabalhar numa política proactiva, em vez de se limitar a observar e a aguardar pela evolução dos acontecimentos. O que significa isto em termos concretos? Significa lançarmos uma estratégia comum, agirmos de uma forma muito mais dinâmica e, principalmente, utilizarmos com muito mais vigor e de forma combinada todos os instrumentos europeus à nossa disposição, e não agirmos de forma desgarrada, como estamos neste momento a fazer.

A meu ver, temos, até agora, actuado de forma demasiado branda neste processo. A Comissão Europeia ficou passiva perante o triunfo da General Motors. Isto tem de mudar, e no interesse dos trabalhadores, pois são eles que sofrem com a actual falta de vontade política a nível europeu.

O segundo ponto a que quero aludir é igualmente importante, Senhor Comissário. Hoje, os Ministros da Indústria europeus estão reunidos em Espanha para lançarem um plano de acção europeu no sector automóvel. Creio que este plano é uma necessidade premente. V. Exa. e a Comissão Europeia devem reunir os principais

actores do sector de modo a garantir que, num futuro próximo, o nosso sector automóvel não seja também confrontado com uma enxurrada de produtos chineses. Na próxima quinta-feira, os Chefes de Estado ou de Governo da União Europeia reúnem-se para uma cimeira europeia extraordinária em Bruxelas, sob a iniciativa e a convite do nosso Presidente Herman Van Rompuy. Há um único ponto na ordem do dia: o reforço da cooperação económica europeia.

Senhor Comissário, iniciemos esse reforço da cooperação pelo sector automóvel, que continua a ser a nossa mais importante indústria. É também um sector que marca o ritmo da renovação económica e com potencial para ser uma força poderosa em prol do emprego.

**Kathleen Van Brempt**, em nome do Grupo S&D. - (NL) Solicitei, com carácter de urgência, que este tema voltasse a ser discutido em plenário, não só por afectar milhares de trabalhadores no meu quintal, mais precisamente, na cidade de Antuérpia, na Flandres - e verão que muitos deputados ao Parlamento Europeu farão também uso da palavra sobre esta questão -, mas também, e em particular, porque se trata de uma operação de reestruturação pan-europeia que envolve o encerramento de uma fábrica e a perda de milhares de outros postos de trabalho. Milhares de pessoas - homens, mulheres e respectivas famílias - defrontam-se com um futuro sombrio.

Creio que essas pessoas olham, neste momento, para a União Europeia com um misto de esperança e de receio. Será que têm bons motivos para ter esperança? Talvez. Gostaria de perguntar-lhe, Senhor Comissário, assim como à Comissão, que planos têm para o futuro, pois declaro aqui, abertamente, que estou extremamente decepcionada com as palavras hoje proferidas pela Senhora Comissária Kroes, reiterando que, no caso de o processo ser submetido à discussão, aplicará as normas que regem os auxílios de Estado

Porém, estou igualmente decepcionada com a resposta e a posição hoje assumidas por V. Exa. Naturalmente, se o encerramento se concretizar, teremos de garantir ajuda às pessoas. Não obstante, estamos hoje perante uma Comissão Europeia completamente diferente, a quem este processo diz muito e que desempenha o papel político que lhe compete. A Comissão pode começar por exigir à administração europeia da Opel que, finalmente, coloque o plano de actividades em cima da mesa e faculte o acesso total aos motivos económicos e de outra natureza que estão na base desta decisão. Afinal, como estou certa de que é do conhecimento de V. Exa., nos últimos anos a administração europeia da unidade de Antuérpia, por exemplo, recebeu das autoridades flamengas e belgas importantes apoios e recursos para conseguir manter-se competitiva. Agora, tudo isso é ignorado e a Comissão Europeia revela não ter força para contrariar esta situação.

A minha segunda mensagem, que é também um pedido muito veemente dirigido à Comissão, é a de que, no futuro, gostaria de ver a Comissão agir de forma muito mais clara e muito menos comprometida, sempre que estiverem em causa operações de reestruturação. Se a Comissão Europeia tem de ser notificada quando ocorre uma fusão de duas empresas, por que motivo não acontece isso num caso de reestruturação? Por que razão não pode a Comissão aplicar os mesmos critérios económicos e sociais às operações de reestruturação? Só então teremos uma visão clara em prol de uma política industrial e de uma Europa social. O Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu deixa aqui o seu apelo nesse sentido.

**Guy Verhofstadt**, em nome do Grupo ALDE. - (NL) Antes de mais, e como já foi aqui claramente dito, os acontecimentos em Antuérpia constituem um duro golpe para milhares de famílias, assim como para os trabalhadores das empresas fornecedoras. Contudo, devo dizer-lhe, Senhor Comissário, que fiquei deveras chocado com as suas palavras.

Em primeiro lugar e acima de tudo, V. Exa. afirma que a General Motors é responsável pela situação, mas que nenhuma responsabilidade recai sobre as autoridades regionais, belgas ou europeias. Como disse aqui aquando da minha última intervenção, uma vez que estamos a falar de uma questão transfronteiriça - que envolve diversos países - e da reestruturação de uma empresa, a Comissão devia, efectivamente, ter tomado o assunto em mãos a fim de assegurar o cumprimento das regras comunitárias. Não o fez, preferindo remeter o assunto para os Estados-Membros - a Alemanha - e, ulteriormente, para a administração da General Motors.

Assim, em casos futuros de reestruturação de multinacionais na Europa, exortaria a Comissão a chamar a si tais processos no quadro da sua política industrial, em vez de se limitar a actuar como coordenadora dos diversos Ministros dos Assuntos Económicos e Financeiros.

Em segundo lugar, Senhor Comissário, fiquei estupefacto ao ouvi-lo dizer que ainda não está na posse de todo o processo. A imprensa noticia por toda a parte que serão concedidos auxílios estatais no valor de EUR 2,7 mil milhões e a Comissão vem e diz-nos que ainda não tem um plano de actividades ou processo.

Na minha opinião, já era bem tempo de a Comissão não só obter o processo - bastava pedi-lo ou exigi-lo - como também, e em última análise, cuidar de saber se estamos perante um caso de comportamento ilícito. Afinal, trata-se, de facto, de um caso de comportamento ilícito, visto que os auxílios estatais só podem ser concedidos para desenvolver novos produtos inovadores.

No entanto, parece que os EUR 2,7 mil milhões solicitados junto de vários Estados-Membros para manterem as suas empresas em funcionamento se destinam, simplesmente, a ser utilizados no âmbito da ajuda geral para manter as fábricas europeias, as actividades europeias, a laborar. Já é tempo de a Comissão se ocupar da situação e fazer algo mais do que proferir declarações, como a Senhora Comissária Kroes e V. Exa. têm feito. É necessário que os serviços da Comissão diligenciem no sentido de obter o plano de actividades e de apurar se foram ou não concedidos auxílios ilegais.

**Bart Staes**, em nome do Grupo Verts/ALE. - (NL) Não sei se já perceberam mas, aos olhos de milhares de famílias e de grande parte da população europeia, é a credibilidade da Europa, da União Europeia, que está em jogo.

Já realizámos este debate em Setembro último. Logo aí ficou claro que a reacção da Comissão Europeia era, de facto, deveras hesitante. Na altura, a Comissária Neelie Kroes disse que iria investigar o assunto para averiguar o cumprimento das regras de concorrência, mas, desde então, como o senhor deputado Verhofstadt assinalou, pouco aconteceu. Evidentemente, a União Europeia não tem acesso ao plano de actividades, embora - como todos nós sabemos através da imprensa - a Opel pretenda pedir EUR 2,7 mil milhões de auxílios estatais. Deste modo, todos nós - deputados ao Parlamento Europeu e Ministros dos governos regionais e federais - nos sentimos ultrapassados pelos acontecimentos. Isto é inaceitável, Senhor Comissário, estes assuntos são de vital importância.

Devo dizer que, desde que o Sr. Nick Reilly, da General Motors, nos comunicou a decisão, tenho recebido catadupas de mensagens de correio electrónico com títulos de assunto como "Europa Inútil" e "A Europa que se dane, não faz nada pelos seus habitantes". É este o sentimento das pessoas. Assim, quando ouço um dos seus colegas, o Comissário - Comissário De Gucht -, dizer que a Comissão nem sequer tem acesso ao plano de actividades, acho isto um absurdo. Numa altura em que, muito brevemente, teremos de analisar se é admissível prometer o referido auxílio estatal de EUR 2,7 mil milhões com base num plano de recuperação, de um estudo realizado por uma consultora independente, e num momento em que todos nós, na Flandres, sabemos que a Opel tem, efectivamente, potenciais compradores, tenho de lhe dizer, Senhor Comissário, que está a ter uma atitude derrotista. Este é o seu último discurso no Parlamento, mas espero de si mais determinação neste Hemiciclo. Espero mais determinação da Comissão. Espero também - e nisso concordo com o senhor deputado Belet - que sejam apresentados planos muito concretos para revitalizar e dar um verdadeiro futuro à indústria automóvel, orientado para aquilo que o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia apelida de *New Deal Verde*: uma combinação de mobilização de recursos benéficos para o clima com uma abordagem ecológica.

**Derk Jan Eppink**, em nome do Grupo ECR. - (NL) Após o encerramento da Opel de Antuérpia, coloca-se a questão de saber que âmbito resta para a política industrial. A General Motors é uma empresa que perdeu a sua competitividade devido aos custos excessivos das pensões exigidas pelos sindicatos americanos. O centro da indústria automóvel americana deslocou-se já para o sul dos Estados Unidos, onde os sindicatos são mais fracos, e esta tendência inclui os construtores alemães e japoneses.

A General Motors ilustra bem o que acontece quando os custos da mão-de-obra se tornam demasiado elevados. O economista flamengo Geert Noels disse, recentemente, que, na Bélgica, os custos da mão-de-obra cresceram acentuadamente a partir de 2000, aliás, durante o Governo do Sr. Verhofstadt, hoje aqui presente. Na Alemanha, esses custos diminuíram no mesmo período. Noels acredita que é aí que reside o motivo para o encerramento da Opel de Antuérpia. A política industrial exige que mantenhamos a nossa competitividade, Senhor Deputado Staes.

Viremo-nos para o futuro de uma vez por todas. Qual é a situação da indústria química na Flandres? Emprega directamente 64 000 pessoas e indirectamente mais 100 mil, ou seja, mais de 160 000 pessoas anagariam o seu sustento graças à indústria química. Contudo, recentemente, a empresa química alemã Bayer decidiu sair de Antuérpia, o que constitui um mau presságio. A indústria automóvel tem também de se haver com as consequências de uma política anti-automóvel propagada pelos verdes. Não se pode adoptar uma política anti-automóvel e, ao mesmo tempo, exigir que as fábricas de automóveis continuem a laborar. Os automóveis estão a tornar-se economicamente inacessíveis, pois as pessoas devem apanhar o autocarro. Os automóveis estão a tornar-se demasiado caros para pessoas com baixos rendimentos. Donde uma diminuição do número de automóveis vendidos e, agora, vejam o que está a acontecer na Opel de Antuérpia.



A indústria química tem de se conformar com a política europeia em matéria de clima. Após o fracasso da Conferência de Copenhaga, irá a Europa, isoladamente, começar a reduzir as suas emissões de CO<sub>2</sub> em 20% até 2020? Isso seria o fim da indústria química flamenga, da mesma forma que os custos laborais elevados acarretaram o fim da Opel de Antuérpia. Senhora Presidente, um eventual fim do sector químico flamengo corresponderia a uma situação 54 vezes pior do que a da Opel de Antuérpia. Se a Flandres descurar o seu sector químico, torna-se a Grécia do Mar do Norte, como afirmou o empresário flamengo Thomas Leysen. Espero que os meus amigos flamengos tenham isso em consideração.

*(O orador aceita responder a uma pergunta segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do n.º 8 do artigo 149.º)*

**Guy Verhofstadt (ALDE).** - (NL) Queria dizer ao senhor deputado Eppink que, entre 2000 e 2009, garantimos que a Ford não encerrasse as suas portas na Bélgica, que a Volkswagen continuasse a funcionar e que o Audi 1 fosse produzido lá, e isso foi conseguido graças a uma redução dos custos: custos laborais, através do trabalho por turnos. Em consequência desse esforço, essas companhias permaneceram na Bélgica e fizeram novos investimentos.

Tenho, por isso, a convicção - e pergunto ao senhor deputado Eppink se ele a partilha - de que a unidade de produção da Opel é, realmente, lucrativa e teria capacidade para continuar em funcionamento, se prosseguíssemos com essa política.

**Derk Jan Eppink (ECR).** - (NL) UE penso que a Opel Antuérpia teria futuro, se não fosse a crise e o colapso do conceito global de negócio da General Motors.

O que o senhor deputado Verhofstadt não pode negar, contudo, é que os últimos anos foram de declínio para a indústria automóvel na Europa e também na Flandres, e Geert Noels, o economista que citei, afirmou que os elevados custos do trabalho eram uma das razões que levavam os americanos a optar por fechar a Opel Antuérpia e não uma outra fábrica qualquer. A Opel Antuérpia era uma unidade de produção eficiente, mas o mesmo se diz da Opel de Luton, no Reino Unido, e das fábricas alemãs do grupo; daí a minha convicção de que os custos de trabalho elevados têm sempre um efeito erosivo sobre a política industrial, efeito que tem de ser prevenido se queremos preservar o emprego.

**Patrick Le Hyaric, em nome do Grupo GUE/NGL.** - (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, ouvi as suas explicações e devo dizer que estou alarmado. O senhor não fez outra coisa senão defender o plano da General Motors. Se V. Exa. fosse a favor do interesse geral, defenderia e falaria um pouco mais dos trabalhadores. A General Motors não fecha a Opel Bélgica por ela estar em dificuldades: afinal, ela obteve lucros de 3,4 milhões de euros, mas isso não a impediu de eliminar 2 600 postos de trabalho. Não nos venham dizer que a decisão é ditada por motivos geográficos, porque a General Motors vai eliminar 10 000 empregos ao todo.

Na realidade, eles fecham as portas aqui para poderem ir explorar trabalhadores para a Coreia do Sul; a verdade é essa, Senhor Comissário, e é isso que nos deve dizer. Gostaria de acrescentar que estes acontecimentos não têm lugar num quadro de solidariedade europeia, porque um Estado-Membro - a Alemanha - prometeu conceder à Opel um auxílio adicional e consentiu no encerramento da fábrica de Antuérpia. Ou seja, não há solidariedade entre nós. E o senhor apoia o encerramento, dizendo-nos antecipadamente que um pequeno montante de auxílios sociais será usado como remendo para minorar o sofrimento dos trabalhadores, enquanto a General Motors continua a facturar!

Pois bem, este tipo de gestão é anti-social; prejudica os territórios da União Europeia e está a gerar um enorme caos, como podemos verificar actualmente na Toyota, que se vê forçada a recolher milhares de veículos defeituosos. Ela ameaça mesmo a segurança dos condutores. É necessária uma mudança radical. A Comissão tem de ter uma função; que sirva os interesses dos europeus.

É por estas razões que tenciono instar a nova Comissão a elaborar um projecto de directiva europeia que torne obrigatória a consulta das comissões de trabalhadores e dos conselhos de trabalhadores a nível de grupo e que lhes confira poderes para fiscalizarem a utilização dos auxílios de Estado e da União Europeia. No processo de concessão desses apoios deve fixar-se uma cláusula que assegure a manutenção dos empregos, formação e salários, mas impõe-se igualmente impulsionar uma estratégia europeia de promoção da cooperação entre conglomerados da indústria automóvel nos campos da investigação e da produção de veículos inovadores limpos.

Para o efeito, o Banco Central Europeu deve refinanciar os bancos nacionais mediante um empréstimo, que será especialmente benéfico na medida em que se destina a promover o emprego, a formação e o investimento na investigação, e o desenvolvimento de uma nova geração de veículos respeitadores do ambiente.

Finalmente, propomos que seja elaborada uma proposta de regulamento europeu que obrigue os grupos a incluírem nas suas contas as respectivas companhias financeiras e todas as suas sociedades gestoras de participações, para que as autoridades e os sindicatos disponham de uma visão global da sua situação económica, em lugar de uma visão casuística, unidade a unidade, com a qual, na realidade, se visa unicamente desarmar os trabalhadores e confrontá-los com um *fait accompli*.

**Paul Nuttall**, em nome do Grupo EFD. - (EN) Senhora Presidente, permita-me que comece por declarar que lamento a situação dos trabalhadores da fábrica de Antuérpia, mas queria focar um par de outras questões relacionadas com a UE e a General Motors.

A Spyker Cars tornou-se Saab Spyker por obra de um negócio de 400 milhões de euros, mas não se equivoquem: não se trata de uma normal transacção comercial, em que uma companhia paga e outra recebe. Trata-se de um negócio ao estilo da Comissão, que é mais próprio de uma economia de direcção central. A Spyker paga, mas com dinheiro do Banco Europeu de Investimento. Isto é, o contribuinte europeu paga e o Governo sueco avaliza o negócio. Naturalmente, essa intervenção é limitada à cobertura do risco. A General Motors continua a encaixar uma parcela dos lucros e a Saab Spyker fica obrigada a adquirir carros completamente montados a uma outra unidade de produção da General Motors, situada nesse conhecido país europeu que tem o nome de México.

Por que motivo salvamos empregos no México com dinheiro dos contribuintes europeus? Não poderemos recarregar os Vectras na fábrica de Ellesmere Port, no meu círculo eleitoral? Porque é a isso que a Saab fica reduzida.

E é também do domínio comum que a General Motors e as instituições europeias têm uma relação especial. O Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento injectou mais de 160 milhões de euros nas filiais russas e ucranianas da General Motors, e detém uma participação de 30% no capital da fábrica da General Motors de S. Petersburgo.

Assim, queria perguntar à Comissão por que razão está disponível para conceder apoios financeiros tão extravagantes a países como a Ucrânia e o México, mas nunca se presta a auxiliar empresas britânicas. A Rover poderia ter sido salva por uma fracção desse valor e, provavelmente, poderiam ter-se preservado empregos na Rolls Royce, em Netherton no Merseyside, no meu círculo eleitoral, mas, neste momento em que os postos de trabalho da General Motors no meu círculo do Noroeste da Inglaterra continuam em risco, a Comissão utiliza a receita fiscal gerada pelos meus eleitores para salvaguardar empregos da General Motors no México e na Rússia.

**Philip Claeys (NI)**. - (NL) O encerramento da fábrica da Opel em Antuérpia é uma catástrofe, não apenas para os trabalhadores e as empresas fornecedoras, mas também por ser claramente visível que está em curso um movimento de liquidação de todas as formas de produção industrial na Flandres e no resto da Europa.

Cabe à Comissão averiguar se a ajudas do Estado, a serem avançadas, cumprem estritamente as condições estabelecidas. No entanto, deve ser possível conceder apoio estatal a título temporário a uma companhia como a Opel Antuérpia, desde que esse apoio seja canalizado para a promoção de uma produção mais inovadora. É óbvio que o objectivo não pode ser assegurar, de modo artificial, a sobrevivência perpétua de sectores industriais inteiros, mas temos de ter em mente que a Opel Antuérpia é uma unidade lucrativa com trabalhadores altamente qualificados, elevados níveis de produtividade e equipamento moderno.

Recuso-me, pois, a aceitar que estejamos perante uma espécie de dinossauro industrial, condenado à extinção no futuro imediato. Neste debate, ouvimos apelos renovados a mais uma grande fuga para a frente. Alguns dizem que a Europa deve assumir ainda mais poderes, no pressuposto de que mais Europa leva automaticamente a melhor Europa. Contudo, seria bom que a UE tomasse uma posição flexível, mas coerente no âmbito do seu actual quadro de competências, tendente, por exemplo, a assegurar que as regras se apliquem à Alemanha da mesma maneira que à Flandres e que os Estados-Membros maiores não saiam beneficiados em relação aos mais pequenos.

Queria concluir a minha intervenção com algumas palavras dirigidas aos representantes dos partidos belgas no poder. Sois parcialmente responsáveis pelo facto de a Bélgica ser hoje um dos países com custos de produção industrial mais elevados da Europa. Fizestes, por meio da imposição de uma carga fiscal opressiva, com que os trabalhadores flamengos se tornassem significativamente mais caros que os seus homólogos de outros países e com que, ao mesmo tempo, passassem a produzir menos resultados - isso é também um factor relevante - e é hora de reflectirdes um pouco mais sobre esta questão.

**Jutta Steinruck (S&D).** - (DE) Senhor Comissário Špidla, Senhora Presidente; a Comissão deve proteger os interesses europeus e nesse ponto concordo com o que foi dito pelos oradores que me precederam. A Comissão deve reconsiderar a sua abordagem.

A partir de amanhã, a General Motors vai tentar sacar por toda a Europa 2,7 mil milhões de euros de ajudas públicas, sem avançar com um cêntimo seu que seja. Temos de deixar claro que a Europa, isto é, a Comissão, não disponibilizará quaisquer fundos se isso significar o encerramento de outras fábricas ou a transferência da produção para fora da Europa. Contudo, os Estados-Membros, por seu lado, não devem apoiar planos da General Motors nesse sentido nem pensar apenas em salvar as suas próprias fábricas.

Não devemos consentir que se joguem uns trabalhadores contra os outros, assim como os Estados-Membros não devem consentir que lhes façam o mesmo a eles, porque quaisquer divisões desse tipo resultariam em mais transferências de produção para fora da Europa. A "conta" não deve ser paga pelo contribuinte europeu e pelos outros trabalhadores da Opel na Europa. Ninguém entenderá uma coisa dessas! As pessoas têm de compreender o que a União Europeia está a fazer. Quaisquer que sejam os planos que a General Motors possa ter para a Europa, cabe à Comissão certificar-se de que eles respeitam as normas europeias.

O Conselho de Empresa Europeu propôs uma solução baseada num princípio de solidariedade e a adopção de um plano equilibrado de recuperação financeira da Opel, que preveja a preservação de todas as fábricas europeias e a repartição dos ajustamentos por todas as unidades numa base de solidariedade. Não deve ser consentido à administração ignorar este plano, nem ao Sr. Nick Reilly e seus colegas não fazerem caso do processo de consulta do Conselho de Empresa Europeu ou dos direitos de consulta e de participação que nós outorgámos aos trabalhadores europeus. Uma solução europeia de solidariedade para a Opel é possível, mas requer o envolvimento da Comissão.

**Frieda Brepoels (Verts/ALE).** - (NL) Folgo muito com o facto de o dossiê Opel constar hoje novamente da ordem do dia, embora me dê conta de que a declaração da Comissão Europeia contém muito poucas novidades.

Senhor Comissário, V. Ex.<sup>a</sup> deteve-se bastante nos contactos informais que foram desenvolvidos com base num esboço de plano, mas não lhe ouvi uma palavra acerca de um verdadeiro plano de actividades. Também observou que não ficou com a impressão de que o plano se baseasse em considerações de índole não económica; queria que me dissesse a que aspectos desse plano ou dossiê se refere. O senhor afirma que a Comissão não tem qualquer controlo sobre os locais em que serão suprimidos postos de trabalho. Isso é verdade, mas pode analisar a situação, pode analisar os critérios inerentes ao plano de actividades, pode examinar se eles estão efectivamente em consonância com a legislação europeia em matéria de reestruturação e concorrência, mas não ouvimos um palavra a esse respeito hoje.

No entanto, a sua colega, a Senhora Comissária Kroes, fez-nos promessas muito claras na sessão plenária de Setembro. Ela afirmou que a Comissão nunca aceitaria que se usasse dinheiro dos contribuintes para prosseguir interesses políticos nacionais. Quando vejo que, com excepção do senhor deputado Belet, nenhum membro do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) intervém no debate de hoje - e, evidentemente, nenhum alemão -, isso parece-me muito revelador. Para mim, a Alemanha filou a presa; mas é um golpe muito duro para os trabalhadores da Opel Antuérpia.

**Evžen Tošenovský (ECR).** - (CS) Senhora Presidente, Senhor Comissário, o caso da Opel mostra como são controversas - conforme é bem patente à luz da nossa discussão - e como são melindrosas as intervenções políticas destinadas a dar resposta às atribulações económicas de empresas comerciais.

Há alguns meses, discutimos a possibilidade de o Governo alemão prestar assistência financeira à Opel. Todos nós compreendemos perfeitamente a importância dessa companhia e o impacto das suas potenciais dificuldades, particularmente sobre os milhares de empregados que compõem a sua força de trabalho, bem como sobre as firmas fornecedoras, além, claro, do acréscimo dos custos para os sistemas de segurança social do Estado, na eventualidade de os acontecimentos tomarem um rumo catastrófico. Apesar disso, muitos de nós fizemos advertências acerca dos inconvenientes das decisões políticas de atribuição de grandes subsídios a expensas do contribuinte.

Como podemos ver hoje, nem os chamados programas de abate de veículos nem os consideráveis subsídios financeiros que foram concedidos sanaram o problema. Pelo contrário, parecem ter-se limitado a adiar a questão e a avolumar os problemas económicos da companhia, e nem sequer temos a certeza de que esses problemas sejam reais e não um expediente táctico da companhia. Uma situação de crise está a afectar uma determinada secção, e a unidade de Antuérpia ficou em grandes dificuldades. Quanto à razão por que o

problema afecta precisamente a parte da companhia que está situada fora do país da empresa-mãe, só nos resta especular.

O caso Opel está a adquirir uma dimensão adicional. Quando se começa a discutir a nacionalidade das diferentes partes de uma multinacional, isso é sinal de que se está a enveredar por uma via desagradável para o seu saneamento. O problema da empresa converte-se então num problema dos países envolvidos, e uma solução a nível europeu torna-se muito difícil. Na situação em apreço, o Parlamento Europeu deveria cingir-se a reclamar o acatamento das normas adoptadas pelos Estados-Membros da UE, para evitar ingerências no jogo da concorrência, sem prejuízo do princípio da subsidiariedade. Por outro lado, problemas económicos tão complexos de grandes empresas poderão ser muito perigosos, se forem passíveis de gerar despiques entre Estados-Membros da UE, com assomos de protecção num ramo específico da indústria.

**Evelyn Regner (S&D).** - (DE) Senhora Presidente; sou austríaca e pedi a palavra porque o direito europeu está a ser violado e porque se trata de uma questão de grande actualidade e que, como tal, nos diz respeito a todos. No caso da Opel Antuérpia não é, como a administração da Opel pretende fazer crer ao público, o encerramento de unidades para resolver um problema de excesso de capacidade face à redução das vendas de automóveis que está, primariamente, em jogo. Trata-se, sim, de transferir a produção para a Coreia do Sul, de uma violação de contrato da parte do Sr. Nick Reilly, presidente da Opel-Vauxhall, de uma violação dos direitos dos trabalhadores e do direitos dos seus representantes a informação, consulta e participação. Em última análise, trata-se de tirar a carne e deixar os ossos, ou por outras palavras, de caçar, ou tentar caçar agora, 2,7 mil milhões de euros de ajudas públicas. O Sr. Reilly negociou o acordo-quadro Delta com o Conselho de Empresa Europeu para o violar em seguida. Os modelos de automóveis que deveriam ser produzidos em Antuérpia vão agora, muito provavelmente, ser produzidos na Coreia do Sul, e acabarão por ser os trabalhadores europeus a pagar a factura desta manobra em termos de contenção salarial.

Outro ponto que me inspira grande apreensão é o das despesas gerais de gestão, que deveriam baixar 30%, mas as do Sr. Reilly vão subir dos 7% estipulados na lei para 21%. Isto é fazer tábua rasa do direito de participação que está consagrado na legislação alemã. Assim, exorto a Comissão a atentar, não só na questão da eficiência na concessão de ajudas de Estado, a que V. Ex.<sup>a</sup> aludiu, Senhor Comissário Špidla, mas, sobretudo, no respeito dos direitos de informação, consulta e participação.

**Olle Ludvigsson (S&D).** - (SV) Senhora Presidente; neste momento, enfrentamos, provavelmente, uma das crises económicas mais graves que já foi nos dado conhecer a qualquer de nós, nesta Câmara. A indústria automóvel é uma das mais severamente atingidas. Mais uma vez, estamos perante uma situação de risco de encerramento de uma fábrica de automóveis europeia. Isto afecta não apenas a própria fábrica, como também as suas subcontratadas e quem trabalha para elas. Não se trata só de uma tragédia pessoal para os empregados que perderão os seus empregos, mas também de um problema de monta para a Europa, porque enfraquece um ramo da indústria de grande relevância.

A globalização acarreta mudanças e estamos a assistir a um movimento de deslocação de empresas para outras partes do mundo. Quando as empresas se mudam para outros países pelo facto de os trabalhadores disporem aí de piores condições, ambientes de trabalho mais precários e menos direitos sindicais, isso é motivo para revermos as disposições dos nossos acordos comerciais e de outros instrumentos.

Precisamos igualmente de discutir o que podemos fazer em conjunto para resolver este problema da concorrência com países que oferecem condições piores aos trabalhadores - tanto da União como terceiros. Precisamos ainda de agir de forma concertada para impedir as empresas de lançarem uns Estados-Membros contra os outros. Um plano europeu para a indústria automóvel tem de ser virado para o futuro e baseado no conhecimento e no desenvolvimento, não na degradação das condições de trabalho.

**Inés Ayala Sender (S&D).** - (ES) Senhora Presidente; queria começar por manifestar a nossa inteira solidariedade com os trabalhadores da Opel e com as suas famílias. Estamos solidários também com os trabalhadores das empresas fornecedoras da Opel e com as suas famílias. Essas pessoas viveram na incerteza vários meses, para se chegar depois a um plano que requer ajudas do Estado e sacrifícios da parte dos trabalhadores.

Esta situação vai afectar também a fábrica de Figueruelas, em Espanha, e toda a gente que nela trabalha. Consequentemente, e também para prevenir a ocorrência de situações similares no futuro, instamos o Senhor Comissário e a Comissão que está para tomar posse a conceberem uma nova política industrial activa, designadamente para o sector automóvel. Essa política deve integrar uma vertente de acompanhamento e medidas tendentes a contrariar situações de não investimento, como as que lançaram várias companhias,

como a General Motors e a Opel, numa crise insustentável, cujas consequências são suportadas pelos trabalhadores.

A Comissão não pode continuar remetida ao papel de mera observadora. Como tal, apelamos também nós a que a Comissão verifique e controle rigorosamente o conteúdo do plano da Opel, na medida em que ele continua, aparentemente, a caracterizar-se por uma grande imprecisão no que toca às questões de viabilidade. As únicas áreas em que ele apresenta contornos bem definidos são as que se prendem com os sacrifícios esperados dos trabalhadores e das comunidades locais.

Instamos também a Comissão a agir, como lhe compete, no sentido de garantir que todas as medidas de viabilização financeira tomadas sejam sufragadas pelos trabalhadores e seus representantes, coisa que nem sempre sucedeu no passado. Quanto às providências tendentes a assegurar o futuro da Opel Europa, apelamos mais uma vez a que os projectos a aprovar futuramente preencham critérios genuínos de viabilidade económica e industrial no quadro europeu, para evitar a reedição de situações como a actual e garantir que a indústria automóvel europeia se converta num sector inovador e sustentável com futuro.

Os cidadãos que acompanham os nossos debates e decisões sobre os veículos do futuro continuam desejosos de se deslocarem em veículos mais seguros, cómodos e sustentáveis que correspondam aos elevados padrões de qualidade europeu a que se habituaram. Consequentemente, desejam também que os trabalhadores europeus continuem ligados ao fabrico desses carros no futuro.

**Seán Kelly (PPE).** - (EN) Senhora Presidente; em primeiro lugar, queria testemunhar a minha solidariedade aos meus colegas belgas, visto que estou ligado aos trabalhadores da Dell da minha circunscrição eleitoral que perderam o emprego quando a fábrica onde trabalhavam foi transferida para a Polónia. Percebo perfeitamente a situação deles. Queria dirigir-lhes algumas observações, com base na minha experiência.

Primeira, é absolutamente fundamental que o auxílio seja mobilizado com a maior celeridade possível, pois assim que o cronómetro começa a funcionar a Comissão fica de mãos atadas e não tem possibilidade de o prorrogar sem legislação, que não será aprovada tão cedo, se alguma vez o for.

Segunda, qualquer ajuda que seja prestada tem de ser centrada no trabalhador, e não na distribuição dos trabalhadores por cursos já existentes, etc., que as agências do Estado possam ter em carteira. Isto é absolutamente crucial. Estou a braços com essa questão específica, com os trabalhadores da Dell. Assim, diria ao meu colega Ivo Belet e a outros que talvez fosse interessante reunirmo-nos, trocarmos experiências e continuarmos a trabalhar ao longo do desenrolar deste processo. Sou totalmente a favor dele.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** - (RO) Queria começar por focar três questões vitais. Qual será o futuro da política industrial da Europa? Que caminho está a seguir a competitividade da economia europeia? Por último, o que vai ser da população activa europeia e, por extensão, da qualidade de vida dos cidadãos europeus?

No início do ano corrente, a taxa de desemprego na União Europeia atingiu os 10%. Em países como a Letónia e a Espanha, é de 20%. É por isso que atribuo uma enorme importância a esta matéria. E é por isso também que penso ser importante, nos casos de reestruturação de companhias multinacionais europeias, envolver os sindicatos de outros Estados-Membros no processo de consulta, também, como membros do Conselho de Empresa Europeu, e não apenas os do Estado em que a companhia tenha a sua sede. Creio que, enquanto Comissário responsável pelos sectores do emprego e dos assuntos sociais, ou a pessoa que vai assumir essa pasta, V. Ex.<sup>a</sup> pode tomar essa medida.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL).** - Senhora Presidente, em Portugal a Opel tinha, na Azambuja, uma grande fábrica que chegou a empregar cerca de 2000 trabalhadores, mas encerrou a empresa, abandonou a produção em Portugal e transferiu-a para Espanha, deixando um rasto de desemprego de milhares de trabalhadores que directa ou indirectamente foram afectados por esta estratégia da Opel.

Registe-se que não fez isto por causa dos salários, que em Portugal eram mais baixos do que em Espanha, fê-lo por uma estratégia de concentração da produção, indiferente às consequências sociais da sua decisão. É, pois, necessário ter em conta todos estes antecedentes da Opel e agir eficazmente no controlo da sua actividade. É preciso ter em conta que nos apoios estatais às multinacionais é preciso agir na defesa da produção industrial, dos direitos dos trabalhadores e das populações das zonas afectadas e garantir aos sindicatos e outros representantes dos trabalhadores, uma intervenção eficaz.

**Krisztina Morvai (NI).** - (EN) Senhora Presidente; aparentemente, a regra de ouro - ou principal preceito - do capitalismo neoliberal globalizado manda que um pequeno grupo de ricos privatize os lucros e nacionalize as perdas e os prejuízos e faça pagar pelos contribuintes, a maioria dos quais são gente pobre.

Que tem isto que ver com justiça? Que tem isto que ver com moralidade? Ou tais conceitos não têm cabimento no domínio da economia? Este sistema não será intrinsecamente perverso? Não terá algo de estruturalmente perverso? E não deveremos nós, Parlamento Europeu e União Europeia, começar a repensar toda a estrutura - todo o sistema, enquanto tal?

**Czesław Adam Siekierski (PPE).** - (PL) Senhora Presidente; os últimos anúncios de despedimentos colectivos em Estados-Membros da UE, incluindo o emitido pela Opel, inserem-se na linha dos problemas mais latos com que a indústria automóvel e outras indústrias se têm debatido nos tempos mais recentes por via da crise económica. No contexto dos problemas da indústria automóvel, devemos pôr-nos a seguinte questão: para salvar empregos, é aceitável conceder subsídios estatais a fabricantes de automóveis ou outros produtores? Ao longo do último ano ou dos últimos dois anos, tivemos muitos exemplos de extensão desse tipo de protecção estatal a fabricantes de diversos tipos de produtos, bem como uma série de reacções e decisões distintas da Comissão Europeia. Isto foi recebido de forma ambígua pela opinião pública. Por um lado, afirmou-se que a subsídio em causa distorcia a concorrência no mercado internacional; por outro, frisou-se que era essencial combater o desemprego e que as ajudas de estado serviam, inquestionavelmente, esse fim.

Em minha opinião, em tempo de crise económica, é preciso usar de mais flexibilidade nesta área - como foi acordado entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia, política que é aplicável por igual a este e a outros sectores.

**Jutta Steinruck (S&D).** - (DE) Senhora Presidente; tenho um comentário a fazer a respeito da observação do nosso colega sobre o escasso número de deputados alemães que compareceu a este debate. Embora seja uma social-democrata alemã, subscrevo as suas críticas ao Ministro do Estado da Renânia do Norte-Vestefália, que é membro da CDU, pelo facto de ter declarado que estava contente por ser a fábrica de Antuérpia a fechar as portas, e não a de Bochum. Nós, sociais-democratas alemães, defendemos uma solução europeia, ou seja, o plano apresentado pelo Conselho de Empresa Europeu. Permitam-me que reitere com toda a clareza o seguinte: ignoro de todo em todo por que motivo os conservadores e liberais alemães se esquivaram a este debate.

**Vladimír Špidla, Membro da Comissão.** - (CS) Senhoras e Senhores Deputados; o debate incidiu sobre uma série de questões, algumas das quais constituem, na minha opinião, tópicos de discussão para a próxima Comissão. A discussão vai, sem dúvida, ser muito aprofundada e abranger o conceito global de política industrial, o conceito global de ajuda de Estado e outras questões mais.

Quanto ao caso que está aqui em apreço, isto é, ao caso da Opel, não envolve a política industrial enquanto tal. Claro está que a Comissão dispõe de espaço de manobra no quadro do Tratado. Penso poder afirmar, com alguma satisfação, que até aqui a Comissão tem explorado todas as possibilidades que o Tratado lhe proporciona e as tem utilizado, até, de formas nem sempre muito canónicas. Posso citar as duas reuniões organizadas pelo meu colega Günter Verheugen, em que os Estados-Membros discutiram a situação vigente e que contribuíram indubitavelmente, em certa medida, para a definição de uma abordagem coordenada. A avaliação prévia dos planos fugiu igualmente aos padrões convencionais. Devo dizer que no ordenamento legislativo da UE não há uma base jurídica sólida para este tipo de abordagens. Apesar disso, ele foi usado, atenta a relevância da questão.

No que se refere ao problema da concessão de ajudas de Estado, até agora não foi negociada nem proposta qualquer ajuda, e é à Comissão que cabe, em última instância, avaliar se as ajudas de Estado são prestadas de acordo com as normas aplicáveis. Sou um firme defensor do princípio de que, nesse domínio, o processo tem de ser o mais rigoroso possível, porque não podemos permitir que uma decisão tão séria seja motivada por factores de natureza não económica e que se instale uma situação em que, em vez de concorrência entre empresas, tenhamos os estados a concorrerem entre si no sentido de oferecerem os maiores subsídios. De acordo com esta perspectiva, a Comissão avaliará de forma muito rigorosa o plano de auxílio de Estado, assim como todas as circunstâncias com ele relacionadas, naturalmente.

Há cerca de três meses, na minha última intervenção, sublinhei que estávamos a envidar todos os esforços com vista a assegurar a observância de todas as normas em matéria de consulta dos trabalhadores. Foi isso que fizemos e continuamos a fazer. Entretanto, não hesitaremos em tomar todas as medidas que nos seja possível ao abrigo do enquadramento jurídico da Comissão Europeia. Acredito que o meu sucessor não será menos rigoroso que eu nesse ponto.

Senhoras e Senhores Deputados; penso que este caso suscita toda uma série de questões que têm de ser discutidas e penso também que a Comissão tem o dever de tirar o melhor partido de todas as opções disponíveis neste campo.

Gostaria de frisar um último ponto, que já mencionei na minha intervenção de abertura: se forem despedidos trabalhadores - e neste debate foi dito que a General Motors está a pensar despedir de 8000 a 10 000 trabalhadores -, o impacto deste caso não se circunscreverá certamente a Antuérpia. A Comissão está, uma vez mais, a usar e a mobilizar todos os mecanismos susceptíveis de serem úteis num caso destes de que dispõe. Isto inclui o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Faremos todos os esforços para que esta matéria seja decidida o mais rapidamente possível. O Parlamento tem um papel activo a desempenhar nesse ponto, naturalmente, visto que a concretização das propostas apresentadas pela Comissão está dependente da sua prévia discussão no Parlamento.

Senhoras e Senhores Deputados; toda a ajuda da UE deve ser dirigida em primeiro lugar a pessoas e não a empresas, e esse princípio constitui também uma baliza fundamental de todo o nosso processo de decisão.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

### ***Declarações escritas (artigo 149.º)***

**Veronica Lope Fontagné (PPE), por escrito.** - (ES) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; quero apenas expressar a minha solidariedade com as famílias de todos os afectados pela péssima notícia do encerramento da fábrica de Antuérpia. Estamos a pensar não só naqueles que serão directamente atingidos e perderão o seu emprego, como em todas as empresas subcontratantes que vão sofrer o impacto desta medida. Temos de nos lembrar delas também. A fábrica de Figueruelas fica situada na minha região, Aragão, e por isso esta questão afecta-nos directamente. Por conseguinte, preconizamos a adopção de uma política para o sector automóvel dinâmica, com novos modelos menos nocivos ao ambiente e mais inovadores e que gerem novos empregos.

## **16. Igualdade entre Homens e Mulheres na União Europeia - 2009 (debate)**

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia o relatório (A7-0004/2010) do deputado Marc Tarabella, em nome da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, sobre a igualdade entre homens e mulheres na União Europeia - 2009 (COM(2009)0077 - 2009/2101(INI)).

**Marc Tarabella, relator.** - (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; antes de mais, quero felicitar a Comissão Europeia pelo seu excelente relatório. Na realidade, este relatório sobre a igualdade entre os homens e as mulheres, que votamos em cada ano, tem um especial significado para mim. É o primeiro relatório que apresento na Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, de que sou membro efectivo. Além disso, é um relatório absolutamente essencial este ano, dada a crise económica, social e financeira que a União Europeia, em especial, atravessa.

Foi por isso que tive uma grande preocupação de realçar, no meu relatório, o impacto da crise nas mulheres. Em primeiro lugar, observando que os homens foram mais atingidos pelos despedimentos no início da crise - o que era de esperar, atendendo ao particular impacto que ela teve na indústria pesada -, mas que nos últimos meses o desemprego de homens e mulheres tem registado um crescimento análogo.

Além disso, numa boa dúzia de Estados-Membros a taxa de desemprego permanece mais elevada no caso das mulheres, e estas estão sobrerrepresentadas no emprego a tempo parcial. Por conseguinte, insto a Comissão e os Estados-Membros a fornecerem estatísticas rigorosas relativas ao impacto da crise nos homens e nas mulheres, e os Estados-Membros, a efectuarem estudos de impacto em função do género antes de aplicarem quaisquer políticas orçamentais de austeridade, para que as mulheres não venham a ser afectadas de modo desproporcionado.

O combate pela eliminação da violência contra as mulheres é, também, em minha opinião, um ponto importante. É um facto que 20 a 25% das mulheres europeias são sujeitas a violência física ao longo da sua vida adulta, mas 10% dentre elas são igualmente vítimas de violência sexual. Como tal, penso que os homens têm também de se comprometer a combater a violência contra as mulheres.

A Presidência espanhola da União Europeia decidiu não só adoptar o combate à violência contra as mulheres como uma das suas principais prioridades, criando, entre outras coisas, um observatório europeu da violência entre os sexos destinado a fornecer dados harmonizados, como também criar um sistema europeu de protecção das vítimas. Eu apoio, portanto, esta abordagem e apelaria também à criação de um Ano europeu de combate à violência contra as mulheres, tendente a promover a sensibilização do público em todos os Estados-Membros e a garantir que esse combate se torne uma prioridade.

Passemos ao emprego. Elemento a reter: as mulheres investiram imenso no mercado de trabalho. Actualmente 59,1% das mulheres estão empregadas. A Estratégia de Lisboa fixava 60% como meta. Estamos quase lá, mas em alguns Estados-Membros a diferença continua a ser significativa, tal como a discrepância salarial média, que varia, segundo os estudos, entre 17 e 25%.

Assim, solicitaria aos Estados-Membros que aplicassem convenientemente as directivas relativas à igualdade de tratamento entre os homens e as mulheres no domínio do emprego. Solicitaria a esses mesmos Estados-Membros que introduzissem medidas legislativas de promoção do equilíbrio de género nas posições de responsabilidade, especialmente em companhias privadas. Obviamente, considero que temos de combater os estereótipos sexistas. Nas minhas anteriores funções de ministro responsável pela formação, conheci uma mulher que tinha sido forçada a desistir do projecto de se tornar motorista de autocarro escolar porque o instrutor fazia troça dela.

No futuro, espero que ninguém se admire de ver um homem a tratar da roupa ou uma mulher a conduzir a camioneta de uma escola, como no exemplo que citei. Em suma, a Comissão e os Estados-Membros devem ser chamados a desenvolver campanhas de sensibilização sobre esta questão nas escolas.

Os direitos sexuais e reprodutivos constituem um tópico importante, porque as mulheres devem assumir os seus direitos sexuais e reprodutivos. Milhares de mulheres têm arriscado a sua vida na defesa desses direitos e, hoje, 24 dos 27 países da União já legalizaram a prática do aborto. O Parlamento Europeu tem o dever de proteger essa conquista, que é absolutamente fundamental para as mulheres, e insistimos em que as mulheres devem assumir os seus direitos sexuais e reprodutivos, cuja realização depende, nomeadamente, da facilidade do acesso à contracepção e ao aborto.

Passemos à questão da licença de paternidade. Elemento a reter: os homens têm o direito de participar plenamente da experiência familiar dos primeiros dias de vida dos seus filhos. É verdade que, a este propósito, podemos pedir à Comissão que apoie todas as medidas que visem introduzir um modelo europeu de licença de paternidade. Entendemos que a licença de maternidade deve estar ligada a uma licença de paternidade.

Vou terminar, Senhora Presidente e Senhor Comissário. Quando foi apresentado na Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, este relatório recebeu grandes encómios de representantes de todos os grupos políticos do Parlamento Europeu. A votação na comissão correu igualmente muito bem, e o relatório foi aprovado por uma maioria confortável. Consequentemente, convido todos os meus colegas a darem novamente o seu apoio ao meu relatório na votação de quarta-feira, mas seguirei atentamente o debate programado, para responder depois às vossas perguntas.

**Vladimír Špidla**, *Membro da Comissão*. - (FR) Senhora Presidente, Ilustres Deputados; a actual Comissão saúda o relatório e o projecto de resolução sobre a igualdade entre homens e mulheres na União Europeia - 2009.

Quero agradecer ao relator, senhor deputado Tarabella, o apoio expresso pelo Parlamento à abordagem adoptada e às medidas tomadas pela Comissão Europeia com vista a promover a igualdade entre homens e mulheres. A igualdade dos géneros é um dos valores fundamentais da União Europeia e uma condição prévia para a consecução dos objectivos da União Europeia em matéria de crescimento, emprego e coesão social.

Partindo dessa base, a União Europeia construiu uma política efectiva de promoção da igualdade entre os homens e as mulheres. Não obstante os progressos incontestáveis realizados, continuamos a enfrentar grandes desafios neste campo. A Comissão comunga da opinião do relator de que é essencial prosseguir com os nossos esforços.

No decurso do meu mandato, a igualdade dos géneros e os direitos das mulheres foram uma das minhas preocupações centrais. Nestes cinco anos, o empenhamento da Comissão na causa da igualdade dos géneros foi consignado formalmente no Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres. No âmbito da aplicação desse roteiro, a Comissão lançou várias iniciativas notáveis. A título de exemplo, mencionarei três delas.

A Comissão propôs algumas acções práticas tendentes a eliminar o fosso salarial que separa homens e mulheres. Tal discrepância, que é de 17%, é simplesmente inaceitável. Em 2010, a Comissão apresentará um relatório de análise da eficácia da legislação europeia e proporá linhas de acção tendentes à eliminação do fosso salarial.

A Comissão tomou nota das ideias interessantes contidas na resolução do Parlamento Europeu. Eu recordaria aos senhores deputados que, em Março de 2009, a Comissão lançou uma campanha de sensibilização com



o objectivo de mobilizar todas as partes envolvidas para o combate ao fosso remuneratório. Dado o sucesso alcançado, a campanha prolongar-se-á por 2010.

Ao longo do meu mandato, tive também o cuidado de promover uma maior representação das mulheres na vida económica e política. Nessa linha, em Junho de 2008, patrocinei a criação de uma Rede europeia de mulheres em cargos de decisão. Fizeram-se alguns progressos. O actual Parlamento Europeu, por exemplo, é o que tem a maior percentagem de mulheres de sempre: 35%.

Todavia, continua a ser necessário desenvolver um esforço significativo, designadamente no plano nacional, em que as mulheres representam em média apenas 24% do total dos deputados, e nas empresas, onde as mulheres representam menos de 11% dos titulares dos corpos sociais das principais sociedades cotadas em bolsa.

A terceira iniciativa notável é a criação do Instituto Europeu para a Igualdade de Género. Tenho o prazer de poder anunciar hoje que, a despeito da lentidão do arranque, que foi mais moroso do que prevíamos, o instituto já iniciou as actividades em Bruxelas e já se encontra instalado na sua sede de Vilnius.

A actual crise está a ter sérias repercussões no mercado de trabalho e a ameaçar os progressos recentes em matéria de emprego feminino, uma vez que as mulheres têm menos probabilidades de encontrar um novo emprego e se encontram numa situação de desvantagem, à partida.

Senhoras e Senhores Deputados; ao longo do meu mandato, empenhei-me em melhorar a conciliação das vidas profissional e privada dos cidadãos. Concordo com o Parlamento Europeu, quando ele ressalta a importância da necessidade de se assegurarem aos pais condições que lhes permitam assumir um papel maior no plano da vida familiar. Foi isso que me levou a pedir aos meus serviços que efectuassem uma análise custos-benefícios de uma eventual iniciativa da Comissão nesse domínio.

O relatório do Parlamento Europeu frisa também, acertadamente, a importância da eliminação da violência contra as mulheres. A Comissão trabalhará nesse sentido com grande determinação e afinco.

Não quero concluir esta intervenção sem antes salientar a cooperação muito positiva que se desenvolveu entre o Parlamento e a Comissão. Essa cooperação foi decisiva para a obtenção de progressos em matéria de igualdade dos géneros. A igualdade de género é um fim cuja relevância se não esgota na sua própria concretização. A consecução dos objectivos da União Europeia em sede de crescimento, emprego e coesão social depende dela.

Obrigado pela vossa cooperação e pela vossa atenção.

#### **PRESIDÊNCIA: ANGELILLI**

*Vice-presidente*

**Astrid Lulling**, em nome do Grupo PPE. - (FR) Senhora Presidente, a Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros aprovou este relatório por uma minúscula maioria de três votos, já que seis dos seus 33 membros estavam ausentes. Não penso que nos possamos falar de uma maioria "confortável". Sem dúvida, partilhamos todas as preocupações em relação à discriminação que ainda existe no plano da igualdade entre homens e mulheres, apesar de, desde 1975, termos uma legislação europeia muito boa nesta área.

Por que razão persiste esta discriminação? Persiste ou porque essas directivas estão a ser mal aplicadas, ou porque aqueles que são discriminados não conseguem, por algum motivo, defender os seus direitos perante os tribunais. Ao invés de exigirmos continuamente novas directivas, correndo o risco de dispersão que isso acarreta, devemos garantir que a legislação existente seja plenamente aplicada pelos governos, pelos parceiros sociais e no dia-a-dia do trabalho.

O relatório mais uma vez reitera todas as queixas, todas as generalizações grosseiras sobre as pobres mulheres espancadas e violadas... Algumas dessas afirmações têm de ser postas em perspectiva através de alterações. O mais grave é que esta verdadeira glorificação da economia social ou solidária tem como objectivo fazer crer que, ao forçarmos as mulheres a participarem, a sua empregabilidade seria um êxito e, desta forma, poderiam melhorar o seu estatuto social e tornar-se mais independentes do ponto de vista financeiro.

Na verdade, ocorre exactamente o oposto. Afundar-se-iam na pobreza generalizada, perderiam o incentivo e a motivação para serem remuneradas com base no mérito e seriam totalmente desresponsabilizadas.

Além disso, as propostas de criação de uma carta europeia dos direitos das mulheres, ou seja, uma nova forma de protecção, para além dos direitos humanos - que felizmente abrangem também as mulheres - e de um novo tipo de burocracia, que seria o observatório europeu da violência entre os sexos, muito embora já tenhamos órgãos suficientes para desempenhar esta tarefa, são ora contraproducentes ora incompatíveis com o princípio da igualdade entre homens e mulheres, que, na realidade, está firmemente implantado no Tratado. Se o ridículo matasse, alguns dos membros da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros já não estariam por cá.

Por último, acho deplorável a teimosia de alguns membros que, em todas as ocasiões, independentemente de isso ser ou não apropriado, aproveitam para incluir neste relatório a questão do aborto livre, sob o pretexto de que, para garantir o acesso das mulheres aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, temos de defender o acesso fácil e gratuito ao aborto. Não. A prioridade tem de ser melhorar o acesso das jovens à informação, especialmente no que diz respeito à contracepção. Hoje em dia existem métodos contraceptivos apropriados para jovens em idades muito precoces. Não existiam quando eu era nova. Assim sendo, propomos votações separadas para que não tenhamos de votar contra o relatório do senhor deputado Tarabella, que afinal não tem culpa, mas que mais uma vez é vítima do extremismo de alguns de seus colegas.

**Iratxe García Pérez**, em nome do Grupo S&D. - (ES) Senhora Presidente, gostaria de começar por exprimir a minha gratidão ao senhor deputado Tarabella e a todos os deputados que, com o seu trabalho, contribuíram para elaboração deste relatório.

Há um ano, tivemos um debate sobre um relatório muito semelhante ao de hoje. Infelizmente, temos de continuar a insistir nas questões fundamentais relativamente às quais ainda não avançamos em matéria de igualdade entre homens e mulheres. Uma delas é a violência contra as mulheres, considerada um dos principais flagelos da sociedade, não só na Europa, mas também em todo o mundo. Há também um fosso salarial que permanece inalterado e que até agora não conseguimos colmatar. Outras questões incluem os direitos aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, a conciliação da vida familiar com a vida profissional, a entrada das mulheres no mercado de trabalho em condições iguais às dos homens, a situação das mulheres vulneráveis, como as mulheres portadoras de deficiência e as mulheres das zonas rurais, e ainda a representação das mulheres na vida pública.

Discutimos estas questões ano após ano e não temos conseguido fazer grandes progressos. Permitam-me citar um único dado, nomeadamente, o de que em apenas 3 dos 27 Estados-Membros as mulheres perfazem mais de 40% dos deputados.

Creio ser essencial que insistamos na necessidade de intensificar o nosso trabalho de promover a igualdade entre homens e mulheres. É fundamental apoiar iniciativas tais como as da Presidência espanhola, que declarou a igualdade entre homens e mulheres como uma de suas prioridades. Trata-se de um compromisso tanto para com as mulheres de hoje como para com as mulheres de gerações futuras. Tem havido progresso, mas ainda há muito por fazer e temos de conceber políticas ambiciosas, capazes de assegurar que metade da população da Europa goze dos mesmos direitos e oportunidades que a outra metade.

**Sophia in 't Veld**, em nome do Grupo ALDE. - (NL) Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o relator. Mas gostaria de começar com alguns pormenores com os quais não concordo. Relativamente ao impacto da crise económica sobre as mulheres, na verdade eu acho que é muito importante pôr ordem nas finanças públicas e restabelecer a sua saúde o mais rapidamente possível; é isso, e não o prolongamento da dívida pública, que irá beneficiar as mulheres. Também penso que o relatório contém algumas propostas aparentemente atraentes, mas que na realidade tendem a ser apenas políticas simbólicas, tais como um ano para isto, um observatório para aquilo. Proponho que nos concentremos apenas em medidas específicas.

De qualquer forma, o relatório apresenta também uma série de propostas com as quais estou muito satisfeita. A primeira - graças a uma alteração apresentada pelo Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa - é uma referência à questão dos agregados familiares compostos por uma única pessoa. Gostaria de lançar um apelo à Comissão Europeia para que ao menos realize um estudo sobre este tema, já que temos uma política comunitária relativa à família, mas poucos sabem que um em cada três agregados familiares na Europa é composto por uma única pessoa. Essas pessoas são muitas vezes seriamente discriminadas em termos de segurança social, impostos, habitação e outras questões semelhantes.

Em segundo lugar - e dirijo-me aqui também à senhora deputada Lulling - estou na verdade muito satisfeita com as referências directas à saúde sexual e reprodutiva e à autonomia sexual das mulheres; o acesso ao aborto legalizado e seguro faz parte da saúde sexual e reprodutiva. Embora concorde plenamente com a senhora deputada Lulling em que a informação é, com certeza, muito importante, reparo que - pelo menos

no meu país, pode ser que seja diferente no Luxemburgo - são de facto os Democratas Cristãos que sempre querem acabar com este género de iniciativa. Portanto, se conseguirmos trabalhar juntos de modo a proporcionar informações simples e sensatas aos jovens, podem contar com o meu apoio, e também penso que temos de pôr fim à hipocrisia; não podemos pôr mulheres na cadeia ou condená-las a práticas de aborto inseguras.

Por fim, Senhora Presidente, no que respeita à violência contra as mulheres, estou muito satisfeita com a iniciativa da Presidência espanhola de fazer incluir esta questão entre as suas prioridades. Afinal, poucas pessoas sabem que a violência contra as mulheres faz muito mais vítimas por ano do que o terrorismo, mas continua - muito injustamente - a ser encarada com uma questão exclusivamente feminina.

**Marije Cornelissen**, em nome do Grupo Verts/ALE Group. - (EN) Senhora Presidente, temos um Parlamento Europeu relativamente novo e temos quase uma nova Comissão Europeia. Com o relatório do senhor deputado Tarabella, é basicamente a primeira vez que estamos a votar uma acção que a nova Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros do novo Parlamento quer ver implementada nos próximos anos.

Os Verdes estão muito satisfeitos com este relatório bastante progressista, repleto de planos que queremos ver realizados. Com o apelo à licença paternidade, estamos finalmente a falar de leis que promovem a repartição dos cuidados infantis entre homens e mulheres. Olhando para a prática norueguesa de estabelecer quotas para os conselhos de administração, estamos finalmente a propor um reforço da participação das mulheres nos processos decisórios.

Os Verdes estão muito satisfeitos também com a atenção dada aos efeitos da crise sobre as mulheres: o desemprego feminino é diferente, e para as mulheres também são diferentes os efeitos dos cortes nas despesas públicas. Temos de olhar seriamente para esta questão.

Esperamos que, votando a favor deste relatório, o Parlamento demonstre coragem e disponibilidade para combater a discriminação das mulheres e para fomentar a igualdade, através de medidas concretas que produzam resultados. Esperamos que a Comissão aja em conformidade.

**Konrad Szymański**, em nome do Grupo ECR. - (PL) Senhora Presidente, com a proposta de facilitar o acesso ao aborto na União Europeia, este relatório viola aquilo que é da exclusiva competência dos Estados-Membros. Contudo, esta não é a razão mais importante para se votar contra este relatório. Hoje em dia, não é preciso religião alguma para ver que um feto humano é uma pessoa. Basta uma simples ecografia, disponível em qualquer cidade da Bélgica, até mesmo nas mais pequenas, para nos mostrar imagens de um ser humano que ainda não nasceu. Portanto, qualquer legislador responsável deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para reduzir o número de abortos. Por conseguinte, tornar o aborto mais acessível é um sinal de que a nossa cultura decaiu, um sinal do nosso distanciamento dos valores humanos. Gostaria, pois, este aspecto fosse tido em consideração antes de esta Assembleia votar a favor deste pernicioso documento.

**Ilda Figueiredo**, em nome do Grupo GUE/NGL. - Senhora Presidente, como a realidade mostra e o próprio Eurostat confirma, a crise económica e social está a afectar gravemente as mulheres. É o desemprego que não pára de aumentar, é o trabalho precário e mal pago, com as desigualdades salariais entre homens e mulheres a crescerem novamente e a ultrapassarem, em média, os 17% a nível da União Europeia. É a pobreza resultante, quer dos baixos salários e rendimentos, incluindo reformas e pensões de mulheres idosas, quer da dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade a baixo custo ou gratuitos. São as situações de tráfico e prostituição de mulheres e raparigas, a violência no trabalho e em casa, as múltiplas discriminações de mulheres em situações mais frágeis.

Por isso, como se salienta no relatório, e cumprimento o nosso relator, é preciso dar particular atenção à situação económica e social das mulheres na elaboração das políticas comunitárias, impondo-se um estudo de impacto social das novas estratégias comunitárias, para evitar que se continuem a agravar as discriminações e desigualdades, para assegurar a igualdade no progresso social e não no retrocesso de direitos económicos, sociais e laborais, para proteger a função social da maternidade e paternidade. É urgente apostar numa verdadeira estratégia de desenvolvimento e progresso social que dê prioridade ao emprego com direitos, à produção, a serviços públicos de qualidade e à inclusão social. É tempo de dar passos significativos na melhoria da vida da maioria das mulheres, incluindo na área da saúde sexual e reprodutiva e acabar com as hipocrisias que ainda persistem relativamente à questão do aborto.

**Gerard Batten**, em nome do Grupo EFD. - (EN) Senhora Presidente, há uma ideologia que está a ganhar terreno na Europa e que prega a desigualdade entre homens e mulheres. Ensina que as mulheres são inferiores aos

homens. Ensina que, na legislação relativa às heranças, os legados destinados aos homens têm de ser o dobro dos que são destinados às mulheres. Ensina que, num tribunal, são necessárias duas testemunhas do sexo feminino para contradizer o testemunho de um único homem. Ensina que, num julgamento por violação, são necessárias quatro testemunhas do sexo masculino para condenar um homem, mas o testemunho de uma mulher não é aceite, nem mesmo o testemunho da própria mulher que foi violada. Por sinal, essas quatro testemunhas têm de ser muçulmanas, não podem ser não-muçulmanas.

Acertaram: estou a referir-me à xaria, à lei islâmica. Aparentemente, há muçulmanos que acreditam que os bombistas suicidas serão recompensados com 72 virgens no paraíso, mas não encontro qualquer referência a uma recompensa para as mulheres bombistas com o equivalente masculino. Com certeza, trata-se de um caso flagrante de discriminação sexual.

O Governo britânico já reconheceu oficialmente a lei da xaria em alguns tribunais. Enquanto a bigamia ainda é considerada ilegal no Reino Unido, as cônjuges islâmicas de casamentos poligâmicos são oficialmente reconhecidas como sendo dependentes para efeitos de reduções fiscais e pagamentos de subsídios.

A Europa está a regredir a passos largos rumo à Arábia do século VI. Se estivermos empenhados a verdadeira igualdade, os países da Europa não podem de modo algum reconhecer a lei da xaria, sejam quais forem as suas manifestações ou contornos.

**Angelika Werthmann (NI).** - (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há mais mulheres no mercado de trabalho. No entanto, mais empregos nem sempre significam melhores empregos. Há um elevado número de mulheres em empregos a tempo parcial e em empregos que foram particularmente afectados pela actual crise. Aproximadamente 60% dos licenciados são mulheres e, no entanto, existem obstáculos que impedem as mulheres de aproveitarem ao máximo o seu potencial. É precisamente por esta razão que temos de estabelecer padrões mínimos vinculativos: em toda a UE, padrões mínimos em matéria de licença parental, melhores cuidados infantis e melhores cuidados de saúde. É assim que poderemos desfazer muitos dos estereótipos associados às diferenças entre homens e mulheres e atingir o imperativo de uma verdadeira igualdade.

**Edit Bauer (PPE).** - (HU) O senhor deputado Tarabella irá por certo perdoar-me o facto de eu não começar por lhe agradecer ele, mas por exprimir primeiro a minha gratidão ao Senhor Comissário Špidla, pois hoje é provavelmente a última vez que ele aqui está cá connosco na capacidade de Comissário. Gostaria de relembrar a sua dedicação a temas como a igualdade entre homens e mulheres e o emprego feminino.

Diversas questões surgiram ligadas ao presente relatório. Gostaria de chamar a atenção para pelo menos dois pontos: o primeiro é a diferença salarial entre homens e mulheres. As estatísticas mais recentes apontam para uma diferença superior a 17%. Os progressos, além de lentos, são ambíguos, pois este número é mais elevado do que o de há dois anos. E não sabemos ainda muito bem quais serão as consequências da crise. A experiência do dia-a-dia demonstra que não é provável que haja progressos a curto prazo.

O que é fundamentalmente inaceitável, porém, é o facto de as disparidades salariais se manifestarem não no início de carreira, mas na altura em que as mães regressam ao mercado de trabalho após uma licença de maternidade ou uma licença parental. Numa Europa que luta contra uma crise demográfica, isto é por si só perturbador e totalmente inaceitável. Este tipo de discriminação é obviamente proibido pelas leis da UE.

Como já se disse, a legislação em questão remonta a 1975 e é óbvio que, tal como muitas outras directivas, é totalmente ineficaz. Apraz-me particularmente o facto de o Senhor Comissário Špidla ter anunciado que está previsto para 2010 um relatório sobre as medidas que a Comissão pretende tomar a fim de tornar a legislação mais eficaz. Gostaria apenas de acrescentar mais uma frase a respeito da Carta Europeia dos Direitos das Mulheres. É provavelmente mais importante e mais urgente melhorar a eficácia e a acessibilidade das leis existentes do que criar novas leis, que acabarão por ser tão ineficazes quanto as anteriores.

**Edite Estrela (S&D).** - Senhora Presidente, quero começar por felicitar o relator pelo excelente trabalho e espero que as propostas constantes desta resolução sejam aprovadas. No ano Europeu de Combate contra a Pobreza e a Exclusão Social, verificamos que o rosto da pobreza é cada vez mais feminino. A maior parte dos cerca de 80 milhões de pobres existentes na Europa são mulheres e crianças. Com a crise económica e social, as mulheres são quem mais sofre. As mulheres são as últimas a ingressar no mercado de trabalho e as primeiras a ir para o desemprego, acresce que, em 2004, a diferença salarial entre homens e mulheres era de 15% e em 2009 é de mais de 17%.

Gostaria de chamar a atenção e pedir o apoio dos colegas para algumas propostas que me parecem inovadoras e muito importantes: a criação da Carta Europeia dos Direitos das Mulheres que tanta falta nos faz, como já aqui foi referido, a proposta de uma directiva de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência doméstica e tráfico de mulheres, a introdução na legislação europeia da licença de paternidade, já existente na esmagadora maioria dos Estados-Membros, de forma a promover a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal e estimular a natalidade.

Gostaria de terminar agradecendo ao Senhor Comissário Spidla tudo aquilo que fez para promover a igualdade de género e pela sua colaboração com o Parlamento Europeu. Desejo-lhe as maiores felicidades, Senhor Comissário.

**Antonyia Parvanova (ALDE).** - (BG) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu gostaria de felicitar o senhor deputado Tarabella por este relatório. Estou firmemente convicta de que este relatório constitui uma resposta à necessidade de combater os estereótipos e incidentes ligados à discriminação sexual. Este relatório poderá não ter muito interesse para muitos do meu colegas, mas, para mim, ele representa um compromisso renovado e mais eficaz para com a igualdade entre homens e mulheres a nível europeu, com o objectivo de impulsionar o estatuto socioeconómico das mulheres, especialmente o das mulheres nos novos Estados-Membros, e de assegurar também uma maior representação das mesmas na vida política e empresarial e promover o desenvolvimento das suas carreiras.

Uma vez as instituições sociais, jurídicas e económicas determinam o acesso das mulheres e dos homens aos recursos, as suas oportunidades e o seu poder relativo, considero ser extremamente importante assegurar às mulheres a igualdade de direitos no que respeita ao seu envolvimento político, permitindo que preencham cargos políticos e de gestão importantes nas empresas, incluindo a sua representação ao mais alto nível nos conselhos de administração. Isso implica também melhorar as suas qualificações e oferecer-lhes oportunidades de progressão na carreira idênticas às dos homens, especialmente após um período de licença de maternidade prolongado. Ao mesmo tempo, há sempre que levar em consideração o equilíbrio entre as obrigações profissionais e familiares.

Precisamos de um mecanismo institucional para lançar uma política consistente neste domínio, pois a maneira de vencer a batalha contra a discriminação sexual é através da introdução de incentivos positivos a longo prazo, de alterações à lei e de melhores salários e qualidade de vida. Caso contrário, não estaríamos hoje a debater este tema aqui, nesta Assembleia.

Para conseguirmos progressos significativos em termos de igualdade perante a lei, nós, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, podemos e devemos incentivar os Estados-Membros e a sociedade civil a adoptarem medidas eficazes, incluindo salários equivalentes e o igual acesso a recursos humanos e outros recursos de produção.

Estou convencida de que o envolvimento igual das mulheres na gestão dos recursos, nas oportunidades económicas e na vida governativa e política terá um impacto positivo no desenvolvimento económico da nossa sociedade, fortalecendo a capacidade de desenvolvimento, de redução da pobreza e de melhor governação dos países.

A promoção da igualdade entre homens e mulheres é uma componente importante da estratégia para sairmos da crise económica e para proporcionar uma solução satisfatória para a crise demográfica. É uma oportunidade para mulheres e homens enfrentarem a pobreza e melhorarem o seu nível de vida.

**Franziska Katharina Brantner (Verts/ALE).** - (EN) Senhora Presidente, gostaria de chamar a atenção da Comissão para dois pontos do relatório que são particularmente importantes para o nosso grupo, os Verdes, e espero que esses comentários possam ser transmitidos ao novo Comissário responsável.

Dois pontos: o primeiro é a tão esperada revisão da directiva sobre a igualdade de remuneração entre os trabalhadores masculinos e femininos. Na nossa opinião, esta directiva é essencial para as mulheres em toda a Europa. As disparidades salariais são inaceitáveis: estamos em 2010 e já é altura de agir no sentido de colmatar essas diferenças. O Senhor Comissário reconhece que precisamos de novos procedimentos judiciais. Aguardamos com grande expectativa uma proposta da Comissão em matéria de novos procedimentos judiciais durante esta legislatura.

O segundo ponto refere-se aos direitos relativos à licença paternidade. Gostaria de sublinhar que este relatório é sobre a igualdade entre homens e mulheres. Queremos igualdade também para os homens, para que eles possam dividir o tempo com os filhos e assumir essa responsabilidade, se assim o quiserem. Precisamos de

igualdade de escolha entre homens e mulheres em relação à sua maneira de viver, de trabalhar, de cuidar da família e dos filhos. Portanto, achamos essencial que o Parlamento Europeu envie um sinal aos países, mas queremos ainda mais: queremos abrir as portas a uma sociedade moderna. Estamos a contar com a Comissão para enfim implementar uma directiva verdadeiramente moderna e virada para o futuro.

Por último, aguardamos com bastante expectativa as propostas da Presidência espanhola sobre a erradicação da violência contra as mulheres na Europa, e esperamos que a Comissão leve essas propostas por diante.

**Julie Girling (ECR).** - (EN) Senhora Presidente, nós, eurodeputadas, somos sem dúvida uma minoria. Temos um trabalho gratificante e estimulante, com salários iguais, reformas iguais e igual acesso a cargos de responsabilidade: é completamente diferente da situação de muitos dos nossos eleitores.

Saúdo este relatório e felicito a ênfase dada pelo senhor deputado Tarabella ao bem-estar económico das mulheres. Para mim, este é de entre todos o factor mais importante na promoção da igualdade entre homens e mulheres. Quando as mulheres controlam as suas vidas do ponto de vista económico, estão muito aptas a controlar todos os outros aspectos de suas vidas. Temos de assegurar que, nestes tempos de desafios económicos, as mulheres não sejam deixadas para trás em empregos mal remunerados e pouco estáveis.

Gostaria de felicitar a Associação Europeia das Indústrias de Engenharia pela sua recente visão política de apostar no incentivo à matemática e às ciências, especialmente em relação às mulheres. O que pretendem, e passo a citar, "é atrair números muito mais elevados de mulheres qualificadas que há demasiado tempo têm sido afastadas de muitas áreas da engenharia".

Sim, a posição das mulheres tem a ver com as políticas, com o rumo, mas tem a ver também com a acção: a acção fala mais alto do que as palavras. Este é o caminho para o futuro, com empregadores esclarecidos que reconheçam os pontos fortes das mulheres e incentivem o seu bem-estar económico.

**Eva-Britt Svensson (GUE/NGL).** - (SV) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Tarabella e aos seus colegas da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros por este bom relatório.

Gostaria de destacar dois aspectos em particular. Espero que esta Assembleia reconheça a importância da licença de paternidade. A licença de paternidade não só transmite um importante sinal de que os filhos são da responsabilidade tanto do pai quanto da mãe, mas acarreta também outras consequências positivas. Há estudos que indicam que os países que gozaram da licença paternidade continuam a assumir, mais tarde na vida, uma responsabilidade acrescida sobre o lar, a família e os filhos. Ou seja, fazer com que os países se envolvam cria uma base sólida para uma melhor divisão do trabalho.

O segundo ponto que gostaria de mencionar, e que apoio, é o facto de finalmente assegurarmos às mulheres o poder de tomar decisões em relação ao próprio corpo, à sua sexualidade e à reprodução. Conferir este poder às mulheres significa que, quando nascem os bebés, eles são bem-vindos e podem desenvolver-se de verdade - e isto é um direito fundamental de qualquer criança. Queremos pôr um fim aos danos nas vidas das mulheres e ao facto de até hoje haver mortes devido a abortos clandestinos. Temos de dar às mulheres o direito à auto-determinação - não só em termos de finanças, política e sociedade, mas também em relação ao próprio corpo.

**Morten Messerschmidt (EFD).** - (DA) Senhora Presidente, eu também penso que este assunto é importante e, portanto, enquanto estou aqui sentado a ouvir o debate, não consigo deixar de constatar que, aparentemente, todos os grupos políticos, à excepção do Grupo Europa da Liberdade e da Democracia, acham que a luta pela igualdade das mulheres é uma luta só das mulheres. Quem sabe também tenha essa impressão, só de ouvir os excelentes oradores de hoje. Sinto uma notória falta de oradores do sexo masculino, e estou satisfeito que o meu grupo tenha conseguido enviar dois.

Tendo-me referido ao estilo e à forma do presente debate, gostaria de dizer que, na minha opinião, o relatório se concentra fortemente nas questões puramente socioeconómicas. Há muitas referências ao mercado de trabalho, às diferenças salariais, à formação, às regras relativas aos conselhos de administração e similares, e estes aspectos são de facto importantes, mas há uma questão em particular - que um dos oradores de hoje já referiu - que é omitida por completo: trata-se do enorme problema cultural que estamos a enfrentar devido à imigração proveniente do mundo islâmico. Acho vergonhoso que um relatório supostamente sobre a igualdade das mulheres nem sequer mencione problemas como o casamento forçado, a obrigatoriedade do uso do véu, os assassinatos por questões de honra, a circuncisão, a falta de acesso à educação, entre outros. Estas questões precisam ser incluídas se quisermos obter um retrato preciso da Europa no ano de 2010.

**Krisztina Morvai (NI).** - (HU) Gostaria de propor que o Parlamento Europeu privilegiasse uma nova abordagem à questão do aborto. Peço que decretemos o fim da assombrosa mentira de que o aborto é algo benéfico para as mulheres, porventura até um marco na sua liberdade. Não! Como muita gente sabe - homens e mulheres incluídos - o aborto é uma intrusão dolorosa, que faz mal ao corpo e à alma de uma mulher. É justamente por essa razão que, em vez de estarmos constantemente a falar sobre o acesso facilitado ao aborto, deveríamos falar sobre a prevenção do aborto, salientando este aspecto da questão e ajudando as mulheres neste tocante. Ajudem as mulheres a prepararem-se para a gravidez planeada e, caso alguma gravidez que não estava nos planos venha a acontecer, caso um bebé que não estava nos planos venha a ser concebido, essa criança deve ter o direito de vir ao mundo, de crescer e de ser amada pela mãe, pelo país, pois eles merecem toda a ajuda e apoio para desempenharem esse papel.

**Anna Záborská (PPE).** - (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, a proposta de resolução do senhor deputado Tarabella, que ingressou na Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros nas últimas eleições europeias, é ambiciosa. Refiro-me, em particular, ao nº 20: O Parlamento "Deseja a criação [...] de uma Carta Europeia dos Direitos das Mulheres".

Quem quer que conheça a história da integração europeia lembrar-se-á que o princípio da igualdade de género no mercado de trabalho já estava previsto no Tratado de Roma. Existem leis sobre a igualdade de tratamento entre homens e mulheres em todos os Estados-Membros. É fácil pedir novas cartas. É mais trabalhoso, porém, fazer com que os instrumentos existentes sejam aplicados.

Na realidade, se não excluirmos o nº 20 desta proposta de resolução, estaremos a acrescentar à Convenção Europeia dos Direitos do Homem do Conselho da Europa, à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e ao recém-criado Instituto Europeu para a Igualdade de Género, um quarto instrumento sob a forma de uma carta nova e especial dedicada à promoção das mulheres.

Tenho algumas dúvidas quanto esta matéria. Qual seria a utilidade de uma nova Carta dos direitos das mulheres? Que vantagens traria? Nenhuma. É um erro pensar que uma Carta resolverá os problemas das mulheres. A lei natural, que deveria orientar a nossa maneira de pensar e de criar políticas responsáveis, não admite direitos especiais. Ninguém pode afirmar que os instrumentos legais existentes descurem os direitos das mulheres. Isso seria intelectualmente desonesto e factualmente incorrecto.

Esta a razão por que votarei contra o nº 20. O principal problema é a Carta. Se o nº 20 se mantiver na proposta de resolução, não poderei apoiá-la.

Por fim, Senhor Comissário, gostaria de agradecer a cooperação que manteve com a Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros durante o seu mandato.

**Sylvie Guillaume (S&D).** - (FR) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de felicitar o meu colega, o senhor deputado Tarabella, pela qualidade do relatório que elaborou e pelo bom desempenho desta tarefa, que aborda uma série de questões em torno da igualdade de género.

Temos de reconhecer que foram alcançados progressos visíveis no que respeita à igualdade. No entanto, ainda é preciso muito esforço, especialmente neste contexto de crise económica e social, que está a ter um impacto muito maior num sector já extremamente vulnerável da população, nomeadamente o das mulheres.

Cumpre-nos também salientar a dupla discriminação que por vezes afecta as mulheres devido a uma deficiência, à idade ou ao facto de integrarem uma minoria nacional. Gostaria de chamar a atenção para três pontos em particular. Precisamos de adoptar indicadores comuns, confiáveis e consistentes a nível europeu. Isso permitir-nos-á apresentar soluções que reflectam as verdadeiras condições existentes, que podem ser avaliadas com base dados credíveis em termos de igualdade de género.

Se quisermos de facto alcançar a verdadeira igualdade, então temos de introduzir a licença de paternidade em toda a UE. É um factor importante no que respeita à igualdade de oportunidades no emprego e na vida familiar.

O meu terceiro ponto, por fim, é o de que a igualdade de género pressupõe que as mulheres sejam donas dos seus próprios corpos. Isto significa muito claramente que a contracepção e o aborto devem tornar-se tão mais acessíveis quanto possível às mulheres. Lamento que este assunto ainda seja tão delicado - para não dizer mais -, mas é evidente que enquanto as mulheres não tiverem o controlo dos seus direitos sexuais, não conseguiremos alcançar a nossa meta na luta pela verdadeira igualdade entre homens e mulheres.

**Siiri Oviir (ALDE).** - (ET) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, quero felicitar o senhor deputado Tarabella, mas passemos agora ao relatório. A igualdade entre homens e mulheres não constitui um objectivo em si, mas uma condição prévia para alcançarmos os nossos objectivos gerais.

A igualdade no dia-a-dia é do interesse de todos, tanto dos homens como das mulheres, mas este problema não será resolvido apenas por via de leis específicas. O facto de ainda estarmos a discutir o assunto hoje, e de estarmos a falar sobre ele há 40 anos, é um sinal de que só uma política multi-facetada e integrada poderá colocar-nos mais perto do nosso objectivo. Gostaria de salientar, portanto, a enorme importância das fases de execução e supervisão.

Em segundo lugar, a proliferação de estereótipos sexuais ultrapassados contribui para preservar os papéis medievais dos homens e das mulheres na sociedade e reforça a desigualdade de género. Queremos mudar a situação, mas também nós temos de dar aqui o exemplo. Amanhã, iremos ratificar a nova Comissão Europeia, que é composta por apenas um terço de mulheres. Já não podemos alterar isso hoje. Gostaria de apelar para que, quando uma nova Comissão for eleita, sejam nomeados para o cargo de Comissário dois candidatos de cada Estado-Membro - um homem e uma mulher. Desse modo, a nossa decisão não terá como base o género, mas sim as competências de cada um. As estatísticas no âmbito da educação mostram que as mulheres não nada têm a temer e, por conseguinte, estou certa de que não iremos envergonhar-nos. Por último, gostaria de agradecer o Senhor Comissário Spidla e de fazer votos para que consiga alcançar todos as metas que propôs alcançar.

**Michail Tremopoulos (Verts/ALE).** - (EL) Senhora Presidente, este importante relatório de 2009 afirma, com toda a razão, que a violência constitui um sério obstáculo à igualdade entre homens e mulheres. No entanto, não faz qualquer referência específica à violência doméstica. Infelizmente, esse um problema comum que afecta todas as comunidades. Na Grécia, por exemplo, há registo de 35 homicídios entre casais nos últimos dezoito meses,

E, no entanto, as estruturas de apoio às mulheres vítimas de maus-tratos são básicas ou inexistentes. O Parlamento Europeu deve incentivar os Estados-Membros, incluindo a Grécia, a criarem estruturas de apoio às mulheres vítimas de maus-tratos em todas as autarquias, com aconselhamento psicológico, jurídico e profissional e abrigos equipados com pessoal adequado.

Os Estados-Membros devem igualmente ter em conta as alterações propostas pelas organizações de mulheres e por advogados para remediar as ambiguidades e as lacunas existentes na legislação relacionada com a violência doméstica. Por fim, devemos introduzir nas escolas programas de educação para combater a discriminação entre géneros, numa tentativa de alterar os actuais estereótipos sociais.

**Jaroslav Paska (EFD).** - (SK) Em primeiro lugar, gostaria de dizer que acho bem que o Parlamento Europeu esteja estreitamente envolvido na questão da igualdade entre homens e mulheres. Não consigo deixar de pensar, contudo, que a nossa política europeia padece de um tipo de esquizofrenia muito grave. Permitam-me citar um relatório recente de uma agência. Medine Memi, uma jovem de dezasseis anos da aldeia de Kahta, na província turca de Adiyaman, foi enterrada viva pelos seus familiares num galinheiro próximo da casa onde que vivia. A polícia encontrou-a na posição de sentada, enterrada a dois metros debaixo do solo. Nos exames *post mortem*, foram encontradas grandes quantidades de terra nos seus pulmões e estômago. O pai da rapariga confessou calmamente o que fez à polícia, dizendo que a tinha enterrado porque a rapariga travara amizade com alguns rapazes. Senhoras e Senhores Deputados, na Turquia e em outros países semelhantes, as mulheres e até as raparigas são assassinadas desta forma apenas por terem conversado com outros homens. Se levamos a sério a igualdade entre homens e mulheres, como é possível alimentar a noção de que um país com tal atitude para com o sexo feminino possa fazer parte de uma Europa civilizada? A igualdade entre homens e mulheres não é apenas uma questão de cálculo das pequenas discrepâncias salariais, é antes de mais uma questão de direito à vida e à dignidade humana, direitos esses que são repetidamente negados às mulheres em muitos dos nossos países vizinhos.

**Laurence J.A.J. Stassen (NI).** - (NL) Senhora Presidente, estamos hoje a debater o relatório sobre o progresso da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na União Europeia. Já muito se discutiu, mas se há um tema que não consta do relatório, esse tema é o da profunda desigualdade que existe entre homens e mulheres no seio da comunidade muçulmana da Europa, onde as mulheres são totalmente subordinadas aos homens com base nas leis do Alcorão. A participação das mulheres muçulmanas na vida laboral ou no ensino superior é um assunto praticamente inabordável para os homens, e se porventura se fala nele as mulheres têm de usar a burca ou um lenço de cabeça, o que muito limita consideravelmente as suas hipóteses de arranjar emprego.



A União Europeia deveria, pois, estar bater-se não pelo direito de usar a burca, mas pelo direito de trabalhar sem ter de a usar. O Partido para a Liberdade neerlandês (PVV) apoia a França na sua tentativa de proibir o uso da burca em locais públicos, e gostaríamos que essa proibição também fosse introduzida a nível nacional nos demais Estados-Membros. Senhora Presidente, algo tem de ser feito em relação à chocante submissão dessas mulheres.

O PVV quer que este atraso seja combatido com vigor. Essas mulheres têm direito à liberdade de expressão e à liberdade de estudar sem temer que o Islão as isole. É chegada a hora de uma nova vaga de emancipação. O PVV não irá, portanto, apoiar o presente relatório, pois ele não trata das questões que realmente importam, o que consideramos lamentável.

**Christa Kläß (PPE).** - (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, hoje já aqui ouvimos dizer repetidas vezes que as mulheres da Europa continuam a ser vítimas de discriminação no trabalho. No entanto, a sua taxa de emprego subiu de 51% em 1997 para 58% em 2007. Hoje em dia, as mulheres são altamente qualificadas, mas o número de mulheres em cargos executivos tem permanecido inalterado nos últimos anos, muito embora o número de mulheres matriculadas em cursos de economia, gestão e direito ser mais elevado do que o número de estudantes masculinos.

Temos de reconhecer que, em 2007, 31% das mulheres tinham empregos a tempo parcial, ou seja, havia quatro vezes mais mulheres do que homens em regime de tempo parcial. Em média, as mulheres ganham 17,4% menos do que os homens, estão mais propensas à pobreza e, especialmente na velhice, são tremendamente afectadas não só pela solidão e pela dependência da assistência social, mas também pela pobreza. Temos de alterar isso.

Mulheres nas empresas, mulheres com emprego - é a causa pela qual nos batemos. Exigimos condições especiais, exigimos que a licença parental e a protecção da maternidade sejam consideradas em pé de igualdade e, de alguma forma, aquilo que conseguimos foi justamente o contrário: as mulheres são muito caras e por isso não são escolhidas para os empregos. Os factores económicos têm ditado as soluções. A situação é injusta porque as mulheres ocupam uma posição inferior e os seus deveres para com a família e o lar são pouco reconhecidos.

Senhor Comissário, o senhor disse há pouco que gostaria de ver uma análise da situação em termos de custo-benefício, mas isso não é algo que possa ser calculado nem algo que se possa pagar. Temos de reconhecer que as mães e os pais ficariam felizes por poderem optar por cuidar da família, caso isso não fosse considerado uma tarefa inferior e não fosse, de um modo geral, prejudicial à progressão na carreira. As pessoas que trabalham para a família desempenham um papel muito importante na sociedade, porque geram o nosso futuro; adquirem competências, e ficam mesmo mais fortalecidas no que respeita às suas futuras actividades ocupacionais.

Assim, a economia deveria empenhar-se em apoiar as famílias e as mulheres. É muito mais urgente repensar as nossas sociedades do que criar novos observatórios e novos institutos europeus.

**Antigoni Papadopoulou (S&D).** - (EL) Senhora Presidente, a crise económica internacional está claramente a ter um impacto negativo nos homens e nas mulheres. Resultou na perda de empregos e em políticas financeiras de austeridade. Porém, em circunstância alguma devemos usar a crise como desculpa para deixar de apoiar as políticas de igualdade, já que eles podem ser o motor do desenvolvimento e da recuperação económica na Europa.

Ao mesmo tempo, a crise representa uma oportunidade única e um desafio para a União Europeia e para os governos dos Estados-Membros no sentido de criarem condições favoráveis ao aumento da competitividade a nível global mediante a revisão e a incorporação de uma dimensão de igualdade em todas as políticas, de modo a dar resposta aos défices democráticos que há muito vêm prejudicando as mulheres.

Temos de intensificar os nossos esforços para acabar com as diferenças salariais, com a violência, com tecto de vidro, a discriminação e a pobreza. Precisamos de encontrar maneiras de conciliar o trabalho e a família, melhorando as unidades de apoio aos bebés, crianças e idosos, apoiando as mulheres que trabalham, os casais que trabalham, as famílias monoparentais e as pessoas portadoras de deficiência. Primeiro que tudo, porém, precisamos de fazer funcionar na prática todas as leis relativas em matéria de igualdade.

**Nadja Hirsch (ALDE).** - (DE) Senhora Presidente, temos o Ano Europeu contra a Pobreza e a Exclusão Social. O risco de as mulheres se tornarem pobres ou terem de viver na pobreza continua a ser muito elevado. Há muitos pequenos passos que as conduzem a essa situação: as raparigas tendem a escolher empregos

menos bem pagos. Depois, decidem ter filhos, o que frequentemente as leva a só poderem trabalhar em regime de tempo parcial. Podem também optar por cuidar dos pais ou dos avós, o que, mais uma vez, coloca as mulheres mais velhas numa situação que as impede de regressar ao trabalho. Estes períodos vão-se acumulando, e, conseqüentemente, a carreira profissional das mulheres progride de um modo muito mais lento. Isto também se reflecte, por exemplo, no facto de elas terem pensões mais baixas. Esta questão tem muitas facetas, e este relatório refere bastantes.

A mensagem verdadeiramente importante que precisamos de transmitir é que já há muitas oportunidades disponíveis, mas é que as raparigas e as mulheres precisam de fazer uso delas. A consciência de que uma rapariga está a estudar engenharia e de que é suficientemente corajosa para o fazer – é isto que temos de fomentar na escola. O mesmo se aplica às mulheres imigrantes, em particular. Há ainda outro aspecto pediria a vossa atenção: se hoje olharmos à nossa volta, aqui, no Parlamento, vemos que dois terços das pessoas que assistem a este debate são mulheres e um terço são homens. Temos também de levar os homens a interessarem-se mais por este assunto, para que um dia possamos ter os restantes dois terços dos homens a prestar atenção e a apoiarem as causas das mulheres.

**Joanna Katarzyna Skrzydlewska (PPE).** - (PL) Senhora Presidente, no relatório do senhor deputado Marc Tarabella sobre a igualdade entre mulheres e homens na União Europeia são dirigidas diversas sugestões muito importantes à Comissão Europeia e aos Estados-Membros. Mais uma vez, foi realçado o problema da desigualdade em termos de remuneração das mulheres, bem como a ausência de uma proposta legislativa da Comissão para reduzir essa disparidade. Foi levantada a questão das mulheres que trabalham em pequenos negócios familiares, onde elas muitas vezes não estão inscritas na segurança social e o seu trabalho não é incluído nos registos do tempo que trabalharam, pelo que esse tempo não é contabilizado para efeitos de reforma. Foi realçada a importância e a necessidade de aconselhamento de carreiras, que ajudaria as mulheres que perderam o seu lugar no mercado de trabalho, muitas vezes porque tiveram um filho ou tiveram de ficar em casa a cuidar de um idoso, a reingressarem na vida activa. Foi acentuada a necessidade de apoiar as mulheres que querem criar o seu próprio negócio. Apelou-se à promoção das profissões técnicas entre as mulheres ainda jovens que se encontram no início da sua vida profissional, para aumentar a proporção de mulheres em trabalhos tipicamente realizados por homens. Colocou-se a tónica na necessidade de um tratamento prioritário dos grupos de mulheres que se encontram em situações especialmente difíceis, nomeadamente mulheres com deficiência, idosas e mulheres com pessoas dependentes.

Contudo, em minha opinião, entre estas questões importantes e fundamentais há também disposições desnecessárias respeitantes à saúde reprodutiva, e outras que facultam um acesso amplo e ilimitado ao aborto. Gostaria de chamar a atenção dos meus colegas para o facto de as decisões sobre matérias relacionadas com o aborto serem da competência dos governos de cada um dos Estados-Membros. Estamos a lutar pela igualdade de tratamento entre mulheres e homens, mas não devíamos tornar isto dependente de escolhas relacionadas a sexualidade. Este tipo de prática pode reduzir consideravelmente o apoio ao relatório que estamos a debater.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D).** - (LT) Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao relator, o senhor deputado Tarabella, pelo trabalho que realizou.

Para superar a recessão económica, é muito importante investir no capital humano e na infra-estrutura social, criando as condições para mulheres e homens explorarem em pleno o seu potencial.

A União Europeia tem-se agora aproximado do objectivo da Estratégia de Lisboa de alcançar uma taxa de emprego feminino de 60% em 2010. No entanto, o emprego feminino varia muito entre os Estados-Membros. Por conseguinte, a Comissão e os Estados-Membros têm de tomar medidas efectivas para assegurar a execução da directiva sobre igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de emprego e de trabalho.

Hoje em dia, a remuneração de homens e mulheres nos Estados-Membros varia enormemente, pelo que temos de lançar um apelo urgente aos Estados-Membros para que apliquem o princípio da "remuneração igual para trabalho igual". A Comissão tem ainda de apresentar, para debate, uma proposta relacionada com a aplicação do princípio da remuneração igual para homens e mulheres.

É imperioso encorajar a partilha igualitária, entre homens e mulheres, das responsabilidades na vida pessoal e familiar e distribuir melhor o tempo afectado ao trabalho remunerado e não remunerado.

Os Estados-Membros devem tomar todas as medidas possíveis no que respeita ao acesso a instituições de cuidados infantis pré-escolares.

A questão da licença de paternidade ainda não está resolvida, pelo que temos de encontrar uma solução comum sobre a consolidação desta licença na directiva.

Além disso, nas consultas da Comissão sobre a nova estratégia para 2020, presta-se uma atenção insuficiente às questões relacionadas com a igualdade entre homens e mulheres. Estas questões de género têm de ser reforçadas e integradas na nova estratégia.

Para terminar, gostaria de agradecer, do fundo do coração, ao Membro da Comissão pela nossa longa cooperação nos domínios da igualdade de género, emprego e assuntos sociais. Obrigado e boa sorte!

**Lena Kolarska-Bobińska (PPE).** - (PL) Senhora Presidente, estão a ocorrer mudanças na Europa - como se pode ver no relatório - que favorecem uma melhor educação e o aumento do emprego entre as mulheres, embora haja ainda grandes diferenças. Esta melhoria está a ter lugar em áreas em que as mulheres tomam decisões por si próprias e mostram iniciativa e determinação. Contudo, em domínios em que têm pouca influência, manifestam-se estereótipos que não lhes permitem progredir nem participar na vida pública. Essa a razão pela qual o número de mulheres em cargos dirigentes não está a crescer, e a sua participação na política aumenta muito lentamente. Por consequência, é essencial que combatamos aqui os estereótipos e tomemos medidas tendentes a promover a igualdade entre os sexos na vida pública e na política. O relatório fala em intensificar estas medidas, mas isso não basta. Devemos, em conjunto, fazer essas propostas. Devemos encorajar a Comissão e os Estados-Membros a encetarem um debate e a agirem no sentido de aumentar a participação das mulheres na política. Onde as mulheres estão mais envolvidas na política, dá-se mais atenção às questões sociais, aos serviços de cuidados infantis, aos assuntos das mulheres e à igualdade das mulheres em geral.

Na Polónia, iniciámos um debate sobre o tema da prioridade na política. Um grupo de mulheres lançou uma iniciativa popular tendo em vista a elaboração de uma lei da paridade na política, segundo a qual 50% dos candidatos a eleições teriam de ser mulheres. Recolhemos mais de 100 000 assinaturas em apoio da lei e submetemo-la ao parlamento polaco. Desencadeou-se um enorme debate, e não sei se a ideia será bem sucedida - se o parlamento aprovará a nossa proposta. Não sei se a iniciativa terá um grande sucesso, mas o próprio debate que está em curso mudou muito a percepção da sociedade. Temos resultados de sondagens que mostram isso. Assim, faço um apelo para que se encete um debate sobre a participação das mulheres na política nos países da União Europeia.

### **PRESIDÊNCIA: RAINER WIELAND**

*Vice-Presidente*

**Joanna Senyszyn (S&D).** - (PL) Senhor Presidente, penso que é bom que a resolução em apreço inclua o ponto 38, que estipula que as mulheres devem ter o controlo dos seus direitos sexuais e reprodutivos, nomeadamente através de um fácil acesso à contracepção e ao aborto, e da possibilidade de abortar em segurança. Isto é importante, especialmente para as cidadãs de países que possuem leis anti-aborto restritivas e onde há uma propaganda enganadora pró-vida. No meu país - a Polónia - a direita política, que está sob o domínio da Igreja, não permite uma educação sexual adequada, e limita a contracepção e o aborto legal. A própria palavra "aborto" foi quase totalmente eliminada da língua polaca e substituída pela expressão "assassinio de uma criança concebida". Para pôr fim às interrupções legais da gravidez, cujo número se limita a algumas centenas em cada ano, há alguns anos que estão em curso tentativas de acrescentar uma cláusula à Constituição polaca destinada a proteger a vida desde o momento da concepção. O número de 100 000 abortos ilegais não incomoda os militantes dos chamados movimentos pró-vida, que pretendem, hipocritamente, que estes abortos não acontecem.

A União Europeia tem de pôr fim ao desprezo a que os Estados-Membros votam os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres.

**Danuta Maria Hübner (PPE).** - Senhor Presidente, as mulheres representam metade do talento da Europa. Não podemos desperdiçar este potencial criativo. Se conseguirmos canalizar este potencial para a economia, daremos um gigantesco salto em frente, no que respeita tanto às atitudes ainda presentes nas sociedades europeias quanto à nova agenda da União no sentido de um maior crescimento, mais empregos e maior competitividade.

No plano formal, existem certamente oportunidades iguais. A União produziu pelo menos 13 directivas sobre a igualdade de género. O princípio está estabelecido no Tratado e nas constituições e actos legislativos dos Estados-Membros, mas os dados da vida real apontam num sentido bem diferente. Nunca as mulheres

tiveram um nível educacional tão elevado como agora, mas, quando se trata de empreendedorismo, estão ainda muito pouco representadas.

Quanto às disparidades salariais entre homens e mulheres, praticamente nada mudou nos últimos anos. Quando envolvidas nos negócios, as mulheres raramente falham quando se trata de reembolsar os seus empréstimos, mas o acesso ao financiamento é mais difícil para elas, e isto é determinado pela procura de garantias adicionais por parte dos bancos. É preciso ter mais dinheiro para se pedir dinheiro emprestado, mas apenas 1% dos activos mundiais são detidos por mulheres.

Apesar de terem qualificações mais elevadas, apesar de terem mais habilitações académicas, as mulheres estão absolutamente sub-representadas entre os decisores. Trazer mais mulheres para os lugares de tomada de decisão é a solução. As mulheres podem promover a sua causa e negociar a sua agenda, mas o poder real reside nas tomadas de decisão, e por isso as mulheres têm de participar nelas.

Para que a mudança ocorra, é essencial haver massa crítica. Uma mulher sozinha num órgão de decisão terá rapidamente de adaptar o seu comportamento para que seja aceite pela maioria do sexo masculino. Para começar, ter algumas mulheres num órgão de decisão podia já fazer uma diferença, embora todas estas estratégias de pouco valham se não conseguirmos eliminar o maior obstáculo para as mulheres: conciliar o trabalho com a vida familiar. Os obstáculos subsistentes exigem uma resposta política, e por isso nós precisamos de políticas orientadas para a igualdade de género, a nível nacional e europeu.

**Georgios Papanikolaou (PPE).** - (EL) Senhor Presidente, gostaria de apoiar o que disseram os meus colegas, as muitas mulheres e numerosos homens, e o nosso relator, o senhor deputado Tarabella, a quem endereço as minhas felicitações, e afirmar que todos apoiamos qualquer acção e iniciativa que erradique toda a forma de discriminação entre homens e mulheres. Isto porque, escusado será dizer, é assim que precisamos de funcionar na sociedade aberta, democrática e liberal em que todos nós queremos viver.

Estão a ser desenvolvidos esforços importantes, e cumpre-nos sublinhar esse facto. A nível europeu, recordaria ao Parlamento a Directiva 2006/54/CE, que solicita aos Estados-Membros que erradiquem todas as formas de discriminação entre sexos até Agosto de 2009. Chamo igualmente a atenção deste Parlamento para o roteiro para a igualdade entre homens e mulheres (2006-10) da UE.

Acolho também com agrado – e recordá-las-ia a este Parlamento – todas as iniciativas que estão a ser desenvolvidas a este respeito pelos governos dos Estados-Membros da União Europeia, sendo a mais recente a do governo do Presidente Sarkozy de produzir legislação com vista à abolição da burca em locais públicos.

Estes são passos específicos, mas é necessário fazer mais se quisermos mudar sobretudo a nossa atitude em termos da prevenção de todas as formas de discriminação. Infelizmente, a discriminação ainda existe, e uma categoria vulnerável que queria aqui referir é a das novas mães. Fiquei estupefacto ao ler, num relatório da Comissão Europeia sobre os objectivos de Barcelona e os serviços de cuidados infantis na União Europeia, que quase todas as mães europeias afirmam que não conseguem criar os filhos como gostariam, devido ao excesso de responsabilidades a que têm de fazer face diariamente. Precisamos de compreender, e de realçar fortemente, o facto de a incapacidade de alcançar uma verdadeira igualdade entre os sexos está a pôr em risco as crianças dos nossos dias, que se encontram privadas de um ambiente familiar estável em que a presença da mãe é sentida intensamente. Está a pôr em risco o equilíbrio psicológico e o desenvolvimento de uma personalidade estável nas crianças de hoje, que são os cidadãos de amanhã da União Europeia.

**Zita Gurmai (S&D).** - (EN) Senhor Presidente, a crise económica evidenciou que os direitos das mulheres e a igualdade de género estão interligados com questões económicas actuais.

Nos países que introduziram legislação amiga da igualdade de género, a representação das mulheres no mercado de trabalho tende a ser significativamente maior, o mesmo acontecendo como a taxa percentual de natalidade. Estes países apresentam geralmente uma situação mais saudável em termos económicos, sociais e em matéria pensões. Além disso, a remuneração das mulheres tem uma importância crucial na família.

É evidente que a estratégia futura da UE para 2020 precisa de gizar um compromisso claro no que respeita à integração da igualdade de género em todas as políticas europeias. A estratégia terá de ser coordenada com o novo roteiro para a igualdade de género e também com a futura carta dos direitos das mulheres. Como o meu colega Marc Tarabella sugeriu no seu relatório, a saúde e os direitos sexuais das mulheres constituem um instrumento igualmente importante para a capacitação socioeconómica das mulheres. Precisamos de

promover o acesso ao conhecimento, à informação, à assistência e aos cuidados médicos para dar a todas as mulheres a escolha e a situação de igualdade de direitos e de acesso.

Gostaria de agradecer os cinco anos que trabalhei com o Senhor Comissário Špidla, pois esta é a última oportunidade que tenho de o cumprimentar. Muito obrigado pelo excelente contributo que o Senhor Comissário e a sua equipa nos deram.

**Hella Ranner (PPE).** - (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, extremamente interessante este debate já abrangeu praticamente tudo. Dificilmente consigo pensar em algo de novo que lhe possa acrescentar. Há contudo um aspecto que eu gostaria, muito rapidamente, de destacar aqui: todos nós devíamos ter como objectivo que as mulheres deixassem de estar numa situação em que têm de escolher entre a família, por um lado, e a vida profissional, por outro. Precisamos de criar as condições para que isso se torne realidade. Dever-nos-ia ser possível tomar medidas rápidas para garantir que uma mulher pudesse desempenhar tão bem quanto possível o seu papel maternal e profissional.

Se quisermos ser realistas, a exclusão de um regime salarial existente é provavelmente inevitável. Todavia, deveria ser possível que uma mulher, quando voltasse à vida laboral, compensasse o tempo de trabalho perdido. Penso que esta é a solução para a qual devemos trabalhar, especialmente em tempos económicos difíceis. Se formos bem sucedidos, e nós, no Parlamento Europeu, podemos dar um grande contributo para nesse sentido, teremos uma Europa moderna com uma verdadeira igualdade de oportunidades. Para nós, é claro que tudo isto só será verdadeiramente possível com uma igualdade consequente entre mulheres e homens.

**Britta Thomsen (S&D).** - (DA) Senhor Presidente, o relatório do senhor deputado Tarabella sobre a igualdade entre homens e mulheres fornece uma excelente perspectiva dos grandes desafios que enfrentamos no domínio da igualdade no seio da UE. Um destes desafios é conseguir um aumento da proporção de mulheres nas administrações das empresas públicas e privadas - sobretudo no sector financeiro. Estamos no meio de uma crise económica em que precisamos de utilizar todo o talento de que dispomos se quisermos criar o necessário crescimento. A nossa competitividade está, muito simplesmente, em jogo.

A UE devia, pois, aprender com a Noruega. Em 2002, o então Ministro norueguês do Comércio e Indústria tomou a iniciativa de propor que pelo menos 40% de cada sexo estivesse representado nos conselhos de administração das empresas, e fê-lo com base num cálculo frio: a Noruega precisa de utilizar todo o talento de que dispõe se quiser competir no plano internacional. A actual forma de recrutamento, em que os homens recrutam essencialmente homens, é destrutiva no que toca à criação de inovação e de crescimento. Temos de explorar as potencialidades de ambos os sexos e de tomar a iniciativa, na UE, de introduzir uma legislação semelhante à da Noruega. Em 2002, havia aproximadamente 200 mulheres nas administrações na Noruega; hoje há aproximadamente cinco vezes mais. Ao mesmo tempo, existem estudos que demonstram que as empresas com ambos os sexos representados na administração têm melhores resultados em termos puramente económicos. Deste modo, é de simples bom senso lutar pela igualdade.

**Carlo Casini (PPE).** - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Comissário, o princípio da igualdade entre mulheres e homens faz parte da corrente central do grande rio que já libertou estrangeiros, escravos e negros, e que é o princípio da dignidade humana, o mesmo para todos. Assim, o relatório Tarabella e o relatório da Comissão são louváveis, pois é justo insistir sempre, exaustivamente, neste princípio.

Porém, há duas observações críticas que considero que devo fazer. O movimento da dignidade humana e da igualdade deve dizer respeito a todos, absolutamente a todos, incluindo os que estão à espera de vir ao mundo, as crianças não nascidas. É, pois, inaceitável que, como se faz no nº 38 deste relatório, se fale do aborto como um aspecto dos direitos sexuais reprodutivos, ou dos direitos das mulheres. Ninguém nega a complexidade dos problemas relacionados com gravidezes difíceis e não desejadas - existem problemas sérios - mas, em qualquer caso, estas matérias só deviam ser abordadas em relação com a necessidade de uma educação para o respeito da vida e de proporcionar às mães todo o tipo de ajuda para que possam optar livremente por continuar a gravidez.

A minha segunda crítica diz respeito à extensão do conceito de saúde sexual e reprodutiva, como se faz no considerando X, para além dos aspectos físico e mental, para incluir também os aspectos sociais.

Pergunto-me o que significa que todo o comportamento sexual, qualquer que ele seja, deve receber dos outros justificações de bem-estar, e, por conseguinte, reconhecimento e louvor. Não significa que acabaremos assim por violar não apenas a liberdade de consciência, mas também a liberdade de opinião? Faço esta pergunta apenas porque não considero que seja uma pergunta banal.

**Mairead McGuinness (PPE).** - (EN) Senhor Presidente, permita-me que exprima o meu acordo com os colegas que afirmam que mais legislação não é a resposta se não estivermos a cumprir a legislação existente sobre a igualdade.

Em segundo lugar, como alguém que cresceu com o movimento por mais igualdade, preocupa-me o facto de as mulheres jovens pensarem que a batalha terminou. Assim, precisamos de revigorar o debate entre os jovens - homens e mulheres - sobre a agenda da igualdade.

Quanto à crise económica, é verdade que ela afecta as mulheres, mas, evidentemente, quando os homens perdem o emprego, as mulheres também são afectadas. Penso que devemos ser muito claros em afirmar que a crise económica afecta todos, em particular as famílias.

Quanto aos n.ºs 34 e 35 do relatório, concordo plenamente e apoio o apelo aos países que não o fizeram para que ratifiquem a Convenção Europeia relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos. Espero que o Governo irlandês honre o seu compromisso de o fazer este ano.

A violência doméstica é uma terrível realidade; muitas mulheres são assassinadas em suas casas. Tivemos recentemente um julgamento relacionado com um caso desses na Irlanda.

O ponto 38, porém, não respeita a cláusula da subsidiariedade em relação ao aborto, pelo que considero que deve ser alterado.

**Olga Sehnalová (S&D).** - (CS) Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, quando, há cerca de cem anos, se tentava conquistar o direito de voto para as mulheres, não era por um privilégio que elas estavam a lutar, mas pelo mero reconhecimento dos seus direitos civis fundamentais. Tentemos, hoje, seguir esse caminho.

Acredito firmemente que uma competição verdadeiramente livre entre candidatos em disputas eleitorais contribuirá para um maior envolvimento das mulheres na vida política, especialmente a nível nacional. Nessas circunstâncias, as mulheres saberão indubitavelmente conquistar o seu lugar. Por exemplo, durante as últimas eleições legislativas na República Checa, uma disputa livre entre candidatos terá aumentado o número de mulheres eleitas por todos os partidos parlamentares de uns diminutos 15% para uns aceitáveis 26%. Encontramos resultados semelhantes com outros tipos de eleições.

As mulheres não se devem colocar na situação de suplicantes. Se tiverem oportunidades iguais, ganharão com elas. Contudo, enquanto os sistemas eleitorais forem disputas entre grupos escolhidos de candidatos por lugares previsíveis sem que haja uma verdadeira possibilidade de outros candidatos serem eleitos, não haverá igualdade de oportunidades. Batamo-nos, pois, por oportunidades genuinamente iguais para todos, ou seja, também para as mulheres. Nessa altura não haverá necessidade de quotas.

**Gesine Meissner (ALDE).** - (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há pouco tempo, proferi uma conferência sobre o meu trabalho no Parlamento Europeu, sobre as minhas tarefas aqui e sobre os meus múltiplos compromissos. Então, um homem fez-me a seguinte pergunta: "O que diz o seu marido a isso?" Já ouvi esta pergunta muitas vezes. Sei que isto é perguntado às mulheres, mas estou convencida de que, inversamente, nunca foi colocada a nenhum homem a seguinte questão: "O que diz a sua mulher a isso?"

(Exclamações)

Ao senhor foi? Então, no seu caso, podemos falar de verdadeira igualdade.

Permitam-me que cite outro exemplo: Um jovem casal, meu amigo, acaba de ter um filho, e os pais partilham a tarefa de olhar por ele. Para a mulher, isto é considerado normal, mas ao marido perguntam por que razão passa metade do dia a mudar fraldas, e se não acha que isso lhe está a prejudicar a carreira profissional. Isto também não é igualdade.

Concluindo, deixem-me voltar ao assunto da igualdade de salários, que aqui discutimos hoje. Embora haja empresas que pagam o salário acordado com os sindicatos, há indícios de que as mulheres trabalham em departamentos onde têm menos oportunidade de progredir e onde são pagos subsídios mais baixos. Um último exemplo: as empresas em cuja administração há pelo menos 30% de mulheres têm melhores resultados. A igualdade compensa!

**Rareş-Lucian Niculescu (PPE).** - (RO) Acolho com agrado esta resolução e congratulo-me por ter sido dado um lugar fundamental à questão das mulheres que trabalham na agricultura e que não desfrutam de qualquer estatuto jurídico claro e definido no que se refere ao direito de propriedade e ao seu papel no agregado

familiar. Este assunto, que tem possíveis consequências de monta, está também inscrito na agenda da Presidência espanhola do Conselho como um importante objectivo. Temos de procurar, a este respeito, as melhores soluções aplicáveis.

Espero também que o papel desempenhado pelas mulheres na economia europeia tenha igualmente um lugar de destaque na estratégia futura da UE para 2020, que será discutida esta semana na cimeira da informação em Bruxelas.

**Karin Kadenbach (S&D).** - (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, gostaria muito de agradecer este relatório ao meu colega, o senhor deputado Marc Tarabella. O facto de ele conter mais de quarenta parágrafos é um sinal claro de que a igualdade e as oportunidades iguais para as mulheres não são assuntos que possamos tratar adequadamente em pouco menos de uma hora. Há aqui material suficiente para vários debates. Contudo, hoje queria focar aqui dois pontos. O primeiro é o parágrafo 8 do relatório, que é crítico em relação ao facto de a integração da perspectiva do género na actual Estratégia de Lisboa estar basicamente ausente. Gostaria de me juntar ao apelo para que a Comissão e o Conselho incluam um capítulo sobre a integração da perspectiva do género na sua estratégia pós-Lisboa "UE 2020".

Além disso, é essencial que os Estados-Membros procedam a uma avaliação de impacto baseada no género, pois se quisermos ser sérios quanto à luta contra os efeitos da presente crise, precisamos de medidas que tenham em conta a situação particular das mulheres. Considero que os Estados-Membros deviam ser efectivamente impelidos a agir com base nestes dados e avaliações de impacto para promover o relançamento económico. Sou também de opinião que as mulheres têm direitos sobre o seu corpo e a sua saúde.

**Norica Nicolai (ALDE).** - (RO) Embora acolha com agrado este relatório, gostaria de realçar uma coisa. Não considero que a legislação seja relevante, especialmente porque esta igualdade entre homens e mulheres é uma componente muito importante da civilização e da cultura de um povo. Estou convencida de que têm de ser adoptadas medidas positivas no início do desenvolvimento de qualquer indivíduo e começar com uma forma de educação que elimine estereótipos e confira um grande apoio e uma finalidade à igualdade de género logo desde a infância. A menos que adoptemos esta mentalidade e realizemos a integração desta maneira, continuaremos a ter as mesmas discussões acerca da investigação deste assunto e menos acerca de fazer alguma coisa.

Há ainda um ponto que eu gostaria de salientar. As desigualdades tornam-se menores numa sociedade do conhecimento ou numa nova forma de economia. Considero que estes são dois passos importantes na direcção da igualdade.

**Zuzana Roithová (PPE).** - (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de chamar a atenção para o facto de desactualizados os objectivos de Barcelona que são referidos neste relatório colidirem com as recomendações dos peritos. Estes provaram que as crianças mais novas, com menos de dois anos, não deviam ser colocadas em instituições, pelo que é impossível estar a impor essa meta aos Estados-Membros. Com efeito, para o desenvolvimento mental saudável de uma criança de tenra idade, é fundamental que seja o pai ou a mãe a ocupar-se dela durante todo o dia. Além disso, este relatório interfere com os direitos dos Estados-Membros, uma vez que pretende alterar as suas políticas pró-família. A nossa missão, evidentemente, é lutar por medidas europeias efectivas contra as pessoas que fazem tráfico de mulheres e crianças e que exercem violência sobre elas. É minha convicção, e gostaria de o salientar, que este relatório não respeita o direito à vida da criança não nascida. Considero-o um documento desequilibrado. Gostaria de concluir agradecendo ao Senhor Comissário Špidla e desejando-lhe as maiores felicidades.

**Katarína Neveďalová (S&D).** - (SK) É verdade que, nos últimos trinta anos, a União Europeia fez muito para melhorar a situação e os direitos das mulheres. Contudo, a diferença mais visível, que ainda persiste e que continua mesmo a aprofundar-se, é entre a remuneração de homens e mulheres.

As mulheres ganham quase 20% menos, em média, e, ao mesmo tempo, as disparidades salariais entre mulheres e homens têm também um efeito significativo nas remunerações ao longo da vida e nas pensões das mulheres, e naquilo que cada vez mais se designa por "feminização da pobreza". A disparidade de remunerações está relacionada com múltiplos factores de ordem jurídica, social e económica que ultrapassam a simples questão da remuneração igual por trabalho igual.

Devíamos também organizar uma campanha a nível europeu para tentar eliminar preconceitos profundamente enraizados associados ao facto, supostamente natural, de que há as pessoas que usam calças, e outras, menos válidas, que usam saias. Devemos falar abertamente sobre a questão da violência doméstica e do tráfico de

seres humanos, que ainda é tabu, e também, evidentemente, sobre a introdução da igualdade de género no processo educativo dos alunos da escola primária.

Gostaria de terminar com uma pergunta dirigida a todos os que hoje participam nesta sessão. Como pode a sociedade valorizar e proteger as mulheres como seres únicos e excepcionais, como as portadoras da vida, quando consideramos o Dia Internacional da Mulher como um resquício socialista?

**Piotr Borys (PPE).** - (PL) Senhor Presidente, estou muito satisfeito por os homens também falarem hoje, muito embora, como se constata, estejamos em minoria. Gostaria que considerássemos a política de género como um potencial social gigantesco e inexplorado, e, por consequência, nos próximos 10 anos desta geração, as desproporções devem ser aplainadas em todas as áreas se quisermos pensar numa sociedade em rápido desenvolvimento.

Existem três áreas de problemas: em primeiro lugar, a desproporção no mundo académico. As mulheres têm habilitações académicas mais elevadas, mas não são promovidas. Em segundo lugar, a participação das mulheres na vida política devia ser significativamente maior, e, por isso, considero que devem ser estabelecidas leis da paridade em todos os Estados-Membros. Em terceiro lugar, a área do empreendedorismo. As mulheres lidam melhor, por exemplo, com as microempresas, mas a sua participação na gestão das grandes companhias é bastante escassa. A actual taxa de crescimento sugere que as mulheres só atingirão uma participação igualitária em 2280. Isto tem de mudar.

Há três conclusões. Primeiro, o centro de monitorização devia olhar para as melhores práticas. Segundo, desejo exprimir a minha gratidão ao Senhor Comissário Špidla por ter permitido, no Fundo Social Europeu, o grande instrumento financeiro da União Europeia, a possibilidade de investir nos jardins-de-infância. Terceiro, gostaria de declarar que, se planear ter um filho durante esta legislatura, pedirei uma licença de paternidade, se o Senhor Presidente Buzek mo permitir.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** - (RO) É minha convicção que é necessário um sistema eficaz de planeamento de carreiras para assegurar oportunidades iguais para homens e mulheres, e que tem de haver serviços de cuidados infantis suficientes, nomeadamente creches e infantários.

Presentemente, a União Europeia tem listas de espera para a inscrição de crianças em creches e infantários. Há mesmo um grande número de crianças que não pode ser inscrita devido ao número insuficiente de lugares. Cada euro investido no desenvolvimento de serviços de cuidados infantis significa um retorno de seis euros para a sociedade, resultantes dos empregos criados e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos europeus. Esta é a razão pela qual eu espero que, no futuro, a União Europeia e os Estados-Membros invistam mais nestes serviços de cuidados para crianças de tenra idade.

Finalmente, mas não em último lugar, queria chamar a vossa atenção para a situação das famílias monoparentais e para as dificuldades encontradas pelos pais ou mães solteiros que criam sozinhos os seus filhos.

**Sidonia Elżbieta Jędrzejewska (PPE).** - (PL) Senhor Presidente, em minha opinião, há duas soluções para a questão dos direitos iguais entre mulheres e homens. Uma é o acesso igual aos recursos económicos, e a segunda é o acesso igual às tomadas de decisão na vida pública. Em minha opinião, a disparidade entre os salários de mulheres e homens, que persiste obstinadamente, é inaceitável. Devia haver igual remuneração para trabalho igual. Além disso, gostaria de sublinhar que, do meu ponto de vista, é importante ter uma maior participação das mulheres na vida política e na vida pública em geral. Estou absolutamente convencida de que uma maior participação das mulheres na vida pública, em maior número e com base em princípios mais justos, significará que os orçamentos e a política que serão executados e os planos que serão elaborados reflectirão, em maior grau, os sonhos, necessidades, aspirações e planos de toda a sociedade.

**Elena Băsescu (PPE).** - (RO) Tendo em pano de fundo a crise económica e financeira, a taxa de desemprego feminino subiu 1,6% em 2009, enquanto a taxa nos homens cresceu 2,7%.

Tem havido um aumento significativo do envolvimento das mulheres no processo de tomada de decisão na política. A percentagem de mulheres no Parlamento Europeu cresceu de 31% para 35%, em comparação com a legislatura anterior. A percentagem de mulheres entre os representantes da Roménia é de 36%. Tomando o exemplo deste país, a eleição de uma mulher, ex-deputada ao Parlamento Europeu, para presidente da câmara dos deputados do parlamento romeno é uma novidade. No meu caso pessoal, enquanto jovem mulher a começar uma carreira política, fui candidata independente ao Parlamento Europeu, tendo conseguido



obter o número de votos necessário sem a ajuda de uma lista partidária. No sector privado, as mulheres estão muito mais bem representadas, com um terço delas ...

*(O Presidente retira a palavra à oradora)*

**Seán Kelly (PPE).** - (EN) Senhor Presidente, o título do debate, aqui, esta noite é "Igualdade entre mulheres e homens", mas a maioria dos oradores, ao abordar o assunto, disse "entre homens e mulheres".

Penso que isto responde em parte à questão levantada pela senhora deputada Lulling, que perguntou por que razão não se fizeram mais progressos desde 1975. A razão é a tradição. É cultural. Considerou-se que as mulheres tinham um papel inferior, subordinado. Esta noção ainda existe em muitos países do mundo e alterá-la constitui um grande repto.

Felizmente, porém, a UE avançou muito neste domínio, e provavelmente em nenhum outro sítio tanto como neste Parlamento, onde, em termos numéricos e de atitude, há uma igualdade real. Este caminho deve ser prosseguido através da legislação, de metas e de directivas.

Sublinhou-se igualmente que devíamos ter mais informação para as raparigas. Estou de acordo, mas também precisamos de mais informação para os rapazes, em particular para compensar os danos provocados por muitos filmes e programas de televisão que não são de modo algum conducentes à criação de uma sociedade igualitária no espírito da igualdade. Há aí muito trabalho a fazer, e precisamos de começar a fazê-lo.

**Czesław Adam Siekierski (PPE).** - (PL) Senhor Presidente, geralmente acontece que, em tempos difíceis, recaem sobre as mulheres mais problemas com o assegurar do bem-estar diário da família. Não só toda a gente lhes devia agradecer por isso, mas deviam receber um apoio substancial como parte da política social. Penso que há muito a fazer nesta área.

A igualdade de género e os direitos das mulheres derivam dos direitos humanos. Aparentemente, a criação de legislação excessiva para defender este direito fundamental pode ser entendida como uma negação absoluta do princípio. Finalmente, podemos fazer mais na área da igualdade entre mulheres e homens tendo um sistema de educação adequada, pois o respeito pelas mulheres não é suficiente, e não pode ser completamente definido e incorporado nos melhores documentos se não fizer parte da nossa cultura, dos nossos costumes e da educação que recebemos.

Na Polónia, há um ditado que diz que a mulher sustenta três cantos da casa e o homem apenas um. Podíamos dizer que esta situação distingue e valoriza as mulheres, ou que as explora excessivamente e é um exemplo de desigualdade.

**Vladimír Špidla, Membro da Comissão.** - (CS) Senhoras e Senhores Deputados, o debate foi anormalmente longo. Participei em muitos debates do Parlamento e este foi certamente um dos mais prolíficos. Em minha opinião, isto mostrou também claramente que a política formulada pela Comissão Europeia e pela Europa enquanto tal é uma política que tem o seu próprio sentido interno e a sua própria lógica interna, e tem de ser prosseguida. Do meu ponto de vista, a igualdade de oportunidades constitui um elemento realmente fundamental do que nos caracteriza, que emana indubitavelmente dos direitos humanos, e é também evidente que temos de garantir isso para todos. Não podemos aceitar que haja áreas isoladas onde a igualdade de oportunidades não é sistematicamente aplicada.

A política formulada no nosso plano para a igualdade devia, no meu modo de ver, continuar no futuro, e, de igual modo, partilho a opinião de que na futura estratégia "Europa 2020", devíamos reforçar as questões de género. Como já foi referido muitas vezes no debate - e estou absolutamente de acordo com isso - uma sociedade moderna que quer ter êxito não se pode dar ao luxo de não usar todo o seu potencial humano. Em minha opinião, a igualdade de oportunidades representa uma vantagem competitiva ímpar para a Europa.

Senhoras e Senhores Deputados, também discutimos medidas, questões culturais, elaboração de leis e muitos outros aspectos deste assunto complexo. Estou convencido de que não devemos adoptar uma posição negativa ou positiva *a priori* acerca de qualquer remédio. É claro que a legislação existente tem de ser aplicada de um modo consistente. Não há dúvida sobre isso e há muitos problemas neste domínio. Bem entendido, é igualmente evidente que uma legislação nova e muito ousada pode muitas vezes alterar fundamentalmente a situação. Foi referido aqui o exemplo norueguês de quotas para os órgãos administrativos das grandes sociedades anónimas, e esta lei mudou claramente a situação. Penso que seria interessante estudar a experiência norueguesa. No entanto, apesar disso, considero que deve continuar a ser uma prioridade pôr o acento tónico na aplicação plena da legislação actualmente em vigor.

Senhoras e Senhores Deputados, foi claramente salientada a importância do equilíbrio entre a vida de trabalho e a vida familiar, e, em minha opinião, também foi afirmado com clareza que a igualdade de oportunidades é uma questão que diz respeito aos homens e às mulheres. Estou, pois, muito satisfeito por termos realizado este debate com base na experiência de ambos os sexos e penso que devia ser sempre assim.

**Presidente.** – Senhor Comissário Špidla, gostaria de me juntar ao coro de agradecimentos vindos de todas as alas do Hemiciclo. Desejo-lhe as maiores felicidades!

**Marc Tarabella, relator.** - (FR) Senhor Presidente, também eu gostaria de felicitar o Comissário por este esforço final - sim, eu que tantas vezes o desafiei noutros fóruns - e de agradecer simplesmente a todos por este debate extremamente rico, no qual intervieram muitos deputados.

Escutei todos eles com muita atenção, e é verdade que vários homens usaram da palavra, o que me agradou. De qualquer modo, a proporção de homens foi mais elevada do que na Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, uma vez que, dos seus 61 membros, apenas quatro são homens, o que é realmente muito pouco. É evidente que concordo com aqueles que afirmaram que esta é uma luta em que também os homens devem participar.

Não posso responder a todos, mas a senhora deputada Lulling afirmou que a margem de votos em comissão não foi confortável. Bom, houve 15 votos "sim" para 5 votos "não", três vezes mais votos "sim" do que votos "não", e 7 abstenções.

Sei que dedicámos muito tempo ao capítulo 38, que trata da saúde reprodutiva, dos direitos sexuais e, em especial, da contraceção e do aborto. Sei que este assunto é porventura mais delicado do que outros, e não quis que o meu relatório se transformasse numa manta de retalhos, mas não podia ignorar este assunto.

Faço uma referência especial às raparigas, que podem acabar por sofrer se engravidarem acidentalmente por não terem tido acesso a toda a informação de que precisavam. O que mais me incomoda é a frequente hipocrisia de algumas pessoas que desejam ignorar estas situações e fazer pouco dos problemas destas jovens, mas que, quando isso acontece a uma das suas filhas, dispõem dos recursos necessários para lhes pagar uma terapia de "revitalização", na Suíça ou noutro sítio qualquer, sem chamar muito a atenção.

Quanto ao fosso salarial, a senhora deputada Bauer falou bem. Falamos em 25% quando somamos os efeitos das horas em regime de tempo parcial, que são limitados. Claro está que é difícil ser-se preciso.

Não se trata - e vou terminar porque me restam apenas alguns segundos - de um relatório disperso, muito embora se mencione a mutilação genital, a burca e os casamentos forçados. Podem estar certos de que eu acredito que, numa democracia, estas práticas não são culturais, mas sim práticas que temos de combater por via da democracia.

O facto é que, se eu tivesse mencionado isto no relatório, teria retirado importância ao resto, que, a meu ver, era mais importante.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira, dia 10 de Fevereiro.

### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Corina Crețu (S&D), por escrito.** - (RO) Apesar de, pela primeira vez na história, o número de mulheres no mercado de trabalho ser superior ao número de homens, os casos de discriminação baseada no género persistem. Muitos dos trabalhos realizados por mulheres são em regime de tempo parcial ou com base em contratos fixos, e são mal remunerados. Mais de meio século depois de o princípio do salário igual ter sido incluído nos Tratados comunitários, uma mulher na União Europeia tem de trabalhar 418 dias de calendário para ganhar o mesmo que um homem ganha em 365 dias.

Embora a política da UE tenha sido inovadora, o fosso salarial tem-se mantido obstinadamente acentuado desde 2000. Dispomos dos instrumentos jurídicos necessários para agir nesse domínio. É por isso que apelo para que a futura Comissão Europeia se envolva na transposição, em todos os Estados-Membros, da Directiva 2006/54/CE, relativa à aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à actividade profissional. Embora a recessão tenha atingido principalmente os sectores dominados pelos homens, existe o risco, incluindo na Roménia, de que as restrições orçamentais conduzam à perda de inúmeros empregos no sector dos serviços públicos, uma área em que as mulheres são mais representadas. Penso que é vital que as políticas em matéria

de igualdade entre os géneros não sejam modificadas por medidas discriminatórias dirigidas aos funcionários do sector público.

**Vasilica Viorica Dăncilă (S&D), por escrito.** - (RO) O relatório sobre igualdade de oportunidades propõe imprimir um novo ímpeto à igualdade de oportunidades no seio da União Europeia, uma vez que a promoção da verdadeira igualdade democrática entre homens e mulheres continua a ser um marco de referência para criar uma democracia que integra toda a sociedade.

A igualdade de oportunidades estimula o progresso social e não deve continuar a ser um mero instrumento judicial. Na maioria dos países europeus, a segregação por actividade e sector mantém-se praticamente inalterada. Isto reflecte-se nos salários mais baixos para as mulheres, no número mais reduzido de mulheres que trabalham quando têm pessoas dependentes, assim como na partilha de responsabilidades entre homens e mulheres na vida familiar.

Além disso, não devemos esquecer-nos do papel das mulheres na agricultura europeia e do contributo que dão a esse sector: as mulheres representam um terço da força de trabalho agrícola. Frequentemente, são mal remuneradas e não gozam de uma protecção social adequada porque trabalham em quintas a produzir alimentos para as suas famílias.

Penso que o Parlamento Europeu deve apoiar a iniciativa a favor da criação um centro europeu para monitorizar a violência sobre as mulheres e, por extensão, uma legislação europeia destinada a proteger as vítimas, bem como a instituição de um organismo que promova a igualdade de oportunidades ao nível das Nações Unidas.

**Sirpa Pietikäinen (PPE), por escrito.** - (FI) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer ao senhor deputado Tarabella pelo seu excelente relatório sobre a igualdade entre mulheres e homens na União Europeia. A desigualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho reflecte-se no facto de as mulheres continuarem a receber 80 cêntimos por cada euro que os homens auferem pelo mesmo trabalho. Já existem medidas destinadas a igualar os salários, e já é realmente altura de elas serem postas em prática. Deveria tornar-se obrigatório, por exemplo, proceder a uma avaliação das necessidades de um determinado trabalho, e estabelecer a remuneração em função disso. Deveriam ser impostas sanções aos empregadores que não elaborassem um programa de igualdade capaz no local de trabalho. As mulheres não deveriam ter de se deparar com obstáculos na sua carreira e ver a evolução da sua carreira estagnada em razão do género. Tanto as empresas como o sector público devem empenhar-se mais no sentido de que haja mais mulheres em cargos de chefia. Quando uma nova Comissão Europeia é constituída, cada Estado-Membro deveria indicar homens e mulheres para as funções de Comissário. Como se afirma no relatório, também existem problemas quando se trata de conciliar a vida profissional e a vida familiar, uma questão que é relevante para a igualdade entre homens e mulheres na esfera profissional. O desenvolvimento dos serviços públicos de modo a facilitar a prestação de cuidados e alargar o período de licença parental é uma forma de minorar as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A União Europeia necessita de regulamentação social. A UE já começou a trabalhar com vista a uma Europa mais igualitária: o estatuto das mulheres europeias melhorou consideravelmente graças à legislação da UE. A União está bem encaminhada em matéria de igualdade, mas as coisas não acontecem por magia: de futuro, necessitaremos de uma dimensão social da UE mais forte, a fim de garantir uma União mais igual e mais social que nunca.

**Daciana Octavia Sârbu (S&D), por escrito.** - (RO) A igualdade entre mulheres e homens é um princípio fundamental da União Europeia. Foram feitos progressos consideráveis nesta área ao longo dos anos. Porém, ainda existem discrepâncias significativas entre os Estados-Membros quando se trata de remuneração igual por trabalho igual, do número de mulheres que preenchem lugares de direcção e da percentagem de mulheres no mercado de trabalho. Apesar da legislação actualmente em vigor na UE, entre os Estados-Membros continua a haver uma diferença de 15-17%, em média, entre os salários auferidos pelos homens e pelas mulheres. Isto fica a dever-se ao facto de as mulheres terem trabalhos mal remunerados ou trabalharem em regime de tempo parcial. Em resultado da redução dos salários e pensões das mulheres ao longo das suas vidas, estas discrepâncias salariais conduzem à pobreza entre as mulheres idosas. 21% das mulheres com 65 anos ou mais estão expostas ao risco de pobreza, face a 16% dos homens na mesma situação. A fim de assegurar direitos iguais para homens e mulheres, os Estados-Membros devem proceder a um intercâmbio das melhores práticas no que respeita à garantia da igualdade de género. Gostaria ainda de salientar a necessidade de programas educacionais nas escolas, a fim de evitar o legado de estereótipos associados às mulheres.

**Livia Járóka (PPE), por escrito. - (HU)** A tarefa mais importante da política da União Europeia para a promoção da igualdade entre homens e mulheres consiste na avaliação dos sucessos e insucessos da programação quadrienal que termina este ano e delinear a próxima estratégia. O roteiro que começa no ano que vem deverá realçar - tal como o programa actual - o fenómeno da discriminação múltipla e "seccional", prestando simultaneamente uma atenção acrescida aos aspectos dos direitos das mulheres da situação das minorias étnicas. O relatório assinala, acertadamente, os efeitos perniciosos da crise económica global sobre a situação das mulheres, em particular no que respeita ao trabalho e ao fosso salarial entre homens e mulheres. É crucial, portanto, que a nova estratégia tenha em linha de conta a importância económica da igualdade de oportunidades para homens e mulheres, uma vez que a discriminação baseada no género não só é injusta como desacelera a economia. Os Estados-Membros e as empresas em questão devem, pois, ser instados, por um lado, a incorporar nas suas estratégias anti-crise a consideração da igualdade de género e, por outro lado, a absterem-se de impor restrições financeiras lesivas da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. O roteiro que entra em vigor após 2010 tem de manter as prioridades da estratégia anterior, incidindo mais nos aspectos associados à redução da pobreza e da exclusão social, em particular no contexto de um ano europeu consagrado a esse tema. A nova estratégia deverá traduzir-se num plano de acção concreto, com objectivos realistas e verificáveis. Além disso, é necessária uma coordenação muito mais eficiente entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros tendo em vista a respectiva implementação.

### **17. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta**

### **18. Encerramento da sessão**

*(A sessão é suspensa às 2H.50)*